

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À  
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS  
COMUNICAÇÕES MÓVEIS

14 DE ABRIL DE 2010

24.<sup>a</sup> REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

*AUDIÇÃO DO SR. DR. MÁRIO FRANCO, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARA AS  
COMUNICAÇÕES MÓVEIS.*

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo)

**Oradores:**

Bruno Dias (PCP)

Ramos Preto (PS)

Jorge Costa (PSD)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Pedro Filipe Soares (BE)

Ulisses Pereira (PSD)

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 21 horas e 14 minutos.*

Boa noite a todos.

Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos. Esta é a última audição das que temos programadas no âmbito desta Comissão de Inquérito.

Quero transmitir à Comissão que, amanhã mesmo — e julgo que devo dar esta informação aqui —, porque vários Srs. Deputados da Comissão já me fizeram sentir a dificuldade que estamos, neste momento, a viver, vou transmitir, através de carta, ao Sr. Presidente da Assembleia da República que a Comissão pretende fazer todos os esforços no sentido de terminar os seus trabalhos, com aprovação do relatório, dentro do mandato que foi conferido pelo Plenário da Assembleia da República, a esta Comissão de Inquérito. Ou seja, tomámos posse, perante o Sr. Presidente da Assembleia da República, no dia 28 de Janeiro, e, portanto, a 28 de Abril, se estou a fazer bem as contas, termina o mandato desta Comissão.

Julgo que seria bom que uma Comissão de Inquérito terminasse os seus trabalhos, no prazo fixado pelo Plenário da Assembleia da República.

Acontece que, sem prejuízo do enorme esforço que os serviços estão a fazer para a transcrição das audições, até este momento, não foi possível ter todas as actas disponíveis para os Srs. Deputados poderem trabalhar sobre aquilo que efectivamente aqui foi dito nas cerca de duas dezenas de audições já realizadas.

Vou pedir ao Sr. Presidente da Assembleia da República que os serviços possam providenciar mais meios, no sentido de termos disponível,

em tempo útil, as actas, para que, tanto a Sr.<sup>a</sup> Deputada que tem a responsabilidade de fazer o relatório como todos os Srs. Deputados, tenhamos a transcrição daquilo que aqui se passou nas audições, a fim de podermos fazer uma discussão do relatório final, de forma informada, como deve ser, dada a relevância das matérias que aqui temos discutido.

Quero, contudo, sublinhar o seguinte: amanhã, vou dirigir essa carta ao Sr. Presidente da Assembleia, mas julgo que, se todos pudermos fazer um esforço com estas condições, que, a meu ver, são as mínimas, no sentido de cumprir o mandato, para já, como Presidente da Comissão, não solicitarei ao Sr. Presidente da Assembleia da República a prorrogação do prazo dos trabalhos desta Comissão, porque ainda não perdi esperança de podermos concluir até ao dia 28 de Abril.

Portando, não quero deixar de dizer isto aos Srs. Deputados e às Sr.<sup>as</sup> Deputadas antes de iniciarmos esta última audição.

Posto isto, começo por dar as boas-vindas ao Sr. Dr. Mário Franco, Presidente da Fundação para as Comunicações Móveis, neste segundo depoimento na Comissão de Inquérito, e por agradecer-lhe a colaboração.

Nos termos daquilo que temos acordado na Comissão, desta vez, é o Sr. Deputado Bruno Dias quem começa a sessão de perguntas.

Assim, tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, começo, naturalmente, por cumprimentar o Sr. Presidente da Fundação para as Comunicações Móveis e por agradecer a sua presença e os esclarecimentos adicionais que esta Comissão de Inquérito considerou necessários, justificando assim esta sua nova audição nesta Comissão de Inquérito.

Dá-se o caso, por uma questão de agenda, que V. Ex.<sup>a</sup> tenha sido o primeiro e o último a ser ouvido nesta Comissão de Inquérito, o que

também, indirectamente, pode simbolizar a centralidade desta Fundação, do ponto de vista da actuação que o Governo e os sucessivos governos têm tido, ao longo dos últimos anos, na condução deste processo.

Há um aspecto que, durante as várias reuniões e as várias audições nesta Comissão de Inquérito, tem vindo a ser abordado e que entrou, digamos, em contraponto com uma ideia que foi transmitida na primeira audição, a 2 de Março, com V. Ex.<sup>a</sup> aqui a dizer que haveria um encontro de vontades e um compromisso no sentido da própria criação da Fundação para as Comunicações Móveis e do modelo fundacional, ou seja, da opção pela criação de uma fundação e, mais em concreto, desta forma de organizar e constituir a Fundação para as Comunicações Móveis, tal como ela foi concretizada.

Lembro até que, nessa reunião, houve um Sr. Deputado, o Sr. Deputado Ramos Preto, que disse que não estávamos perante nenhuma situação de coacção física, nem moral, o que é uma evidência. Ninguém aqui insinuou que alguém teria apontado uma faca a alguém ou que alguém teria ameaçado que faria isto ou aquilo se não houvesse a opção por um modelo de fundação. A questão é outra, é saber se havia aqui uma perspectiva até de defesa por parte das operadoras deste modelo, segundo as primeiras abordagens e informações que foram transmitidas por VV. Ex.<sup>as</sup>, ou se, como mais tarde viemos a constatar, da parte das operadoras não havia tanta receptividade quanto isso, a esse modelo e a essa solução.

A primeira questão que coloco, Sr. Dr. Mário Franco, tem a ver com a situação de abordagem de proposta, relativamente a esta solução para a criação de uma fundação. Sabemos (já foi apurado e está nas actas desta Comissão de Inquérito) que houve um parecer que foi solicitado pela Entidade Gestora do Fundo e que terá merecido da parte das operadoras, com algumas *nuances*, uma adesão maior ou menor ou até mesmo alguma

ideia de desvalor relativamente a essa hipótese, que veio, depois, a concretizar-se, não havendo objecções de fundo.

A questão, muito concreta, é a seguinte: qual foi a operadora que teve esse entusiasmo, para melhor referir, em torno da proposta apresentada pelo Governo por via da entidade gestora, que, na altura, era presidida pelo Dr. Mário Franco?

Quanto à questão da prestação de contas da Fundação, não apenas sobre a sua actividade interna e as suas despesas correntes mas sobre aquilo que é a missão e o objecto fundamental da própria existência da Fundação, que, até hoje e até ver, é o Programa e.escola, são as e.iniciativas, o que tem sido dito por membros do Governo, por ex-membros do Governo, por pessoas ligadas a este processo — e o Sr. Dr. Mário Franco também disse isto quando cá veio — é que a Fundação foi criada para garantir a transparência da gestão das e.iniciativas, do e.escola, do e.escolinha. Então, perguntamos: que transparência é essa quando é preciso criar uma Comissão de Inquérito no Parlamento e quando se prevê que venha a ser preciso criar auditorias, seja de entidades externas, seja do próprio Tribunal de Contas, para se apurar essa contabilização? Pergunto, muito claramente: se as contas não reflectem as iniciativas e é preciso esta visão e esta actuação fiscalizadora, o que é que vai mudar, já para as contas de 2009, relativamente à prestação de contas do e.escola e do e.escolinha, que é aquilo que, no concreto, é a missão fundamental da Fundação, desde que se constituiu até agora? Lembro-me muito bem de que o Sr. Dr. Mário Franco, quando vá veio, disse que havia uma lógica de contratação pública para 25 milhões de euros e uma lógica de contratação privada para 390 milhões de euros, e isto era claramente incompatível, do ponto de vista da filosofia de gestão e da própria ideia de transparência e clareza, relativamente à prestação de contas da Fundação.

Passo ao próprio papel da Fundação, nesta matéria.

Quando é dita, e, ao longo do tempo, foi referida muitas vezes, a questão do *enforcement* que cabia à Fundação e quando o Dr. Mário Franco aqui nos veio falar do poderoso e complexo sistema informático, de uma intensa monitorização em tempo real com a documentação dos processos de candidatura e distribuição de computadores, certificação e validação das candidaturas, tendo em conta a condição de estudante dos beneficiários, a certificação da sua entrega e garantia de distribuição em termos logísticos, quando toda esta operação assumia estes contornos, do ponto de vista, como tinha sido dito na altura, do *enforcement* que a Fundação desempenhava o que a ela cabia desempenhar, nós ficámos a pensar que tudo isto estava a ser essencial para a própria fiscalização que o Estado fazia, a própria validação, que era feita em sede de contrapartidas, e para o conhecimento que, fora da casa da Fundação, fora daquele andar da Av.<sup>a</sup> Defensor de Chaves, se tinha em relação ao Programa e-escola. Ora, viemos a saber que não sabia de nada, ou seja, toda esta monitorização continua fechada na Defensores de Chaves, continua fechada na Fundação para as Comunicações Móveis e nem o Comité de Validação, nem o Grupo de Trabalho UMTS, nem o Ministério, nem ninguém, tem acesso a essa informação, em tempo real, de grande sofisticação, que o senhor aqui nos veio dar conta e apresentar.

Portanto, para além de uma acta para memória futura ou para uma auditoria com efeitos retroactivos, digamos assim, porque, durante o momento em que isto está a acontecer, ninguém, fora da Fundação, saberia dar nota das contas e da sua execução, qual é, afinal, neste momento, sem querer dizer o anglicanismo do *accountability*, mas, do ponto de vista externo e imediato, a capacidade de verificação e de auditoria, ao fim e ao cabo, a capacidade de ser auditável em tempo real que a Fundação e que os Programas e.escola e e.escolinha, acima de tudo, podem ter?

Especificamente no e.escolinha, ficou relativamente claro, durante os trabalhos da Comissão de Inquérito, que, formalmente, a Fundação para as Comunicações Móveis não teve grande papel, inclusivamente, veio levantar dúvidas sobre as mesmas questões que, desde o início, colocamos, tais como: qual a utilidade concreta para a criação da Fundação para as Comunicações Móveis, tendo em conta que esta fiscalização, validação, acompanhamento, etc., poderiam ter sido feitos quer a partir do Ministério, quer a partir do Comité de Validação, quer a partir do Grupo de Trabalho UMTS, quer, eventualmente, a partir de outro Ministério, cruzando aqui competências e atribuições ao nível da educação, da economia, etc.?

Passo à questão concreta sobre o *software* livre como opção no Programa e.escola.

O senhor disse, aqui, nesta sala, aquando da sua primeira audição, que foi por acção da Fundação para as Comunicações Móveis, por iniciativa da Fundação, ao determinar as especificações mínimas e os preços máximos dos computadores portáteis no e.escola (portanto, logo, no início), que foi tornada obrigatória a disponibilização dessa possibilidade para os beneficiários poderem ter um computador portátil com o *software* livre (sistema operativo, aplicações, etc.) como alternativa.

Ora, nós ouvimos aqui várias pessoas, ouvimos representantes das operadoras, representantes das distribuidoras de material informático, representantes da Caixa Mágica, e, quero dizer-lhe, Dr. Mário Franco, que ninguém disse a mesma coisa que o senhor aqui nos disse; bem pelo contrário, disseram-nos exactamente o inverso, ou seja, que foi por iniciativa de quem estava no terreno a fazer a distribuição dos computadores, de quem estava a propor a introdução de uma oferta com *software* livre e não por acção ou proposta ou iniciativa do Governo ou da Fundação que essa oferta se concretizou. Aliás, é preciso aqui saber quais as razões para tão tardiamente aparecer esta oferta, de acordo com a

explicação que, na altura, nos apresentou. É, aliás, simplesmente, verificável não nas várias operadoras mas apenas numa, em termos públicos, que é a TMN, e noutra de uma forma muito discreta, muito difícil de encontrar, que é a Vodafone, o que significa que não poderia ter sido nas especificações que esta matéria do *software* livre se colocava como obrigatoriedade, porque, ao consultarmos os documentos anexos aos contratos assinados entre a Fundação e as operadoras, não havia lá qualquer referência a *software* livre. Portanto, é preciso clarificar, de uma forma muito concreta, essa afirmação.

Para terminar, e vou ser muito breve, Sr. Presidente, coloco a questão do processo que conduziu à opção pelo computador *Magalhães*, no âmbito do Programa e.escolinha, e à cronologia dos acontecimentos.

O preço e as características, que foram definidos, aparecem, supostamente, como resultado do trabalho de uma *task force* que ninguém sabe quem participou. Da parte do Ministério da Educação, chegámos ao ponto de ter, primeiro, a alegação de que tal *task force* não existiria; depois, de que não fazia a ideia de quem lá estava por parte do Ministério.

Tendo sido dito pelo senhor que teria um papel de liderança nesse trabalho da *task force*, há uma questão que é incontornável e que viemos depois a apurar: se essas especificações para o e.escolinha aparecem um mês e meio depois da apresentação, no Pavilhão Atlântico, do computador *Magalhães* e se, pouco mais de uma semana antes desta apresentação do *Magalhães*, há uma reunião com as várias operadoras para falar teoricamente de opções, que, na prática, nunca viriam a ser possíveis, tendo em conta o conjunto de especificações, prazo e preço, não havia mais nenhuma outra oferta que conseguisse responder, em simultâneo, a estas três exigências?

Portanto, pergunto: qual foi, afinal de contas, o papel de V. Ex.<sup>a</sup> e as razões que, no âmbito dessa *task force*, na qual, segundo o que o senhor

aqui disse aquando da outra audição, liderou e participou activamente, levaram ao valor de 213 € e não de 200 € ou de 250 €, a este prazo de urgência máximo, apresentado em Setembro e para o início do ano lectivo, e a esta coincidência de uma negociação que estava a ser feita entre o Governo e a Intel e as características exactamente à medida, tendo em conta que o próprio representante da JP Sá Couto disse aqui, nesta sala, que o interlocutor principal que teve, ao nível do Governo, foi o Dr. Mário Franco?

Deste ponto de vista, é, naturalmente, importante clarificar estas matérias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder o Sr. Dr. Mário Franco.

O Sr. Dr. **Mário Franco** (Presidente da Fundação para as Comunicações Móveis): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer à Comissão e ao Sr. Presidente em particular a disponibilidade de ajustarem a minha audição a um momento que, para mim, foi possível e não prejudiquei uma das responsabilidades que tinha ontem. Portanto, quero agradecer isto.

Em segundo lugar, quero agradecer as perguntas de V. Ex.<sup>a</sup>, que vou procurar esclarecer, como sempre, pois sempre foi minha perspectiva vir à Comissão tentar esclarecer o mais possível todas as questões que me são colocadas dentro da informação de que disponho, e que considero, de facto, que é bastante sobre esta matéria, não será toda, mas é bastante.

Começo por esclarecer V. Ex.<sup>a</sup> sobre a questão da criação da Fundação, porque foi a primeira questão que me foi colocada. Creio que, na audição anterior, esclareci que estes são processos que têm uma enorme complexidade. Aliás, creio que em algumas audições, não em todas mas,

pelo menos, em parte delas, que tive oportunidade de acompanhar, foi explicada a complexidade e a dificuldade de todas estas negociações que não foram conduzidas por mim mas em que participei activamente.

Portanto, estes são processos complexos e, muitas vezes, não é fácil — e eu compreendo perfeitamente — encontrar a pessoa, a instituição que, num determinado momento, definiu isto ou aquilo, porque são reuniões sucessivas, em que as coisas são definidas com muitos múltiplos actores.

No caso da criação da Fundação, existia um processo anterior à própria existência da entidade gestora e que foi considerado no momento em que estivemos a analisar as várias possibilidades e, acima de tudo, a figura jurídica que deveria ter o Fundo para a Sociedade de Informação, estabelecido em 5 de Junho, e foi, de uma forma muito técnica, solicitada, a um escritório de advogados, ajuda para encontrar uma solução jurídica para aquele Fundo, tendo em consideração as finalidades do mesmo e os actores que participariam nesse processo.

Portanto, com base nesta realidade e nas informações de que já dispúnhamos *a posteriori* sobre esta matéria, esse escritório produziu uma informação jurídica e apontou, como sendo a solução mais indicada para o Fundo, a Fundação. Estudou algumas outras possibilidades e nós, como entidade gestora e como nos competia, com base no despacho pelo qual tinha sido criada essa entidade gestora, apresentámos ao Governo aquilo que seria o figurino do Fundo. O Governo, por sua vez, apresentou aos operadores a solução encontrada; os operadores responderam; formalmente fizeram, salvo erro, uma ou duas sugestões de alteração aos estatutos da Fundação, que creio foram acolhidas, embora não tenha esse processo todo ao pormenor, mas, no fundo, foi isto que se passou. E, como eu disse na última audição, de facto, tomaram a decisão de constituir a Fundação.

Ou seja, nunca estive no espírito, pelo menos no meu, apesar de a audição ter durado 5 horas e 15 minutos... Não é possível numa audição (e

penso que todos compreendemos isto), apesar de ter procurado esclarecer o máximo V. Ex.<sup>a</sup>, explicar todos os passos, todas as reuniões que se deram neste processo, que ainda foi relativamente longo.

Pergunta sobre os contactos que houve, houve, obviamente, vários contactos, quer com o escritório, quer com o Governo, quer com os operadores, no sentido de encontrar uma solução. Portanto, não creio que este problema, em si, não esteja esclarecido... Creio que ele está esclarecido. Depois, pode haver um debate mais profundo sobre esta matéria, sobre outros factos que se passaram, como o facto de os operadores de comunicações, já nas suas propostas, terem referido a criação de fundações. Houve um que, segundo creio, não referiu, mas que acabou por criar uma fundação, os outros referiram, além do facto de já haver na acta n.º 2, salvo erro, uma referência a isso, assim como na acta n.º 24 do Grupo de Trabalho, e haver, depois, um despacho de S. Ex.<sup>a</sup> Ministro Carlos Tavares, onde era proposto aos operadores a criação da fundação. Mas este processo, que é, digamos, um processo anterior ao nosso processo mais imediato no tempo... Penso que está esclarecido qual foi o processo que nós desenvolvemos, não estou a fazer ilações sobre o processo, estou apenas a explicar como é que o processo se passou e as *démarches* que fizemos para chegar a esta conclusão.

Portanto, não consigo tirar mais ilações, nem isso me compete, compete à Comissão fazer a avaliação desse processo. Mas foi assim que o processo se passou, e, portanto, creio que está esclarecido este aspecto.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Dr. Mário Franco, só para precisar esta matéria em concreto e para enquadrar o problema.

Vimos a saber, ao ouvir aqui um dos responsáveis de uma das operadoras, que, nessa altura, essa operadora tinha feito chegar ao Governo

e à Fundação a sua posição, segundo a qual a solução pelo modelo jurídico da Fundação não seria necessariamente o mais adequado.

Eu perguntei qual teria sido, nesse quadro e nesse momento, o processo, do ponto de vista da resposta das operadoras, na altura em que foi apresentada a proposta por parte do Governo e da Fundação.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Se V. Ex.<sup>a</sup> me puder dizer qual era a operadora, ajudava.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Com certeza, é a Vodafone.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu não tenho essa ideia. Eu ouvi...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa, para dizer a verdade toda, neste aspecto, porque não queremos deixar isto a meio, não manifestou objecções de fundo e, como depois os factos vieram a demonstrar, assinou e foi fundador.

Portanto, lá estava, mas o início do contacto entre o Governo e a operadora foi de que não seria necessariamente aquele o caminho pelo qual teriam, primeiro, optado, mas nem todos disseram a mesma coisa. E, porque nem todos disseram a mesma coisa, gostávamos de ouvir da sua parte o recapitular sobre os contactos que naquela altura foram feitos entre a Fundação e as operadoras e o entendimento que foi tomado logo, nessa altura.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Honestamente, não me recordo de nenhuma operadora ter dito que não concordava e apontado para outra solução.

Como V. Ex.<sup>a</sup> pode imaginar, neste processo, havia um objectivo: concretizar a aplicação daqueles 25 milhões. E este objectivo já tinha sido definido anteriormente e não tinha sido concretizado. Aliás, os factos demonstram que as operadoras não levantaram objecções à concretização, mas poder-se-ia dar o caso de um operador, que não estivesse interessado em que isto se concretizasse, de ir protelando o processo, levantando objecções.

Temos de ver uma coisa: temos uma excelente relação de trabalho neste processo com as operadoras, mas nunca confundimos os interesses particulares das operadoras com o interesse público e o interesse estratégico de executar esta operação.

Portanto, sinceramente, não me recordo da questão da Vodafone. Lembro-me de ter ouvido aqui a Sonaecom, numa parte da sua audição, referir que, do ponto de vista da Sonaecom, talvez não fosse necessário. Mas isto era do ponto de vista da Sonaecom, de acordo com os interesses e os procedimentos que a Sonaecom, eventualmente, tem. Estou a lembrar-me de memória.

Agora, nós tínhamos um interesse: que os 25 milhões fossem, efectivamente, concretizados numa conta e que fossem usados através de uma estrutura clara para todos, que nos dissesse como é que esse dinheiro era utilizado. Mas digamos que isto são já informações acessórias ao centro, porque aquilo que acabei de explicar, e penso que ficou claro, foi como o processo se passou.

Agora, sobre a avaliação deste processo, de facto, até ao momento em que a Fundação foi criada, não houve nenhuma iniciativa, nenhum projecto que concretizasse esse investimento. Ora, o nosso objectivo número um era que ele fosse concretizado, e, portanto, nós, muito naturalmente, solicitámos a um escritório de advogados, que tinha experiência nesta matéria e que fosse reconhecida como tal, que nos

apresentasse uma solução dentro das várias soluções possíveis. E esta informação pareceu, de acordo com a informação jurídica, ser a solução indicada. Nós analisámos a solução; propusemo-la ao Governo; o Governo apresentou-a aos operadores e estes concordaram.

Eventualmente, poderia haver outras soluções, mas nós não encontrámos. Mas, se existiam outras soluções, as entidades que entendem que essas seriam as melhores, então deveriam, nesse momento, tê-las apresentado. Penso que não podemos ir para além disto. Porém, o nosso objectivo era que isto fosse, de facto, concretizado.

Respondendo, agora, à questão sobre a prestação de contas, acho que o modelo que está instituído é um modelo que garante a clareza de toda a informação financeira a vários níveis, mas vou começar por um nível que, penso, tem sido objecto de alguma discussão.

O relatório e contas da Fundação, na sua informação, tem as contas que dizem respeito ao património que a Fundação gere, que são os 25 milhões, e tem uma informação, que também faz parte do relatório e contas, sobre as verbas que entram na Fundação, relativamente ao Programa e.escola — e estou a falar de todo o Programa e.escola, incluindo a iniciativa e.escolinha —, e que são pagas aos operadores. Portanto, fica, claramente, registado e visível o dinheiro que o Estado coloca na Fundação para fazer face a responsabilidades que são do Estado, e isto é visível, quer nos acordos, quer no aditamento que foi feito (e, depois, poderemos falar sobre ele), mas o Estado é que é responsável. Quem, de facto, fez os contratos com os operadores não foi a Fundação, a Fundação tem um mandato de gestão dessas responsabilidades.

O Estado dota a Fundação dos recursos financeiros necessários para fazer face a essas responsabilidades que são do Estado e que a Fundação tem de estudar, avaliar e documentar. E o dinheiro que o Estado põe na

Fundação aparece nas contas da Fundação e o dinheiro que a Fundação paga aos operadores aparece também nas contas da Fundação.

Acho que há aqui uma questão que vai ser bastante resolvida nos próximos tempos e que tem a ver com o seguinte: a Fundação está a ser objecto de uma auditoria do Tribunal de Contas e, neste momento, existe uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a intervenção do Estado na Fundação. Portanto, no fundo, nós estamos a ser auditados, digamos assim, a vários níveis, praticamente no primeiro ano de actividade, que é uma situação relativamente *sui generis*, porque, normalmente, estas auditorias são feitas após algum tempo de as coisas acontecerem. Não é normal uma instituição ter este nível de *auditing*, logo no primeiro ano de actividade.

O que é que acontece? Quando apresentarmos o relatório e contas de 2009, portanto, vamos ter lá expresso o dinheiro que a Fundação recebeu durante o ano de 2009, como fizemos em 2008, e o dinheiro que a Fundação pagou durante o ano de 2009 e, conseqüentemente, esse valor vai ficar no relatório e contas. Portanto, aí, vai haver uma clarificação não só do que se passou em 2008 (está lá o dinheiro que deu entrada na Fundação e o dinheiro que saiu da Fundação) mas também do que se passou em 2009, e, como 2009 já foi um ano em que esse volume financeiro teve um peso maior, penso que, a partir daí, qualquer pessoa poderá ver o que é que a Fundação recebeu em 2008 e em 2009 e o que é que a Fundação pagou em 2008 e em 2009. Portanto, este elemento, de facto, quando estiver publicado e aprovado, claramente, ficará com essa informação.

Tirando isso, as contas da Fundação têm isso. O que a Fundação não pode pôr nas suas contas é aquilo que os operadores entendem que já investiram no Programa e.escola, que não passou pelo crivo da Fundação, que é um crivo rigoroso e apertado — e penso que foi a isto que V. Ex.<sup>a</sup> se referiu e a que eu me referi aquando da primeira audição. Nós não aceitamos, simplesmente, que o operador nos informe, através de um

relatório ou de uma informação, de que já investiu  $x$ . Nós exigimos que o operador nos diga quem foram os beneficiários que, de facto, foram beneficiados, em que dia e em que momento. Isto é obrigatório para nós. É isto que torna, na nossa opinião, a informação auditável.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Dr. Mário Franco, peço desculpa, antes de entrarmos nessa parte, ainda sobre o relatório e contas, que estava a abordar...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Ainda não terminei, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Gostaria que clarificasse, para ficarmos todos a perceber, se, no concreto, o que isso significa é que o próximo relatório e contas referente a 2009 vai ter a mesma metodologia de abordagem do relatório de 2008, mas com os números, naturalmente, mais significativos por ter sido movimentado mais dinheiro. É isto? Vai haver mais essa...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Se V. Ex.<sup>a</sup> me pudesse explicar o que entende por «mesma metodologia», porque, pelo que estou a entender, a «mesma metodologia» é uma distinta clarificação — peço desculpa pela redundância — entre aquilo que são os custos operacionais da Fundação e aquilo que são os custos do Programa e.escola. Creio, honestamente, que isto torna as coisas muito mais claras, porque, para mim, o que seria pouco claro era confundir despesas da Fundação com os custos do Programa e.escola, poder-se-ia até levantar a dúvida sobre se o dinheiro que o Estado coloca na Fundação estaria a ser usado para outro fim operacional que não aquele a que se destina.

Ora, a metodologia que usamos, e, penso, a bem de todos, isto é, do próprio Estado e de nós, é a de separar claramente as águas. Uma coisa são despesas...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Dr. Mário Franco, peço desculpa, mas o senhor está a discordar de um problema que ninguém colocou. O senhor está a responder a uma questão que não foi a que eu coloquei. Eu não falei acerca dos custos e das despesas operacionais do e.escola em vez dos da Fundação ou misturados com os da Fundação. Não foi isto! São as duas coisas que constituem, em termos concretos, a missão da Fundação, só que as despesas operacionais da Fundação são a forma para atingir esse fim, que é a operação e o Programa e.escola, e, naturalmente, têm de ser ali retratados, no mínimo, com o mesmo grau de pormenor com que os meios, que são esses custos operacionais. Não sei se me faço entender agora?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Um bocadinho melhor! Eu vou explicar a V. Ex.<sup>a</sup>.

O primeiro ponto do relatório e contas, que, a meu ver, é de uma grande valia, distingue claramente os custos operacionais da Fundação dos custos do Programa e.escola. E isto é muito importante porquê? Porque o Estado coloca dinheiro na Fundação não para actividades correntes da Fundação ou para custos operacionais mas, exclusivamente, para pagar os custos do Programa e.escola. Portanto, a separação das duas coisas permite a qualquer auditor, a qual pessoa, olhar e dizer: «o dinheiro que o Estado pôs foi o dinheiro que foi pago aos operadores por conta das suas responsabilidades e o dinheiro que a Fundação paga dos seus custos operacionais é usado, em primeira instância, o património da Fundação, que foi dinheiro que os operadores...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não, mas este é o primeiro aspecto, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite. Penso que entendi a questão colocada por V. Ex.<sup>a</sup>, porque, se não, terei todo o gosto em tentar esclarecer mais.

Agora, aquilo que entendi que V. Ex.<sup>a</sup> refere é que pretendia ver naquele relatório um maior grau de detalhe dos custos do Programa e.escola...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Que, no relatório, só tem meia página!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, mas não é uma questão de dimensão, é um maior grau de detalhe.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu, neste momento, não estou em condições, porque não temos o relatório, de dizer exactamente como é que ele aparecerá. Há sempre coisas que se podem melhorar e que se devem melhorar. Agora, de facto, o relatório teve, como primeira preocupação, separar as duas coisas. Quanto ao grau de detalhe com que é apresentado o Programa e.escola... Aceito, perfeitamente! É sempre discutível, pode haver um maior ou menor grau de detalhe, a desagregação pode ser feita de várias formas, e, portanto, isto é um assunto que pode sempre ser analisado. Mas, de facto, o essencial, para nós e para todos, foi que não existisse confusão entre entres dois aspectos.

Portanto, quando, há bocado, pedi a V. Ex.<sup>a</sup> para me ajudar a compreender a questão da metodologia foi porque eu não estava exactamente a entender, tendo em conta que o tema que fomos debatendo ao longo do tempo foi exactamente essa separação para que nunca existisse qualquer confusão entre estes dois aspectos.

Passo, agora, à terceira questão que o Sr. Deputado colocou, que pensei ter esclarecido na última audição, mas que, provavelmente, não fui suficientemente claro. Sei que é muito diferente para quem tem de lidar todos os dias com esta questão e para quem tem ou está a fazer uma audição ou uma auditoria a algum processo.

Vamos ver uma coisa: os 25 milhões de euros era dinheiro dos operadores e que serviu para constituir o património inicial da Fundação, ou seja, o património da Fundação. Estes 25 milhões estão obrigados ao Código da Contratação Pública, porque a maioria, no Conselho Geral da Fundação, é do Estado, o que torna obrigatório para a Fundação recorrer a esses procedimentos.

Os 390 milhões, salvo erro, que é o montante das obrigações de contributo que os operadores alocaram ao Programa e.escola, está nos operadores, e, portanto, esse dinheiro não é gerido directamente ou, melhor, não é a Fundação que determina, em cada momento... Há uma questão que, penso, tem sido pouco falada aqui e que é importante para se perceber e explica muitas das questões que VV. Ex.<sup>as</sup>, eventualmente, levantaram. É que os operadores, quando investem esses recursos, estão a investir de acordo com o seu risco, porque para que aquele valor seja reconhecido ele tem de estar dentro do que está contratualizado. Os operadores podem fazer uma despesa, um operador pode comprar um computador — chega ali e compra um computador —, mas isto não quer dizer que, depois, este valor seja considerado nos 390 milhões. Ele só será considerado se estiver dentro do que está contratualizado entre os Estado e os operadores.

Quando o operador faz a despesa, ele não está a usar o dinheiro dos 390 milhões. Ele acha que está, é um direito, mas ele só está efectivamente quando a Fundação reconhecer que aquele dinheiro foi usado ao abrigo daqueles contratos, é *a posteriori*. Portanto, o risco de ser ou não... Claro que, como todas as pessoas que foram ouvidas aqui, e é esta a nossa postura, já o referi várias vezes, somos todos pessoas de bem, e, portanto, não estamos ali para estar a dizer «vou aqui tirar 10 computadores». Não! Não é nada disto que se trata. Agora, o operador, quando faz a despesa, tem de a fazer de acordo com as normas que estão contratualizadas, porque, se não, pode chegar ao pé da Fundação e dizer «olhe, eu gastei este dinheiro», mas «isto não foi de acordo com o que está contratualizado», e este dinheiro não é considerado por nós. Mas, depois, ainda vai ter um segundo processo, muito importante, que é a auditoria. Quando fecharmos este processo, haverá auditorias, provavelmente, até mais do que uma. E se chegarmos à conclusão de que, na boa fé das pessoas, aquele dinheiro fazia todo o sentido ser considerado mas se, depois, as coisas não estiverem correctas, claro que não poderemos finalizar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Dr. Mário Franco confirma que essa avaliação, essa verificação, que cabia e cabe à Fundação fazer, sobre a adequação em relação às contrapartidas nunca saiu da Fundação?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Deixe-me esclarecer este ponto, que é muito importante, aliás, estava quase a dizer que ia responder a uma pergunta que V. Ex.<sup>a</sup> me colocou.

Nós não enviámos essa informação para validação final pelo Comité de Validação, porque só a queremos enviar após as auditorias que vamos fazer. Portanto, nós não iríamos dizer ao Comité de Validação para validar investimentos, para, depois, as nossas auditorias virem a verificar que

aquilo que tinha acabado de ser enviado pela Fundação ao Comité de Validação não estava exacto. Quer dizer, ficávamos numa situação complexa: tínhamos enviado para validação dados, sobre os quais, efectivamente, não tínhamos a confirmação da auditoria que vamos mandar fazer.

Portanto, só enviaremos (e esta é a nossa posição de partida) a informação para o Comité de Validação (e já expliquei isto ao Comité de Validação) depois de termos a confirmação, porque, no fundo, estamos a verificar a execução de um projecto.

O Comité de Validação, para nós, é uma instância acima de nós, pelo que só devemos enviar para a instância superior quando, na nossa instância, que é a instância inferior, tivermos a auditoria feita e podermos dizer: «sim, senhor, no nosso entender, nada mais temos a fazer».

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Quando o Sr. Dr. Mário Franco se refere a «auditoria» está a referir-se à auditoria encomendada à KPMG?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! Nós temos de ter vários níveis de auditoria, porque, como todos sabemos, estamos a falar de recursos significativos. Honestamente, também acho que não é só uma questão de recursos, embora os recursos aqui sejam o essencial, também é uma questão de princípio, porque isto é um programa que tem um impacto social e mediático enorme, e, portanto, nós não queremos estar a validar informação sem ter essas garantias.

As auditorias estão previstas nos contratos com os operadores — penso que todos os contratos feitos com os operadores estão à disposição de VV. Ex.<sup>as</sup> aqui, na Comissão —, e, portanto, naquele caso, em que o contrato foi entre o Estado e o operador, está previsto que o Estado proceda à realização de auditorias, e a nossa decisão, com base nesses contratos, é a

de mandar fazer as auditorias. Falo sempre em, pelo menos, duas auditorias, porque a minha experiência diz-me que é conveniente fazer uma primeira auditoria com as ideias que temos na cabeça e, depois dos resultados da primeira auditoria, mandar fazer uma segunda para verificar e, às vezes, até para questionar mais informação.

Portanto, só depois deste processo estar concluído... Eu compreendo que os operadores gostassem de fechar, nas suas contas, este processo. Percebo isto e sou sensível a isso, mas há aqui dois valores: o valor *a*, os operadores querem fechar isto nas suas contas; e o valor *b*, que é aquele que a Fundação acha que é da sua responsabilidade, que é validar quando tiver mesmo a certeza de que aquilo está correcto e que tem documentos que demonstram isso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas isso é daqui a quanto tempo, na sua opinião?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — A nossa intenção é a de realizar este ano, como está previsto no plano de actividade, a primeira auditoria.

Portanto, esse valor *b*, que, para nós, é o valor *a*, sobrepõe-se ao outro valor. Logo, faremos tudo para que essas auditorias sejam céleres, sem prejudicar a qualidade das mesmas. E elas são relativamente complexas, porque vamos ter de ir ver uma série de questões, tais como, se os operadores compraram os computadores por aqueles preços, se os entregarem àquelas pessoas, etc. Não será a 100%, mas veremos muita informação. Portanto, só nessa altura é que enviaremos para o Comité de Validação, e, nessa altura...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Provavelmente, no final de 2011, na sua opinião? Dois anos para este trabalho?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim! Nessa altura, estou, absolutamente, convencido de que sim. Só se nas auditorias se viesse a verificar, o que não acredito, de maneira alguma, porque já temos metodologias internas próprias... Mas as auditorias são fundamentais, criam outras metodologias.

Eu percebo e, por isso, quero chamar a atenção de VV. Ex.<sup>as</sup> para este aspecto: os operadores de comunicações têm, digamos assim, objectivos e nós também. Ou seja, nós não podemos estar aqui numa postura de que tudo o que os operadores entendem ser os seus objectivos tem de ser concretizado dessa forma. Tentamos que haja uma aproximação, porque achamos que os operadores tiveram nisto um papel relevante e determinante neste processo, mas nós temos um mandato do Estado para gerir o programa em nome do Estado. Nós temos outros objectivos.

Penso que esta questão ficou absolutamente clara e que respondi à quinta pergunta do Sr. Deputado.

Sobre a informação, penso que, de certa maneira, respondi, nós enviámos essa informação às entidades... É preciso ver que a Fundação tem, no seu Conselho Geral, três representantes do Estado; tem um Conselho Fiscal, que vai fazer agora a auditoria às suas contas. Este é um outro tipo de auditoria, que, na altura, não fizemos, porque, repare, a Fundação nasceu a 11 de Setembro, mas só foi reconhecida, salvo erro, em Outubro. Portanto, tivemos, praticamente, dois meses (Novembro e Dezembro) e não fazia muito sentido fazer uma auditoria às contas de dois meses, fazia mais sentido fazer agora a 15 meses, digamos assim. Penso que estas são questões normais de racionalidade dos custos e, ao mesmo tempo, perfeitamente compreensíveis. E faremos agora a auditoria, face à situação destes 15 meses, ou seja, 12 meses de 2009 mais os tais dois meses.

Portanto, a Fundação, deste ponto de vista, está a funcionar com relativa normalidade; digo «relativa», porque tenho em conta, e também estou aqui para esclarecer isto, os *timings* em que os documentos foram apresentados.

Portanto, estou aqui para esclarecer o mais possível, não estou aqui a fazer avaliações de factos. Estou a tentar explicar, mas também compreenderão que é minha obrigação não só explicar os factos como também dar uma informação sobre as razões e as formas de como é que esses factos vão acontecendo, porque os factos, só por si, não explicam as coisas.

Qual foi o papel da Fundação no e.escolinha? O papel da Fundação no e.escolinha, em parte (repito, em parte), tem muitas similitudes com o papel que teve no e.escola, só que a participação do Ministério da Educação no e.escolinha, em muitos aspectos, é muito diferente, começando logo pela processo de inscrição. Aliás, penso que foi V. Ex.<sup>a</sup> que questionou aqui este processo, como é que ele tinha ocorrido entre o Ministério da Educação... Penso, portanto, que é um processo conhecido a nível nacional. Este foi um aspecto que alterou completamente — e aproveito para ir dando algumas explicações, que, depois, provavelmente, darei novamente, mas é para tentar enquadrar as questões... Uma das razões que, de facto, nos tomou algum tempo para fechar este processo do contrato do e.escolinha, foi exactamente todos esses processos logísticos, porque eles alteravam bastante. A própria entrega dos computadores, que era feita em casa do beneficiário pelo operador no caso das outras iniciativas do programa, no e.escolinha era entregue na escola. Portanto, havia processos que tinham de ser seguidos, como, por exemplo, saber qual era o contacto que existia para que o operador logístico pudesse fazer chegar...

A este nível, o papel da Fundação não foi menor por uma razão: já não tinha actividade nisso, porque os beneficiários inscreviam-se e, no caso das outras iniciativas, a candidatura ia para o operador e, nesta iniciativa, havia uma maior intervenção do Ministério da Educação. Mas o papel da Fundação continuou a ser o de documentar todas as candidaturas, porque as candidaturas, embora fossem geradas dentro do Ministério da Educação... A Fundação recebia essa informação e enviava-a para o respectivo operador; portanto, este processo obrigava a que a Fundação tivesse documentado todas as candidaturas. Para quê? Para quando fizermos contas com os operadores sabermos quantos foram os beneficiários, qual era o escalão a que pertenciam, etc. Portanto, eu diria que, aqui, a nossa intervenção é idêntica à outra intervenção, que é controlo de candidaturas, entregas e acertos de contas.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E a montante das candidaturas?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Aí, o Ministério da Educação... Ou seja, repare, a montante não tínhamos uma...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa, estou a referir-me à definição do projecto, à definição das características do computador, etc.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sobre esse processo, prefiro falar como um todo, que é para não estar aqui a misturar conversas. Mas, se quiser, vou já directo a esse assunto.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Responda pela ordem. Já baralhou aqui as perguntas o Sr. Deputado Bruno Dias

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Estou a tentar...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa, a pergunta que coloquei sobre o papel da Fundação no e.escolinha foi, fundamentalmente, no âmbito da definição das características e especificações do computador, tendo em conta a cronologia do processo. Mas, se quiser, para além desta questão, responder a outras, esteja à vontade, desde que também responda a esta.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu estou a procurar responder a todas. O meu papel aqui é responder e sinto-me bastante bem a esclarecer, porque acho que não há processos que não tenham dificuldades, mas houve um esforço enorme para fazer o melhor possível. Portanto, ao mesmo tempo, é uma oportunidade para poder esclarecer, e, honestamente, até me sinto honrado com isto.

Já percebi que esta é uma questão secundária, por isso vou directamente ao assunto.

Penso que, ontem, o Sr. Secretário de Estado já esclareceu bastante esse processo, mas vou procurar dar alguma informação mais técnica sobre a matéria.

Para nós, esse é também um processo contínuo e complexo. Ou seja, o processo culmina no contrato assinado, onde está o regulamento, digamos assim, e onde estão as características e outras questões. Penso que dispõem deste documento...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, sim.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Por exemplo, repare, estão lá as declarações que os encarregados de educação têm de assinar; este assunto está lá.

Tem-se aqui discutido questões que, a meu ver, mereciam talvez um esclarecimento, que é confundir características ou condições da oferta do operador com as especificações técnicas do computador. Não podemos confundir as duas coisas. Uma está dentro da outra, mas as condições são mais vastas do que as especificações técnicas do computador.

Portanto, estas condições foram objecto de negociação ou de circulação, se quiser, entre nós, o Ministério das Obras Públicas, o Ministério da Educação e os operadores de comunicações em contínuo, durante uma série de tempo. E, portanto...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pode concretizar essa série de tempo a que se refere?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Posso concretizá-la de várias maneiras: o *e-mail*... Penso que este *e-mail* é muito...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Esse *e-mail* é de quem?

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Pedro Filipe Soares.*

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de prosseguir, porque quem está em casa só ouve a sua voz.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — O Sr. Presidente está a esclarecer-me que quem está em casa só ouve a minha voz... Mas eu tenho o hábito de, quando os outros estão a falar, calar-me para não interromper as conversas.

Sr. Deputado, deixe-me falar-lhe sobre um *e-mail* que já foi citado nesta Comissão. Fui buscar esse *e-mail*, o célebre *e-mail* de 15 de Setembro,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Esse *e-mail* é de quem e para quem?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Posso dizer que um é às 11 horas e 15 minutos...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não, não quero a hora, quero saber de quem é e para quem é o *e-mail*.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Portanto, a entidade gestora...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É da Fundação para as Comunicações Móveis!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, é da Fundação e é de 15 de Setembro.

Nestes dias...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Nesse tempo já havia Fundação?!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sim, da Entidade Gestora do Fundo para a Sociedade de Informação!

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Srs. Deputados, peço-vos que deixem o Dr. Mário Franco responder, porque estava a esclarecer. Depois, teremos hipótese de fazer mais perguntas.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Vamos lá ver uma coisa: vou dizer por que é que tive aqui uma dúvida.

A Fundação é criada a 11 de Setembro;...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Exactamente!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — ... o *e-mail* é enviado a 15 de Setembro. Como é óbvio, do dia 11 até ao dia 15 não fomos a correr mudar o domínio do servidor do *e-mail*. Todos entendemos isto, estamos a falar com pessoas que sabem. Portanto, o *e-mail* ainda diz «@egfsi.pt»; depois, a partir de certa altura, passou a ser «@fpcm.pt». O *e-mail* é mandado por um administrador da Fundação, que anteriormente era do EGFSI, era do Grupo... Mas o importante é o conteúdo do *e-mail*, que diz: «Na sequência das reuniões realizadas e considerando a necessidade de avançar mais rapidamente possível, enviamos, desde já, os projectos de regulamento e contratos relativos à iniciativa e.escolinha para vossa apreciação». Ou seja, nós tivemos *n* reuniões, durante todo esse período, porque é preciso não esquecer que, em 30 de Julho, foi assinado um acordo de princípios que criava a iniciativa e.escolinha e que impunha que, até ao dia 30 de Agosto, ficasse aprovado este documento. E, portanto, era, para nós, um objectivo terminar o documento até ao dia 30 de Agosto. E o que é que aconteceu? Houve imensas reuniões e, sinceramente, não consigo, não é possível...

Nós trabalhamos continuamente; estávamos em contacto permanente com os operadores... Aliás, não era só por causa disto, é preciso ver que, nessa altura, tínhamos a correr o Programa e.escola.

Repare, no dia 11 de Setembro — por acaso, não estive presente na assinatura da acta fundacional da Fundação —, os operadores estavam a assinar a escritura da Fundação. Nós estávamos, e estamos, continuamente a conversar com os operadores sobre estas matérias. Não posso dizer que reuniões foram... As reuniões eram sucessivas e não exclusivamente por causa deste assunto mas por causa de todos os assuntos que temos com os operadores, até porque, é preciso pensar o seguinte...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa, mas, nesse caso, a apresentação a que se está a referir, de 30 de Julho, é o momento ou o ponto de viragem, digamos assim, de que falou, de 30 de Julho para 30 de Agosto?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! Não é um ponto de viragem! No dia 30 de Julho é assinado o acordo que cria o e.escolinha, salvo erro, que diz assim: «Num mês tem de ficar pronto este acordo». Estabelece aquele prazo, e, portanto, nós trabalhamos (já tínhamos trabalhado sobre isso, mas não era possível ter este documento todo pronto) durante o mês de Agosto e todo o mês de Setembro. Não foi só nisto que trabalhamos, também trabalhamos em todas as outras questões, mas trabalhamos nisto afincadamente porque tínhamos um prazo, que era 30 de Agosto. E ainda tínhamos uma outra coisa: o dia 30 de Agosto não era por acaso, era 30 de Agosto porque, tendo em conta que a ideia era a iniciativa e-escolinha decorrer durante o ano lectivo, que iria começar em Setembro, convinha que estas coisas ficassem clarificadas o mais possível até ao fim do mês de Agosto.

Portanto, trabalhámos nessa altura e, quando já tínhamos as coisas bastante sedimentadas, digamos assim, enviámos um documento... Até porque, digo-lhe, nesse período, foi muito trabalho feito entre o Ministério das Obras Públicas e o Ministério da Educação, essencialmente por causa das questões logísticas, porque todo o processo de inscrição era diferente. Portanto, este é um processo que decorre desta forma.

A partir daí, os documentos começaram a circular até que chegamos às versões finais, embora as questões principais estivessem, mais ou menos, balizadas.

Agora, eu acho que há aqui uma questão que também merece talvez uma explicação mais aprofundada, que é a questão das especificações do equipamento. Eu acho que se confundem aqui duas questões que são, para mim, diferentes: uma, são os requisitos que vêm no contrato e que foram acordados entre todas as entidades que assinaram o contrato (Educação, Obras Públicas e os quatro operadores), e são os requisitos mínimos; outra, são os operadores de comunicações, que é quem compra os equipamentos, pegar nos requisitos mínimos, como aconteceu no e.escola, e, digamos assim, ir às compras. São coisas diferentes!

Quando fizemos os requisitos mínimos, não estávamos a fazer um caderno de encargos, não estávamos a colocar ponderações, não estávamos a colocar *benchmark* nas várias opções, estávamos a segmentar o objectivo que estava em causa e a balizar o preço. Portanto, isto era uma grelha ou, melhor, uma grelha de baixo e uma grelha de cima, preço máximo e requisitos mínimos, mas não era um caderno de encargos.

Portanto, acho que, às vezes — e não estou a dizer aqui, na Comissão, mas já vi, até em certas notícias e em certos debates e até públicos, onde participei ou, pelo menos, assisti —, se confundem as duas coisas, e eu não posso confundir, porque já no e.escola tínhamos esta experiência, não podemos pensar que esta experiência nasceu do vazio,

como todos sabemos, nasceu do e.escola. No e.escola, tínhamos estabelecido requisitos mínimos e preço máximo. E o que é que aconteceu? Aconteceu aquilo que esperávamos que acontecesse também no e.escolinha, que era que começasse a haver uma enorme concorrência entre os operadores, porque os operadores têm o maior interesse — e, aliás, penso que o disseram aqui — em ficar bem junto do mercado. E, portanto, nós acreditávamos que isto gerasse uma certa concorrência.

Pelas audições que eu aqui tive e pelas conversas e pelas informações que vou tendo, percebi — esta é uma opinião pessoal — que essa concorrência não foi possível gerar-se, porque o preço do computador era muito limitativo. Mas esta opção do preço foi uma opção, e também fui questionado por V. Ex.<sup>a</sup> sobre isto, em que tentámos sempre que os operadores conseguissem comprar computadores com aqueles requisitos mínimos, se os pudessem melhorar, óptimo, e pelo preço mais baixo da nossa análise.

Mas é evidente que, nestas discussões com os operadores, os operadores tiveram, como é lógico (não era a primeira vez, já no e.escola isto tinha acontecido), oportunidade para dizer: «Bem, nós, se calhar, não vamos conseguir encontrar computadores com este preço».

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa, mas...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Deixe-me só terminar este raciocínio, Sr. Deputado. Depois, esclareço-o, já viu que esclareço todas as questões, desde que eu tenha informação.

Ora bem, o que é que os operadores disseram? Disseram: «É muito difícil, mas nós...». Foi aceite nos contratos, e aqui eu fui um pouco, digamos, consultor do processo, ainda estava a passar para a Fundação; mas aqueles são contratos entre os operadores e o Estado. Já agora

aproveito para esclarecer uma coisa: a Fundação assina aqueles contratos, porque a Fundação tem um mandato de gestão. Portanto, para evitar que, depois, tivesse de fazer um mandato para gerir o e.escolinha, assinámos logo e ficámos logo dentro do processo.

O que é que acontece? Os operadores disseram: «Isto pode difícil...!». Aliás, já o tinham dito anteriormente, não era novidade, relativamente aos valores das restantes... Na altura, não era diferente. Aliás, posso dizer uma coisa: os operadores foram mais duvidosos quanto ao primeiro do que quanto ao segundo. Porque, quanto ao primeiro, eles disseram-nos sempre que não era uma área em que eles... Alguns dos operadores, não todos (é preciso não esquecer que há operadores que estão em grupos empresariais e que têm centrais de compras robustas), disseram-nos «Ah, se calhar, isto não é possível!». Então, ficou escrito nos contratos que se não fosse possível encontrar computadores por aquele preço, o preço poderia ser revisto. E também ficou escrito que, caso não houvesse computadores com aquelas características, eles também poderiam não cumprir os requisitos mínimos. Ou seja, não cumprir os requisitos mínimos, melhor dizendo. E isto porque não tínhamos a certeza de que era viável.

Mas foi sempre nosso objectivo tentar pôr o menor custo no computador e os requisitos mais adequados possível àquele objectivo. E, portanto, isto circulou.

Deixe-me dizer-lhe que não houve ninguém, ninguém, que colocasse reservas àquilo que ali estava e os operadores. E não podemos admitir que os operadores sejam muito sofisticados numas coisas e muito pouco sofisticados noutras. Portanto, os operadores que iam comprar os computadores sabiam quais eram os requisitos mínimos. Da mesma forma que ficou escrito que, se não houvesse àquele preço, o preço seria revisto, eles, se entendessem que aquilo era limitativo da sua operação, teriam colocado a questão. Este é o meu entendimento.

Portanto, não consigo ver aí nada de extraordinário, nem de diferente do que aconteceu no e.escola. As consequências de, depois, só ter aparecido um computador no e.escolinha, também foi o primeiro ano. Lembro, por exemplo, que, salvo erro, nos primeiros meses do e.escola... Nós começámos pela iniciativa e.oportunidades e, nos primeiros meses do e.oportunidades, só havia um computador, que era o da *Fugitsu Siemens*, salvo erro...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E o *Toshiba*!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! No primeiro, não! Era só o *Fugitsu Siemens*.

Depois, salvo erro — eu não fui verificar —, nos primeiros seis meses, acho que só havia dois computadores. Isto, para nós, não era nada de extraordinário...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Dr. Mário Franco, peço desculpa, esta é uma questão importante e penso que valeria a pena clarificar.

Nesse momento do lançamento do e.escola — e disse que, nos primeiros meses, só havia um computador a ser oferecido, digamos assim...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — (*Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador*).

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exacto!

Mas a análise feita pela Fundação permitia concluir que havia uma oferta no mercado de mais do que um computador.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não havia só um computador no mercado com aquelas características, coisa diferente do que acontecia...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A minha pergunta foi no sentido de saber quantos computadores existiam com aquelas características, aquele preço e aquele prazo.

Disse, e muito bem, não é só a questão das especificações.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sr. Deputado, vou esclarecê-lo e aproveito para dar aqui uma informação.

Repare, quando me diz «aquelas especificações», e não são só as especificações, há, por exemplo, o *timing*, e não é o *timing* de entrega, como aqui se falou muito, penso que este nunca foi o problema, mas o *timing* de arranjar o computador, ou seja, o suporte de assistência técnica, que tem um limite... Ou seja, uma criança não pode estar três ou quatro meses à espera do computador, e nós quisemos fazer esta limitação, e estou a falar de quando um computador se avaria.

Agora, essas condições... E depois dizem «e o preço», aqui, o tema foi sempre o preço. Mas, repare, uma coisa: o preço, que eu saiba, numa economia de mercado, é o mercado que o faz. Portanto, não sei por que é que não houve outros a aparecerem com mesmo preço, segundo o que os operadores disseram. Quer dizer, como é que eu posso aceitar que tivéssemos de alterar o preço (e só poderia ser de uma forma: pô-lo mais alto, porque, se aparecessem mais baixos, era fácil de entrarem),

tivéssemos, portanto, de aumentar o preço para, digamos, aumentar apenas a mais-valia da empresa. Tínhamos de ter um preço que fosse o mais baixo possível. Eu não consigo entender qual é a questão do preço!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Dr. Mário Franco, então, para isto ser claro, esta pergunta tem de ser respondida.

Confirma ou não que há este facto: no início do e.escola, há uma análise de mercado feita pela Fundação, em que, consoante as especificações, preços e prazos, colocados aos operadores, havia no início *x* computadores no mercado (repito, no mercado, e estou a falar do e.escola) e só um é que foi disponibilizado pelos operadores. Aquilo que perguntamos é se não havia mais nenhum computador, como, logo a seguir, se veio a concretizar.

No e.escolinha, a questão fundamental que colocamos é a seguinte: mais do que em qualquer outro momento, havia um conjunto de especificações e requisitos mínimos para o computador do e.escolinha (tinha aparecido um meio e mês antes e chamava-se *Magalhães*, no tal dia 30 de Julho, e era a fotocópia exacta das características, inclusivamente um disco rígido de 30 Gb e este preço, que não aparecia em mais lado nenhum) que era, exactamente, em resultado da definição daquela empresa.

Pergunto: confirma, ou não, estes factos que se colocam à nossa frente?

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, quero saber se isto é um debate parlamentar ou se são perguntas ao senhor que está aqui para ser ouvido?

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — A interpelação à Mesa foi registada, tem a palavra o Dr. Mário Franco.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu vou responder.

Não estava a pensar em deixar aqui os documentos, mas penso que este documento possa ser relevante.

O que disse não é bem assim. Ou seja, no e.escola, quando estabelecemos o valor máximo do computador — e agora não tenho aqui esses detalhes, até porque é um processo já mais antigo e não tenho isso aqui —, nunca fomos ver se havia um computador com aquele preço. Não! Não funcionamos bem assim; nós fizemos uma análise um pouco mais profunda disso.

Mas, para responder exactamente à questão, vou deixar ao Sr. Presidente este documento, que não é, creio eu, confidencial, é um documento que eu tenho nos meus arquivos e penso que na altura foi publicado na *Internet*, e trata-se de uma nota de informação de uma empresa chamada IDC, e todos os que estão no mercado das tecnologias conhecem-na, pois é uma das maiores empresas do mundo de informação sobre mercado informático.

O Sr. Deputado conhece, com certeza.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, sim!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Ora bem, diz assim: «Os investimentos dos Governo e os programas intensificaram a competitividade e aumentaram a pressão sobre os preços e isto esperamos que continue». É uma nota de imprensa da IDC, de 3 de Março de 2008, eu fiquei com ela por ser uma nota de imprensa internacional, publicada a nível internacional, porque Portugal era o país que mais crescia nesta matéria.

Este é um documento que...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não era para o deixar, mas também não quis estar aqui a guardá-lo só para...!

O Sr. **Hélder Amaral** (PCP): — Se quiser deixar o *e-mail* que enviou, agradecemos, porque não o temos!

O Sr. Sr. **Mário Franco**: — Tenho aqui só uma nota em papel, mas isso não é confidencial...

O Sr. **Hélder Amaral** (PCP): — Esconda a nota e manda o *e-mail*!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não, não...! Só tenho aqui uma nota...

O Sr. **Hélder Amaral** (PCP): — Ah, não é o *e-mail*, é apenas uma nota em papel.

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Miguel Macedo.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados e Sr. Dr. Mário Franco, sem prejuízo dos esclarecimentos à Comissão, quero registar que estamos há 1 hora e 12 minutos, nesta primeira sessão de perguntas,...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não, não. Na primeira pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Na primeira sessão de perguntas do mesmo Deputado, bem entendido.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Exactamente!

O Sr. **Presidente**: — Peço a todos um esforço de concisão, sem prejuízo do esclarecimento desta Comissão, mas, por este ritmo, nem às 2 horas da manhã terminaremos esta reunião.

Tem a palavra, Sr. Dr. Mário Franco, para concluir as suas respostas.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu fico aqui numa sensação, porque não sei se sou eu o...

O Sr. **Presidente**: — O procedimento que temos adoptado até agora é o de que os Srs. Deputados, com, enfim, a tolerância razoável que temos dado, têm 10 minutos para fazer as perguntas na primeira ronda e não temos fixado, e não vou agora fazê-lo, prazo para as respostas. Estou a apelar à concisão de todos no sentido de fazermos aquilo que temos de fazer, com a eficiência com que o devemos fazer, em tempo útil, para não fazermos uma noitada, embora, em tempos idos, esta Assembleia estivesse bastante familiarizada com grandes noitadas.

Mas já não estamos em tempo disso, Sr. Deputado Bruno Dias, tendo em conta...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Deixem-me só sublinhar — está tudo um bocadinho crispado, não sei porquê —, porque o Sr. Deputado Bruno Dias hoje não esteve na reunião da manhã,...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Por isso não se desgastou!

*Risos.*

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Devo dizer aos Srs. Deputados e também ao Sr. Presidente da Fundação que esta é uma comissão de inquérito, com os poderes que estão fixados na lei, e esta é uma segunda audição, não é a repetição da primeira audição. Portanto, para funcionarmos com eficiência, devemos, evidentemente, dar como boas as declarações aqui prestadas aquando da primeira audição e esta segunda audição serve, evidentemente, e foi este o objectivo declarado pelo Sr. Deputado Bruno Dias quando requereu a audição, para aclarar algumas questões e confrontar, no caso, o Presidente da Fundação com informações que, entretanto, foram recolhidas ao longo dos trabalhos da Comissão em outras audições, no sentido de ficar esclarecido determinado tipo de pontos.

Não estamos no âmbito de um processo judicial, como tal. Aliás, já disse isto hoje de manhã: num processo judicial, quando há repetição de julgamento, nada do que foi produzido no primeiro julgamento pode ser usado no segundo julgamento. Há esta distinção, que é fundamental.

Portanto, Srs. Deputados, faço este apelo a todos, porque, senão, vamos estar aqui até de madrugada, e eu, sinceramente, quero evitar isto,

mas, se VV. Ex.<sup>as</sup> tiverem esta vontade, eu cá estarei também com a alegria de estarmos a tentar servir, o melhor possível, o povo e a Assembleia da República.

Sr. Presidente da Fundação, se puder concluir, faça favor.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Peço desculpa, mas sinto-me na obrigação, até pelo respeito, de responder o máximo, mas...

O Sr. **Presidente**: — Eu não estou a fazer reparo nenhum, Sr. Presidente, estou só a fazer um apelo a que...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Vou tentar, talvez, também...

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu penso que já expliquei um pouco como decorreu esse processo, e, sobre a questão do preço, penso que também já falei sobre ela.

Eu estava a dar uma nota sobre como os preços estavam aqui.

Nós não lutámos por um valor como se tivéssemos ido ao mercado e disséssemos: «há aqui quatro ou cinco computadores com este valor»... Não! Nós tentámos que o preço fosse mais baixo, até porque, dado que os operadores iriam... Ou seja, a perspectiva do número de computadores era elevada, fosse para um, fosse para dois ou fosse mesmo para cinco computadores, estávamos a falar de números relevante, e nós acreditávamos que o valor pudesse baixar o preço de mercado. Portanto, apostámos num preço que puxasse o mercado para baixo, como, aliás, já tinha acontecido com o e.escola, e foi reconhecido pela IDC. Não fomos ver o preço que estava no mercado. Nós tentámos puxar o mais possível o

preço para baixo, tentando evitar o custo da iniciativa. Não consigo explicar mais do que isto. Quer dizer, fizemos contas de várias maneiras, várias análises e chegámos a esta conclusão.

V. Ex.<sup>a</sup> colocou-me uma questão, que eu sei que lhe é cara e também é cara a mim, que é a do *software open source*. Não sei se induzi em erro a Comissão, não foi esta a minha intenção, mas, de facto, o que existe nos contratos do e.escola — quando falo no e.escola, estou a falar do Programa e.escola, exceptuando a iniciativa e.escolinha, uma vez que VV. Ex.<sup>as</sup> fazem sempre essa distinção, eu estou a facilitar as coisas —, exceptuando a iniciativa e.escolinha, é o seguinte: o operador tinha de ter uma oferta de *software*, que poderia ser *software open source* ou *software* proprietário. Tinha de ter uma, não era obrigado a ter as duas. Não fui ler a acta, mas, depois, numa audição, apercebi-me de que se poderia estar a gerar alguma confusão sobre isto. Assim, para mim, para a minha maneira de ver e para a maneira de ver das pessoas que estavam envolvidas e segundo as instruções que eu tinha, a existência de uma oferta de *open source*, e, portanto, de uma alternativa àquele que acabava por ser o que estivesse maioritariamente no mercado, era uma exigência, mas não uma exigência que estivesse escrita no contrato, no sentido de se dizer «têm de ter todos esta oferta». Não! Mas era uma exigência. Se usei esta expressão, admito que a tenha usado, não tenha a certeza porque não fui ver a acta sobre isso, eu sentia-me com essa exigência. Então, o que é que fizemos? Essencialmente, embora isto fosse da responsabilidade dos operadores de comunicações, procurámos informamo-nos sobre a razão de os operadores de comunicações não estarem a disponibilizar esta oferta. E havia várias razões, algumas técnicas, outras de desconhecimento da oportunidade. Enfim, havia várias razões. Aliás, as pessoas das várias empresas de *software open source*, com quem falei — é preciso ter em atenção que estamos a falar de empresas...

Há aqui uma coisa que é importante dizer: existem empresas portuguesas de *open source*, mas também existem multinacionais ligadas ao *open source*. O *open source* não é uma realidade só nacional. Há empresas cotadas na bolsa de Nova Iorque que vivem do *open source*. Portanto, o *open source* é um negócio. Mas nós também sabemos — aliás, é preciso conhecer um bocadinho as coisas para se trabalhar com elas — que o *open source*, para além de ser um modelo de negócio de *software*, é uma realidade muito mais rica, quer dizer, tem grandes oportunidades para empresas, nomeadamente, portuguesas, abre perspectivas de alternativa, que é uma coisa que é sempre boa, principalmente quando se está a lidar com estudantes.

Portanto, eu procurei o mais possível junto do mercado, junto dos operadores de comunicações em primeira instância, junto das empresas de *software open source*, junto dos fornecedores (falei com *n* fornecedores, fornecedores nacionais e internacionais, inclusivamente com pessoas de topo dessas multinacionais), perceber (não consegui perceber tudo, porque também não me explicaram tudo, mas tenho alguma informação não só porque leio mas também porque me aconselho sobre a matéria), se havia grandes dificuldades, e percebi que havia. Aliás, estas dificuldades não são inerentes ao Programa e.escola, as dificuldades do *open source* são gerais. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que o mercado tem um peso muito grande de uma marca de *software*, em relação, por exemplo, ao *open source*...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — (*Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador*).

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Acho que estamos a falar de coisas reais. Ainda não existia o programa e esse peso já existia. Na maior parte dos países, ele já existe.

Estou a falar com sinceridade sobre todas as matérias.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Ontem, o Sr. Secretário de Estado, mostrou aqui o prémio...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu também tenho um e não trago para mostrar!

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados,...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Luís Gonelha, todos temos direito a um momento de exaltação, mas o seu hoje já se venceu!

*Risos.*

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Sr. Presidente, não seja assim...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de prosseguir, Sr. Dr. Mário Franco.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Essa questão do prémio, penso que advém do facto de, efectivamente, ter havido um esforço neste programa, globalmente, em procurar, porque as pessoas que estão, certamente, nessas entidades conheciam toda a preocupação que houve por isso... Honestamente, acho que, do ponto de vista dos resultados, a opção foi correcta. Se me perguntar: acha que é possível fazer mais por isto? Eu digo que sim, é sempre possível fazer mais.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, peço imensa desculpa, mas há aqui um facto objectivo que está na base da pergunta que coloquei, de uma forma muito expressa, e que é o seguinte: como é que se explica que, afinal, apesar de tudo aquilo que, neste caso, o Sr. Presidente mantém nas suas afirmações, quem promoveu a iniciativa para que o *software* livre, ou o *open source*, fosse disponibilizado não tenha sido a Fundação, nem o Governo, mas, sim, entidades externas que consultaram a Fundação para que isto fosse admitido?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o objectivo de se fazer aqui um conjunto de perguntas e de se obter um conjunto de respostas é obter para a Comissão os esclarecimentos que são necessários; depois, VV. Ex.<sup>as</sup> tirarão as consequências que muito bem entenderem sobre cada um dos factos.

Faça favor de prosseguir, Sr. Dr. Mário Franco.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não estou aqui a fazer uma avaliação. Agora, é evidente isso que diz, e ainda bem que fez essa referência, porque permite-me explicar o seguinte: quem, de facto, toma a iniciativa são os operadores e é o mercado que funciona. Isto é uma coisa que não só reconheço como acho que é muito positiva. Não foi uma imposição do Estado. A mais-valia da solução apresentada é que levou ao aparecimento dessa opção, mas isto faz parte, digamos, do modelo que estava estabelecido.

Eu não estava a dizer isto no sentido de procurar dizer que a Fundação tinha influenciado essas decisões. Procurei aperceber-me, informar-me e auscultar, das dificuldades que existiam no aparecimento dessas soluções e se algumas dependiam da gestão do Programa. Mas, de facto, e como V, Ex.<sup>a</sup> acaba de dizer, isso é um resultado do mercado. E penso que essa é uma das melhores provas de que o modelo que adoptámos era o modelo correcto, por duas razões: primeiro, porque o mercado conseguiu perceber que, no quadro que estava a trabalhar no Programa e.escola, havia condições para aparecer uma oferta de *software* livre concorrencial que não careceu de nenhuma intervenção do Estado para ser escolhida pelos beneficiários.

Mas ainda há mais um aspecto, que, penso, na última audição não referi e que convinha referir, que é o seguinte: o facto de ser em alternativa — alternativa, no sentido de que os operadores é que escolhiam, ou era um ou era outro, não era o *dual boot* —, no caso do e.escola, tirando o e.escolinha, teve uma enorme vantagem, na minha opinião. Como houve cerca de 70 000 computadores que tiveram *software open source*, foram 70 000 computadores em que não houve lugar a pagamento de licenças de *software*. Portanto, foi uma poupança para o programa a benefício do programa e da oferta.

Agora, não estou a discutir as opções. As opções são sempre várias, mas os resultados são variados e um deles foi este, foi o mercado, e o mercado, hoje, está cada vez mais (é a minha percepção dos contactos que tenho) a compreender a importância de ter esta oferta e, como V. Ex.<sup>a</sup> referiu, e muito bem, na minha opinião, o mercado encontrou a solução, porque tinha condições para o fazer. Portanto, o quadro do e.escola permitiu encontrar essas soluções. Creio que esta foi a realidade e foi o processo.

Só para fechar este ponto, quanto à questão da exigência, para mim, foi sempre uma exigência no sentido não contratual mas real. Ou seja, era importante perceber por que é que essa oferta não aparecia, tendo esta possibilidade sido considerada, perceber as causas e procurar acompanhar o processo. Felizmente, o mercado conseguiu acabar por encontrar essas alternativas e, a partir de determinado momento, os beneficiários tiveram sempre essa opção em cima da mesa. Aliás, penso que foi o Sr. Presidente da Portugal Telecom que referiu, nesta Comissão, e penso que já o ouvi dizer isto várias vezes, que a oferta do *open source* era apresentada pelo Grupo PT como um factor concorrencial em relação aos outros. Estou convencido de que os beneficiários que quiseram escolher *open source* escolheram PT e, se calhar, alguns poderiam não ter essa ideia e acabaram por o fazer, e, portanto, foi um factor de concorrência entre as empresas.

Portanto, acho que essa opção foi uma opção...

Eu só falei no prémio apenas porque a interpretação que faço da atribuição do prémio ao programa é a de as empresas que estão ligadas a esse sector reconhecerem que o Programa criou condições para que o mercado aparecesse com essas soluções. Aliás, esse prémio foi atribuído, como sabemos, não só ao programa e a V. Ex.<sup>a</sup> mas também a empresa que teve essa capacidade. Portanto, no fundo, o programa criou essas condições

e creio que foi um bom resultado, e, por isso, acho que a opção veio a dar resultados correctos.

A opção do *dual boot* é uma opção, com vantagens e desvantagens como todas as outras opções. No caso da iniciativa e.escolinha, havia várias razões para se incluir o *dual boot*. Primeiro, estávamos a falar de crianças, logo o grau de informação era, teoricamente, menor; e, segundo, como na iniciativa e.escolinha os computadores estão muito ligados ao funcionamento da escola, estão mais ligados, digamos, à actividade do professor, poder-se-ia dar o caso de um aluno escolher um *software*, outro escolher outro *software* e, assim, criar-se alguma dificuldade.

De qualquer forma, conseguiram-se condições para o *dual boot* e foi uma opção diferente essencialmente por estas razões, até porque era importante que se desse logo a partir dali... É preciso não esquecer uma coisa: no caso da iniciativa e.escolinha, é uma nova geração, e, portanto, era muito importante que aquela nova geração tivesse, imediatamente, acesso, e foi aqui bem descrito, pelo representante da empresa que acabou por estar no processo, que, no programa, teve-se o cuidado...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Dr. Mário Franco, pode explicar o que é uma exigência não contratual, mas real?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — É haver uma preocupação de acompanhar o processo até perceber por que é que não estava a acontecer, se havia necessidade de tomar algumas decisões complementares para que houvesse a maior diversidade possível. E, para mim, era uma exigência, entre aspas, moral, ou seja, de acompanhar este assunto e perceber o que é que estava a acontecer e por que é que isso não tinha acontecido até à àquele momento.

Agora, não havia no contrato, e era isto que eu queria esclarecer, nada que obrigasse os operadores a aparecerem. Mas não sou eu que digo, está escrito no contrato e não vale a pena estar a repetir. É preciso ver uma coisa: o nosso trabalho era executar os contratos com a maior diligência e procurando potenciá-los o mais possível.

Só para lhe dar um exemplo, lembro-me perfeitamente de um processo que acompanhei, e o assunto ainda era pouco conhecido, em que, apesar do trabalho que a empresa desenvolveu, foi preciso verificar que as placas 3G corriam todas com aquele *software*, foi preciso fazer testes, apresentar soluções. Eu acompanhei este processo. Não foi só a questão dos fornecedores. Mesmo no quadro dos operadores, houve que acompanhar o funcionamento das placas 3G com aquele *software*.

O Sr. **Presidente**: — Já terminou, Sr. Dr. Mário Franco?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Penso que respondi a todas as perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem! Uma hora e meia depois... Mas, enfim, o Sr. Deputado Bruno Dias foi quem pediu esta audição, e, portanto, certamente, quis ter a amabilidade de esgotar todas as questões que os outros colegas Deputados da Comissão pudessem pôr a seguir. Tenho a certeza de que, agora, vamos ser muito mais rápidos, e o Sr. Deputado Ramos Preto, a quem dou desde já a palavra, vai dar o exemplo.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Vou dar o exemplo, Sr. Presidente, porque só tenho 25 perguntas e fá-las-ei rapidamente.

Cumprimento o Sr. Presidente da Fundação por estar aqui novamente, pela sua disponibilidade e pelos esclarecimentos que aqui deu.

Sr. Presidente da Fundação para as Comunicações Móveis, vou fazer-lhe 25 perguntas curtas para respostas curtas, muitas das respostas já conheço, mas gostava de ouvir a sua confirmação.

Quando foi constituída a Fundação? Foi constituída por acto do Governo? Foi por escritura pública?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Com esse ritmo, nem eu consigo tomar nota.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, então, vou fazê-las mais devagar.

Quando foi constituída a Fundação? Foi por acto do Governo?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — É o questionário que deveríamos ter.

Foi por escritura pública?

Quem foram os fundadores?

Qual era o seu património? Em que datas é que esse património foi realizado? Foi realizado por entradas em dinheiro? Em que datas é que os cheques foram entregues à Fundação para as Comunicações Móveis? Se não souber agora, depois informará a Comissão. Por que é que o património é de 25 milhões e não de 30, 40 ou 50? Quem é que definiu este montante? Foram os fundadores? Foi uma decisão do governo? Que governo é que fixou este montante? Foi o governo anterior do PS ou foi o Governo do PSD/CDS?

Por que é que optaram, enquanto Entidade Gestora do Fundo, por propor a figura da fundação? Não vou explicar a história da entidade gestora, porque já aqui foi explicada. Esta opção, a de fazer uma fundação, foi feita de acordo com os operadores? Os operadores móveis fizeram alterações ao projecto de estatutos, depois de lhe terem sido enviados pelo Governo?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Percebem agora por que é que a justiça é lenta?

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não, não é lenta, é precisa! Não é abandonhada! Que é o que tem acontecido, aqui, em algumas reuniões!

O governo, entidade gestora, aceitou essas alterações, se é que as houve?

Sr. Dr. Mário Franco, posso continuar com as perguntas?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Só estou a fazer as perguntas, porque, depois, pode ter o tempo que quiser para consultar os documentos ou para nos enviar depois.

Os operadores móveis nomearam de imediato os seus representantes no Conselho Geral? De imediato, significa depois do reconhecimento pelo Governo. Perguntei quando é que foi constituída, quando é que foi reconhecida, já agora, e se, depois de reconhecida, nomearam de imediato os seus representantes no Conselho Geral.

A Fundação tem no Conselho Fiscal revisores oficiais de contas?

A Fundação está sujeita a auditorias, nos termos estatutários?

Os operadores móveis aceitaram que o Conselho de Administração fosse nomeado pelo Governo? A razão de ser era que houvesse imparcialidade na monitorização dos contratos celebrados entre os operadores e o Estado? Esses três contratos tinham conteúdos e obrigações distintas? Refiro-me aos contratos celebrados entre o Governo e as operadoras móveis em Abril de 2009, com efeitos a 30 de Agosto de 2008. Para nós, contratos são aqueles de que temos falado sempre aqui.

Houve operadores móveis que disseram aqui que têm dinheiro a receber da Fundação. Pode dizer-nos se isto é verdade.

Qual é o estado da arte do relacionamento do Estado com as operadoras, sendo certo que a Fundação tem um mandato de gestão para monitorizar e auditar o cumprimento dos contratos? Pergunto: qual o estado do relacionamento do Estado e das operadoras, em termos de fluxos? Já respondeu há pouco, a instâncias do Sr. Deputado Bruno Dias, pelo que pode deixá-la passar em claro, apesar de eu a formular.

Pode esclarecer-nos... Não sei se pode...! Durante algumas reuniões, tive alguma dificuldade em perceber os 25 milhões. Não percebia a razão de ciência, e nós, os juristas, somos pessoas assim um bocado complicadas.

Às tantas, vejo aqui um protocolo, que foi celebrado em 5 de Junho de 2007 e que está assinado pelo Ministério e pelos três operadores móveis. E neste protocolo diz que as operadoras e o Governo celebram este protocolo que cria um fundo aberto, designado Fundo da Sociedade de Informação, que tem por objecto o financiamento de projectos, etc. Depois diz que o Fundo tem o capital inicial de 24 milhões ou 25 milhões de euros, é aquele mesmo dinheiro que, depois, vai para a Fundação. Mas, na alínea a) do Protocolo, diz assim: «Considerando o Despacho n.º 1704/2003, de 13 de Janeiro, do Ministro da Economia, publicado na 2.ª Série do *Diário da República*, de 28 de Janeiro de 2003...». E este Despacho, como dizia o Sr. Deputado Jorge Costa, não fala nos 25 milhões, o que, na verdade,

também me fazia confusão. Fazia-me confusão como é que apareciam os 25 milhões, mas, depois, há aqui uma regra, logo a seguir, que diz «e demais esclarecimentos posteriores, provenientes da atribuição aos operadores móveis de frequências adicionais UMTS correspondentes à licença da OniWay, Informações, SA».

Já sabemos hoje que os esclarecimentos posteriores são uma carta que o Sr. Secretário de Estado deixou aqui ao Sr. Presidente. Na verdade, fazia-me confusão, mas esses esclarecimentos posteriores vêm falar nos 25 milhões e na fundação para a sociedade de informação. E, neste protocolo, tinha razão, porque no governo em que V. Ex.<sup>a</sup>...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Afinal, eu tinha razão!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sabe por que é que tem razão? Porque o Governo, em que V. Ex.<sup>a</sup> participou, fez um despacho e nesse despacho escondeu os 25 milhões e, depois, em esclarecimentos posteriores, por cartas assinadas pelo chefe de gabinete, a instâncias dos operadores, é que foram esclarecidos os 25 milhões. Porque se os 25 milhões estivessem no despacho da distribuição do espectro, nem V. Ex.<sup>a</sup> nem eu não teríamos andado à procura de saber de onde vinham os 25 milhões. Hoje, já sabemos e esta Comissão também já sabe de onde vêm os 25 milhões.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — No fim da reunião, dou-lhe cópia de outro despacho onde estão os 25 milhões, que está publicado no *Diário da República*!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Deputado, segundo a cláusula quarta, com a realização integral da respectiva contribuição inicial referida na cláusula segunda para o FSI, extinguem-se, definitiva e integralmente,

todas as eventuais obrigações a que se encontram vinculados, nos termos da segunda parte do n.º 2 do Despacho n.º 1704/2003, de 13 de Janeiro, do Ministro da Economia, publicado a 28 de Janeiro de 2003, e demais esclarecimentos posteriores (são os tais «demais esclarecimentos posteriores» que eu nunca encontrava e que, hoje, finalmente, já temos aqui) provenientes da atribuição aos operadores móveis das frequências adicionais correspondentes à licença OniWay. Isto fazia-me confusão, hoje estamos esclarecidos, quero só que me confirme esta matéria.

Depois, aqui, nesta Comissão, e também na sequência das suas declarações, foi questionado — e isto é muito importante — um número da Resolução da Assembleia da República, que diz que esta Comissão é para «Apurar se a escolha da natureza jurídica da FCM foi determinada ou não pelo objectivo de contornar a obrigatoriedade de observar procedimentos de consulta e concurso públicos prévios à adjudicação da aquisição de *hardware* e *software*». É o que está no texto da Resolução.

Pergunto: a Fundação alguma vez adquiriu *software* e *hardware* para este Programa? A Fundação alguma vez comprou computadores para este Programa? A Fundação alguma vez comprou qualquer computador para estes Programas e escola e escolinha à JP Sá Couto?

Estas são as perguntas que quero deixar.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Presidente da Fundação.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, vou tentar esclarecer V. Ex.<sup>a</sup> das questões que me colocou. Se, por acaso, não me lembrar de alguma, se não me levar a mal, peço-lhe ma lembre.

Pergunta-me quando é que foi fundada a Fundação. Foi fundada em 11 de Setembro de 2008.

Qual foi o acto fundador? Foi por escritura pública.

Quem é que fundou a Fundação? Foram os operadores de comunicações.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Quais?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — A TMN, a Optimus, penso que já era Sonaecom, porque eles mudaram de nome várias vezes e a Vodafone.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — É só para ficar em acta!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, sim!

Qual era o património? Falamos sempre em 25 milhões, mas, realmente, foram 24 939 884,85.

Pergunta-me qual foram as datas das entradas. Penso que, genericamente, as contribuições entraram nos prazos estabelecidos, à excepção de uma contribuição, com um dos operadores, que entrou mais tarde.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, requeiro que a Comissão seja informada dos prazos, dos montantes e das datas da realização do capital do património da Fundação.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Posso informar, mas vou ter que...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Dr. Mário Franco, não tem de ser agora. Pode não estar preparado, mas peço para depois informar a Comissão...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Com certeza!

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Dr. Mário Franco estiver em condições de responder agora, fica respondido; se não puder responder agora, informa, depois, a Comissão.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Posso informar que o fundo inicial, que é a primeira prestação, no valor de 1 662 660 € por cada um dos três operadores, num total de 4 987 979 €, é a primeira tranche com a instituição da Fundação.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, essas são entradas que se realizam na data da escritura pública.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, a 11 de Setembro.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — A 11 de Setembro é depositado o dinheiro. Antes disto, tal como foi já referido várias vezes, nunca entrou dinheiro... Talvez fosse isto... Agora é que eu percebi, exactamente, o alcance da pergunta.

Três meses depois, salvo erro (se houver alguma dúvida sobre as data, confirmá-la-ei posteriormente), em 11 de Dezembro de 2008, três tranches de 3 325 309 € de cada um dos operadores, num total de 9 975 958 €.

O Sr. **Presidente**: — Só para ficar registado: era nesse prazo que estava prevista a entrega da segunda tranche?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, era nesse prazo.

Ainda no prazo, terceira tranche de dois operadores, 3 325 319 € cada um.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Quais operadores?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — TMN e Vodafone. A Optimus fez a 31 de Dezembro de 2009 o pagamento da última tranche.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Quando é que foram as outras duas?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — No dia 11 de Março de 2009.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — E há uma operadora que não fez?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, não fez! Digamos que havia ali...  
O Sr. Presidente da Sonaecom já explicou...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não explicou nada! Ele disse que fez compensação e que não fez entrega em dinheiro, a minha instância!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Deputado, estou a fazer as minhas instâncias...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos a ouvir as respostas do Sr. Presidente da Fundação.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sr. Presidente, se me dá licença, pensei que não fosse relevante, mas já que fica aqui registado, gostava de esclarecer este ponto: a Fundação, como responsável da obtenção deste património...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Peço imensa desculpa, mas não estou a perguntar-lhe isso, nem quero ouvir a sua resposta, porque não estou de acordo... Peço desculpa, Sr. Dr. Mário Franco, não leve a mal, mas a Fundação não é responsável por nada, os instituidores... Não leve a mal e não vai discutir Direito comigo!...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Os instituidores é que são responsáveis pela dotação do património.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Certo.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Perguntei: quando é que o património foi dotado? V. Ex.<sup>a</sup> só tem de me responder quando é que foi dotado, mais nada, não quero as suas considerações. Não me leve a mal.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Correcto.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Só estou a fazer perguntas, quero que me responda.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Certo.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Anteriormente, houve aqui divergências minhas com outras pessoas que aqui estão...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Desconheço!

O Sr. Dr. **Ramos Preto** (PS): — Desconhece, portanto...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Agradeço a correcção que fez, porque, de facto, só os instituidores é que são responsáveis, a Fundação é responsável por registar essa informação.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Dr. Mário Franco, faça favor de responder às perguntas que lhe fiz, e não às considerações!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Datas dos cheques, já disse.  
Quem...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Por que é que o património é de 25 milhões? Era a outra pergunta.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Foi assim que foi definido nos Estatutos da Fundação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, seguindo a lógica de V. Ex.<sup>a</sup>, também não deve ser o Presidente da Fundação a responder a isto, porque isso é dos instituidores!

*Risos.*

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, peço imensa desculpa...

O Sr. **Presidente**: — Estou a dizer mal, Sr. Deputado?

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Peço imensa desculpa, mas o Sr. Presidente da Fundação foi o responsável pela entidade gestora nomeada por despacho. Sr. Presidente, não leve a mal, não considero essa sua instância à minha intervenção, porque a minha intervenção tem um pressuposto, que é um despacho do Sr. Ministro das Finanças, penso eu, e do Sr. Ministro das Obras Públicas que nomeia o actual Presidente da Fundação para as Comunicações Móveis membro da Entidade Gestora do Fundo, que tem por função encontrar uma fórmula jurídica para essa entidade. Portanto, é natural que ele, ao fazer uma proposta, enquanto responsável pela entidade gestora, da formulação jurídica para o Fundo, também tenha indicado os 25 milhões, ou não. Por isso é que estou a perguntar se sabe...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu não quero obstar à pergunta de V. Ex.<sup>a</sup>. Quem eu sou! Eu só estava aqui, de resto, num ambiente descontraído, a dizer...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Descontraído neste sentido, Sr. Deputado.

É porque o património com que é dotada a Fundação, designadamente o património inicial, é também da exclusiva responsabilidade daqueles que instituem a Fundação. É só isto, mais nada.

Faça favor de prosseguir, Sr. Dr. Mário Franco.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Ficou nos Estatutos da Fundação o valor de 24 939 894,85 e a colocação deste valor é da responsabilidade dos instituidores, obviamente.

O Sr. **Presidente**: — A pergunta é: por que é que o património é de 25 milhões?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Contudo, a base deste valor é efectivamente o despacho que já tinha definido qual era o valor e que, depois, dá origem, salvo erro (agora não tenho tudo presente), ao despacho dos Srs. Ministros das Finanças e das Obras Públicas, salvo erro, que diz que assim que estiver liquidado esse valor...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Mário Franco, deixe-me só tentar ajudar no conjunto de questões que foi colocado. Se eu estiver errado, o Sr. Deputado faça favor de me corrigir.

Assim, a primeira pergunta sobre este tema foi: por que é que o património é de 25 milhões?

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sabe ou não?

O Sr. **Presidente**: — Se sabe ou não, bem entendido!

A segunda pergunta é: quem definiu o montante, se foram os fundadores ou se foi qualquer outra entidade?

A terceira pergunta é no sentido de saber se foi uma decisão do Governo.

A quarta pergunta é: que Governo é que decidiu isso, se foi o Governo do PS ou se foi o Governo PSD/CDS?

Finalmente, a última: por que é que optaram pelo modelo jurídico da Fundação?

Certo, Sr. Deputado?

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Certo, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sobre a questão do montante, prefiro não me pronunciar mais agora, porque terei de verificar o processo para ver como é que ele foi instruído, e, neste momento, não posso responder a essa questão.

Em relação a...

O Sr. **Presidente**: — Quem definiu o montante?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, essa é a questão que...

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Quer dizer, então, o Fundo, a entidade gestora, cumpre o seu mandato, que lhe tinha sido dado por despacho, faz uma proposta: «deve ser a Fundação».

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Ouviram os consultores, os advogados, como aqui nos disse a instâncias do Sr. Deputado Bruno Dias, e disseram «deve ser uma Fundação», mas não disseram mais nada, não falaram no património, não falaram em nada. Ou deve ser uma Fundação com um projecto de estatutos que devem ser assim... Era normal, se eu fosse a entidade gestora, faria isso.

Só estou a perguntar, se me disser que não, não, e passamos à frente.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu vou esclarecer.

A Fundação é, digamos, o figurino jurídico do Fundo, e este valor já consta...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Do Fundo.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — ... do Fundo.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Portanto, basearam-se neste protocolo que está aqui no Fundo. Portanto, isso é uma resposta, aceito.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Enquanto entidade gestora, essa é a base...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Muito bem!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Mas deixe-me esclarecê-lo, por favor.

Quando eu disse que não podia esclarecer mais do que isto, porque não tenho presente, referia-me a todo o processo que levou a essa formulação. E, portanto, não quero estar aqui, eventualmente, a dizer

in correcções sobre o processo, mas, do Fundo para a Fundação, há essa base, digamos.

Agora, os pressupostos do Fundo... Eu não tenho aqui neste momento o processo e, portanto, como isso se passou em Junho de 2007, não tenho presente. É só esta a questão.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Muito bem! Mas, como era também Presidente da Entidade Gestora do Fundo...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — A partir de 5 de Junho.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — De 5 de Junho de 2007?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Exactamente!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Antes, não era?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Era outra entidade?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não havia nenhuma entidade!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não havia entidades... Não, há a partir do despacho do Sr. Ministro!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! V. Ex.<sup>a</sup> deixe-me esclarecer...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Basta ver o despacho.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — O despacho que institui a Entidade Gestora do Fundo é de 5 de Junho.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Vamos ver...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Peço desculpa, datas assim de repente...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Mas eu tenho aqui...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Temos aqui, com certeza, o despacho...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sim, e esclarecemos já isto.

*Pausa.*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — De facto, o despacho que institui a entidade gestora é de 5 de Junho. Era a ideia que eu tinha.

Portanto, no dia 5 de Junho,...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — É assinado o protocolo.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — ... é assinado o protocolo e, no mesmo dia, é criada a entidade gestora. E é nesse dia que é mandatada a entidade gestora.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — E é-lhe entregue o protocolo!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, e é com base nesse protocolo que trabalhámos esse figurino.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — É essa a resposta que quero. É com base no protocolo que...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Agora, não quero é fechar a questão, porque não tenho aqui a informação, sobre os antecedentes que levaram à formulação deste protocolo. Isto é que eu não tenho aqui.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Dr. Mário Franco, tudo bem, não tem problema... Só quero que me diga: «olhe, tinha um protocolo, fui nomeado entidade gestora no dia em que foi assinado o protocolo, o protocolo tinha pressupostos e eu, quando fiz a proposta de fundação, fi-la com base no protocolo».

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Quando se está a responder com tanta precisão com datas, digamos, em directo, a esta hora, às vezes não é fácil...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Claro!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Por isso é que eu disse que não podia estar aqui a responder, porque, depois, se calhar, quando acabasse a audição, ficava arrependido por ter dito algum erro.

Por exemplo, no considerando A do próprio protocolo já se faz referência ao Despacho n.º 1704/2003.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Eu sei!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — E assim já se fundamenta de onde é que apareceram os mais de 24 900 000.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Está na cláusula 2 do protocolo!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Exactamente!

Por isso é que eu disse agora, de repente, a questão do protocolo... Mas o protocolo faz referência ao despacho.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas não fixa valores.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — O despacho? Não!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Faz referência aos demais esclarecimentos...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Faz referência a tudo, ao despacho e aos esclarecimentos!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — E demais esclarecimentos posteriores!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Antes do protocolo que institui o Fundo, em que...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, estou nas minhas instâncias, ele não me pediu autorização!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Bem, estou a ver aqui a resposta ao pedido de esclarecimento, onde vem referido esse valor!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — De que data é?

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — É de Fevereiro de 2003, já foi aqui dito!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — É de 13 de Fevereiro de 2003.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — É de 28 de Fevereiro de 2003.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Mas, como sabem, e penso que isto já foi ontem aqui referido, deverá ser assegurada a realização de uma contribuição no valor não inferior a 24 939 894,85 € para a fundação para a sociedade de informação que o Governo pretende promover.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Exactamente!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Portanto, é neste esclarecimento... É este o valor que consta do protocolo e que, depois, passa para o património da Fundação.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Era isto que eu queria ouvir!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Peço imensa desculpa por me ter, digamos,...

O Sr. **Presidente**: — Muito bem!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Portanto, quanto a quem fixou o montante, já está respondido.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Por que é que optaram pela figura da Fundação?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Penso que já respondi a essa pergunta.

Houve uma análise de várias soluções sobre se deveria ser empresa, associação, fundação.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — O parecer jurídico é auto-explicativo e a razão central é que, efectivamente, a Fundação era a constituição de um património e esse património deixava de estar na propriedade dos operadores. Portanto, a fundação, sendo a gestão de um património, era aquilo que mais se adequava à lógica que estava aqui instituída, que era a de constituir um património.

O Sr. **Presidente**: — Dos operadores que eram os instituidores!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eram instituidores... Sinto aqui até um bocado...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Claro.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — E a questão fundamental, como todos sabem, melhor do que eu, certamente, a Fundação é um património que ganha autonomia, e, conseqüentemente, se liberta...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — ... dos fundadores.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não é fácil para um não jurista...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Mas olhe que acertou!

O Sr. **Presidente**: — Isso é fácil.

A pergunta seguinte é no sentido de saber se a opção foi feita por acordo com os operadores. A opção pela fundação, bem entendido.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — A Fundação só poderia ser instituída se os operadores concordassem.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu diria que é um bocadinho para além de concordar, porque eles tinham de concordar com a solução e de decidir realizá-la, o que não é exactamente a mesma coisa.

O Sr. **Presidente**: — A questão seguinte é no sentido de saber se os operadores fizeram alterações em relação à proposta de instituição da fundação.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não tenho aqui a carta de resposta dos operadores, mas tenho quase a certeza de que, de facto, eles fizeram,

porque houve, nos contactos com eles, várias discussões sobre vários pontos e houve, em concreto, formalmente, na carta de resposta, uma ou duas alterações. Aliás, foi uma carta assinada por todos os operadores.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — O Governo aceitou essas alterações?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas a minha observação tem a ver com a pergunta anterior.

Já agora, é possível saber qual foi o escritório de juristas, dos jurisconsultos, que deram o parecer para a criação da fundação?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, Sérvulo Correia & Associados.

O Sr. **Presidente**: — A questão seguinte é para saber se o Governo aceitou essas alterações propostas pelos operadores.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, aceitou.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Os operadores móveis nomearam, de imediato, os seus representantes no Conselho Geral, depois da sua instituição?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Agora, não tenho à mão os Estatutos...

Mas todas estas questões podem ser confirmadas, se houver alguma dúvida e, da minha parte, até algum erro, porque estou a falar de memória.

Quando foi fundada a Fundação, foram, de imediato, indicados os representantes e, também, designados os órgãos sociais da Fundação.

O Sr. **Presidente**: — Pretende-se saber se foi também o revisor oficial de contas.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não! Se a Fundação tem no Conselho Fiscal um revisor oficial de contas.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — A Fundação tem um revisor oficial de contas, penso, obrigatório...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não, não tem. Por acaso...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Dr. Mário Franco, não ligue às provocações, responda às instâncias, se não nunca mais saímos daqui!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Mas, se me permite, não tem, embora nos órgãos existissem condições para ter. Mas a nossa opção foi a de não fazer.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Dr. Mário Franco, o Sr. Deputado Hélder Amaral depois far-lhe-á essa pergunta, quando chegar a vez dele.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Muito bem.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Está sujeita a auditoria...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Já agora, quero esclarecer uma coisa, sobre o ROC. Tem o ROC obrigatório e dá-se a feliz coincidência de dois membros do Conselho Fiscal serem ROC. Portanto, tem, de facto, dois ROC, porque o Presidente do Conselho Fiscal é ROC e tem o ROC que é ROC.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem! A Fundação está sujeita a auditoria?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, Sim.

O Sr. **Presidente**: — O Conselho de Administração, nomeado pelo Governo, teve a aceitação das operadoras?

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Ou, melhor, se os operadores móveis aceitaram que o Conselho de Administração fosse nomeado pelo Governo para que houvesse imparcialidade na monitorização dos contratos com os operadores.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não. Aqui, convinha-me esclarecer duas ou três coisas...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sim ou não?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Certo! Mas eu gostava de esclarecer uma coisa: o Conselho de Administração não é nomeado pelo Governo. Isto é muito importante. Penso que esta confusão também...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Eu só estou a perguntar, não estou...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — E eu estou a esclarecer.

O Conselho de Administração é nomeado pelo Conselho Geral da Fundação. Agora, a maioria do Conselho Geral da Fundação é Estado. Portanto, tem dois representantes do Ministério das Obras Públicas e um representante do Ministério das Finanças, mas é o Conselho Geral que indica...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Muito bem.

Sr. Dr. Mário Franco, só para esclarecer...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Nos termos dos Estatutos que tenho aqui, não há maioria do Conselho Geral do Estado, o Estado tem três pessoas indicadas e as operadoras tem três pessoas indicadas. É o que eu tenho nos meus Estatutos, não sei se têm uma versão diferente.

O que os Estatutos dizem é que um dos três representantes do Estado será Presidente e terá voto de qualidade.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Certo. Mas posso dizer...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não há maioria numérica, há maioria...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — No Conselho Geral!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — ... de voto no Conselho. É isto?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim! Penso que está em acta que a designação dos membros foi feita sempre por unanimidade, nunca houve...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não sei, mas...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Estou a dizer, não foi necessário usar o voto de qualidade para este efeito.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Muito bem!

Sabe se os três contratos com os três operadores, os tais de Abril, têm obrigações distintas?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Têm! Têm obrigações...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Por isso é que fiz a pergunta sobre se...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Há diferenças entre os contratos. Há uma filosofia de base, mas há diferenças até porque a participação dos operadores no Programa também é diferenciada.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Houve operadores móveis que disseram aqui que tinham dinheiro a receber da Fundação. Pode dizer-nos se é verdade, ou não?

Penso que já respondeu a esta questão, aquando das respostas ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Os operadores saberão, na expectativa deles próprios, quando têm dinheiro... Os operadores fazem contas antes de nós. Portanto, o que posso dizer é que nós o que fazemos é um trabalho

de aferir o que foi executado e vamos regularizando essas contas nessa sequência. Mas há sempre uma diferença entre nós e os operadores.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Uma outra pergunta tinha a ver com a resolução...

O Sr. **Presidente**: — Se adquiriu o *software*.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Ah! Sim, se adquiri...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não.

Uma das funções desta Comissão, como está estabelecido na Resolução, é «Apurar se a escolha da natureza jurídica da FCM foi determinada ou não pelo objectivo de contornar a obrigatoriedade de observar procedimentos de consulta e concurso públicos prévios à adjudicação da aquisição de *hardware* e *software*.»

Na sequência disto, fiz uma série de perguntas, porquê? Para saber, primeiro, se o Programa e.escola já existia antes da Fundação; segundo, se conhece, ou não, a Lei n.º 48/2006, de 26 de Agosto, que, por acaso, é a Lei Orgânica do Tribunal de Contas, que diz que qualquer entidade como esta, formulada nestes termos, está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas; e, terceiro, se alguma vez a Fundação adquiriu *software* e *hardware*.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — A Fundação nunca adquiriu para o Programa e.escola nem *software*, nem *hardware*,...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Muito bem.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — ... nem nenhum serviço pela simples razão de que, como está escrito nos contratos, essa responsabilidade é dos operadores de comunicações.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Muito obrigado.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Mas há uma coisa muito importante: quando a Fundação é criada, já o Programa e.escola estava em funcionamento. Portanto, não foi a Fundação que determinou o modelo do programa. A Fundação o que faz é gerir um programa, que já está previamente estabelecido.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Alguma vez comprou computadores para o Programa e.escola?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não, não comprei, já disse.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — E alguma vez comprou computadores à JP Sá Couto?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sabe se o Estado comprou?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não sei, e a razão é muito simples: a JP Sá Couto é uma empresa que está no mercado, há concursos a correr...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não, para o Programa e.escola?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! Não! Nunca comprou!

Todas as aquisições do Programa e.escola são exclusivamente...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — E para o Programa e.escolinha?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Igual!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não comprou, de certeza?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Se não comprou fez mal! São tão em conta!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não comprou, de certeza! Todas as aquisições do e.escola e do e.escolinha são realizadas pelos operadores de comunicações.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Obrigado, Sr. Dr. Mário Franco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa, que vai ser muito mais breve...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, até ia propor, se me autorizasse, que me deixasse seguir o modelo de pergunta/resposta para isto ser mais célere e não nos perdermos...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O Sr. Deputado Ramos Preto fez uma elencagem de perguntas e, depois, o Sr. Presidente da Fundação respondeu globalmente às perguntas.

O que eu proponho é que me deixe fazer a pergunta e o Sr. Presidente da Fundação responder. Este modelo seria, acho, muito mais...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, por mim, nada tenho a opor, sendo que, nesse modelo, se for uma coisa muito rápida de pergunta e de resposta, fico absolutamente incapacitado de controlar o tempo, mas não me oponho.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, as perguntas serão rápidas...

O Sr. **Presidente**: — Mas por que é que o Sr. Deputado Jorge Costa não facilita a vida do Sr. Presidente...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Eu não tenho...

O Sr. **Presidente**: — Então, faça seguida, que nós apontamos e fazemos o controlo.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Os Srs. Deputados do Partido Socialista, hoje, estão muito estão susceptíveis...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, já fizemos este modelo com o Presidente da Intel, correu bem e foi muito profícuo!

O Sr. **Presidente**: — Já.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Mas não tem 20 minutos de perguntas...!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, correu muito bem, mas foi igual para todos, e, desta vez, não está a ser. Portanto, vamos fazer como é habitual.

Faça favor, Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Dr. Mário Franco, na carta que nos remeteu, num conjunto de documentos, que solicitámos recentemente, diz que juntou algumas actas do Conselho Geral e que as restantes actas de 2009, actas a partir de Setembro, e de 2010, aguardam a assinatura dos membros do Conselho Geral. Já tem as actas? Se tem, agradecemos o seu envio, porque estão aqui em falta.

Segunda pergunta: Plano e Orçamento de 2010. É referido, num dos documentos que nos remeteu, que o Plano e Orçamento de 2010 estava em apreciação. Estamos em Abril, e eu gostava de saber se já há Plano e Orçamento para 2010.

Terceira pergunta: Contas de 2009. Pergunto-lhe se já há Contas de 2009, se o Relatório e Contas já foi aprovado e em que situação é que se encontra de facto, porque estamos quase no fim de Abril de 2010. Sabemos que a legislação não se aplica às Fundações, mas se isto fosse uma empresa cotada, naturalmente, teria de ser de forma diferente.

Pergunto se tem um balanço quanto às ligações à banda larga do e.escola, mas, sobretudo, do e.escolinha, porque estas são determinantes para o sucesso do programa.

Pergunto-lhe também quanto custou o e.escola. O Sr. Presidente deu aqui um número; o Sr. ex-Ministro Mário Lino veio cá, no dia a seguir, e deu um número completamente diferente; temos ouvido alguns números para trás e para a frente, gostava de saber, de facto, até ao momento em que dispõe dos números, quanto custou o e.escola, quanto custou o e.escolinha e qual é a proveniência dos capitais necessários para suportar estes programas. Isto porque eu vi na acta n.º 18, de 17 de Setembro de 2009, um balanço, reportado a 4 de Setembro de 2009, ou seja, de há seis meses, relativamente ao contributo da acção social escolar, que diz que sem contar com o e.escolinha (repito, sem o e.escolinha), o contributo da acção social escolar deveria ser de 222 milhões de euros. Vemos, mais adiante, que já receberam 177; portanto, ainda faltam 45 milhões de euros.

Peço-lhe que confirme isto, e se, de facto, ainda falta uma verba significativa, porque se são 222 sem o e.escolinha... Nós sempre ouvimos aqui falar que a acção social escolar era para o e.escolinha, era para não sei o quê, era o *Magalhães*, etc., mas, afinal, o balanço de 4 de Setembro de 2009, segundo o que está na acta n.º 18 do Conselho de Administração, de 17 de Setembro, diz que é sem o e.escolinha.

Uma outra pergunta é relativamente às contrapartidas. Tem ou não informação sobre o montante das contrapartidas ainda disponíveis por parte dos operadores?

Quanto é que deve aos operadores? Disse-nos aqui que, pelas suas contas, não devia nada, admitia que eles pudessem vir a reclamar, mas só conta quando os valores estão validados, como, entretanto, os documentos a que tivemos acesso eram contas à data de 4 de Setembro de 2009, não sei se, entretanto, já houve mais alguma evolução até para percebermos onde é que isto vai parar e de onde é que virão os capitais necessários para os restantes pagamentos.

Relativamente à entrega de computadores, já dissemos aqui que foi efectuado um conjunto de entregas de computadores sem contrato. Os contratos são assinados depois, retroagem, é uma matéria que está suficientemente clara, e eu pergunto: tem ideia de quantos computadores, quantos milhares, ou dezenas de milhar, ou centenas de milhar, acho que são centenas de milhar, é que foram entregues antes de existirem contratos com os operadores?

Verificámos também que um dos primeiros actos da Fundação, uma vez criada em Setembro, nas actas n.ºs 3 e 4, foi a decisão de pagamentos aos operadores (10 milhões de euros na acta n.º 3, de 11 de Setembro, e 13 milhões de euros na acta n.º 4, de 21 de Dezembro), ou seja, estamos, naturalmente, a falar de pagamentos referentes a fornecimentos efectuados em data anterior à constituição da própria Fundação. Já nos disse aqui que a Fundação advém do Fundo, mas eu pergunto: acha normal que esta entidade tenha efectuado pagamentos relativamente a fornecimentos efectuados antes da existência da própria Fundação? Em que documento é que isto está suportado? Nós não encontramos nenhum documento, nem no acto de constituição da Fundação, nem no protocolo em que o Governo encarrega a Fundação de gerir os programas, não encontramos nenhum documento que permita à Fundação assumir as despesas da constituição do Fundo. Encontrámos isso em actas, mas é o próprio Conselho de Administração que o diz, que resolve assumir isso. Não encontramos isso

em sítio nenhum, nem nas actas do Conselho Geral que tinha competência para tal, por isso, pergunto: com base em que documento é que assumiram pagamentos, quer às operadoras, quer a outras entidades?

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não percebi!

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Então, não há actas da Entidade Gestora do Fundo. As únicas actas que temos disponíveis são do Conselho de Administração da Fundação.

Por isso, pergunto-lhe se acha normal estes pagamentos e com base em que documento é que eles foram suportados.

Receberam dinheiro dos operadores sem prestarem qualquer serviço. Esta é uma matéria importante. Segundo as nossas contas, também feitas com base nos elementos fornecidos pela Fundação, à data de 4 de Setembro de 2009, pegámos no número total de computadores, entregues por cada um dos operadores, e aplicámos o que está nos contratos, que dizem que, por cada computador entregue, a Fundação paga o computador ao operador, paga-o integralmente (os 540 € num caso e os 213 € no outro), e recebe do operador uma verba que também está definida. Feitas as contas, quer para o Programa e.escola quer para o Programa e.escolinha (nuns casos elas contam para deduzir às contrapartidas, noutros casos não contam), chegamos, até 4 de Setembro de 2009, a 180 milhões de euros.

Pergunto: como é que qualifica esta verba? Isto é um donativo dos operadores à Fundação?! É um contributo a título de quê? Há alguma prestação de serviço feita por parte da Fundação aos operadores que justifique esta verba? A nossa tese é a de que isto é dinheiro, e é dinheiro público. É dinheiro porque, enquanto as restantes verbas, os valores que derivaram das licenças UMTS, os tais 931 milhões, parte disto foi investimento dos operadores nas ligações, nos descontos, num conjunto de investimentos próprios, e, portanto, aqui, podemos duvidar da interpretação sobre se é ou não dinheiro público, mas, neste caso, estamos a falar de entrega em dinheiro, a não ser que tenha havido alguma prestação de serviço, como, no caso dos computadores, a entrega dos computadores... Mas, neste caso, não há nada, a não ser que haja uma prestação de serviço... Portanto, pergunto: como é que qualifica isto, por forma a, de facto, percebermos qual é a motivação deste contributo, para além daquilo a que estavam obrigados nos contratos? Qual é o registo que isto tem?

Na acta n.º 1, de 14 de Janeiro de 2009, o Conselho de Administração da Fundação aprova a participação no protocolo e.escola e e.escolinha. Ou seja, só em 14 de Janeiro de 2009 é que a Fundação delibera aprovar a participação no e.escola e no e.escolinha. Portanto, antes disto, todos os actos que tenham sido cometidos, foram-no sem qualquer deliberação do Conselho de Administração. Por isso, pergunto: com base em que documento é que enviaram as características aos operadores em 15 de Setembro de 2008? O tal *e-mail* de 15 de Setembro, que envia as características, foi tratado como?! Não há deliberação nenhuma do Conselho de Administração, nem do Conselho Geral, não há protocolo nenhum assinado! Os senhores enviam o documento que serve para quê? Qual é a motivação, e qual é o suporte legal da definição de características antes de haver qualquer acto de gestão tendente a isso?

Verificamos, também nos contratos, pagamentos a uma série de empresas privadas, sem qualquer concurso público. Os senhores, no Conselho de Administração, reconhecem que são uma entidade que tem um parecer de uma sociedade de advogados, o qual se reporta à noção de organismo de Direito Público, sendo por isso considerada entidade adjudicante, para efeitos de contratação pública. Concordam os membros do Conselho de Administração que a aquisição de serviços deve seguir as regras constantes daquele Código. Estou a falar da acta n.º 2, de 18 de Fevereiro de 2009, e, mais tarde, da acta n.º 7, de 29 de Abril de 2009. Aliás, na acta n.º 7 reconhecem o erro e fazem uma correcção. Ou seja, não há dúvida, para o Conselho de Administração, que os senhores estão sujeitos ao Código de Contratação Pública, mas, depois, verificámos um conjunto de pagamentos, na maior parte dos casos sem qualquer concurso. Refiro-me aos casos de pagamentos em Julho de 2009 para um evento... Nós, entretanto, da leitura das actas do Conselho de Administração, descobrimos uma nova data, que ainda não conhecíamos, que é 27 de Julho de 2009, quando se realizou o evento chamado «Computador 1 milhão», entrega do computador um milhão. Ainda não tínhamos essa data na nossa calendarização. Portanto, 27 de Julho de 2009 é outra data a fixar, que é o evento chamado «Computador 1 milhão».

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Costa, já a terminar o tempo.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Estou quase a terminar, Sr. Presidente.

Para esse evento, os senhores adjudicaram e contrataram, à empresa António F Marques, um serviço que custou 40 000 €, à Bebop um vídeo de 16 160 €. Entretanto, à Bebop também aparecem, em 14 de Janeiro de 2009, pagamentos de 3500 €, à António F Marques, mais 20 500 € e à

Soundcheck, 51 670 €. Estes três pagamentos foram a 14 de Janeiro de 2009. Não há nenhuma adjudicação anteriormente a isto, não há nenhuma deliberação sobre concursos, sobre coisa nenhuma. Pergunto: como é que pagaram a estas empresas, com base em que documento legal e como é que foi a escolha destas empresas? Quem é que lhes falou nestas empresas? Foram os senhores que as descobriram? Foi o Governo? Qual foi o processo de selecção, em concreto, destas empresas?

Finalmente, a acta n.º 5, de 2009, refere uma deliberação unânime para formalizar a assunção da posição do Gabinete do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas no procedimento de ajuste directo para aquisição de serviços de comunicação para a criação da campanha publicitária, no âmbito do Programa e.escola. Ou seja, o Secretário de Estado tinha feito um ajuste directo para aquisição de serviços de comunicação para criação da campanha publicitária, no âmbito do Programa e-escola, e os senhores decidiram, em 3 de Abril de 2009, assumir, por unanimidade, a posição do Gabinete do Secretário de Estado nesse concurso. Isto com base em quê? Com que critério é que assumiram isto? Isto não está fundamentado em sítio nenhum.

Finalmente, é a última pergunta é se estiveram nas tais reuniões de 22 de Julho e de 25 de Julho, anteriores ao célebre «Dia do Magalhães» e se, nessas reuniões foi ou não debatida, de facto, a promoção do computador *Magalhães*.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Se me fosse permitido, eu também gostaria de fazer uma pergunta, que tem a ver com uma das questões que o Sr. Deputado Jorge Costa aqui colocou e que me intriga desde o início, e, por isso, não quero deixar de fazer.

No Programa e.escolinha, podia haver uma comparticipação... Quer dizer, as crianças que se candidatavam ao programa podiam ou não pagar nada ou pagar 20 € ou 50 €, conforme o escalão da acção social escolar em que estivessem inseridas.

A pergunta que quero fazer, Sr. Dr. Mário Franco, é a seguinte: essa verba era paga a quem? Se é que era paga, porque pergunta até deveria ser: essa verba era descontada no valor do computador *Magalhães* ou era paga efectivamente? Se era paga, era paga a quem? Desse pagamento, era emitido algum recibo dos 20 €, dos 50 €, do que fosse, por qualquer que fosse a entidade que recebesse esse dinheiro?

Eram estas três questões que eu gostaria, se pudesse, de ver esclarecidas.

Para responder, tem a palavra, Sr. Presidente da Fundação.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Muito obrigado.

Começo por essa questão, porque ela entronca com algumas das questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Jorge Costa.

Qual é o modelo que está instituído neste processo do programa? A relação da Fundação é uma relação só com os operadores de comunicações. Portanto, o que está contratualizado é: a Fundação relaciona-se com os operadores e os operadores é que fazem a relação com todos os fornecedores, sendo que a Fundação também tem relação com aquilo a que chamamos as entidades que validam os códigos, que são as entidades emissoras dos códigos, como o Ministério da Educação, Novas Oportunidades, etc. Portanto, quando acertamos as contas com os operadores de comunicações, descontamos desse custo aquilo que já foi pago, seja pelo beneficiário ou seja pelo contributo do operador, nomeadamente aqueles 60 €, que é um contributo do operador e este

contributo não é um dinheiro que entra na Fundação, é um dinheiro que abate no custo do programa.

Agora, passo ao segundo braço...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Vai dar ao mesmo!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, mas...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não há nenhuma contrapartida?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Quer dizer, há um acerto de contas. Eu devo-lhe 10 e tenho a receber 5, agora só pago 5!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Tem razão. Só não tem razão na forma como colocou a questão há pouco, quando perguntou se esse valor era um subsídio à Fundação por troca de zero. Isto não, porque o dinheiro não é uma receita da Fundação.

Vamos ver: seguindo o modelo, e não por acaso, da separação das contas da Fundação com as contas do Programa e escola, esses 60 € são uma receita do Programa e escola. A Fundação não pode usar esse dinheiro para outra coisa que não seja para a gestão do programa. Ou seja, naquilo que são as responsabilidades do Estado para com os operadores, no âmbito dos contratos do programa, esses 60 € deixam de ser responsabilidades. Não sei se me estou a fazer entender!

Por isso é que nós, desde o início, sempre separámos, claramente, os custos da Fundação dos custos do programa. Qualquer dinheiro que entre do lado do Estado para o programa ou do lado dos operadores para o

programa, ele é do programa, não se confunde com os custos e as receitas da Fundação.

Penso que esta era uma das questões centrais de V. Ex.<sup>a</sup> para se perceber este modelo e para evitar qualquer dúvida sobre se o dinheiro entrava na Fundação e, depois, saía para outro tipo de despesas. Portanto, nós isolámos essa matéria de tudo o resto.

As despesas da Fundação são cobertas essencialmente pelo seu património. O que é que, no fundo, o Estado acaba por conseguir com este processo? É que as despesas de gestão do programa, que, no fundo, são essencialmente as despesas da Fundação, são cobertas pelos 25 milhões e as despesas do Programa e escola são cobertas exclusivamente ou pela dotação que o Estado faz, ou pelos beneficiários, ou pelos operadores. Portanto, esses 60 € abatem às responsabilidades do Estado, porque a Fundação apenas paga em função das responsabilidades do Estado e com o dinheiro que o Estado põe.

Ora, se houver um contributo do operador para esse custo, o Estado tem de pôr menos. O mesmo acontece com os pagamentos dos beneficiários do e.escolinha. Os 50 € ou os 20 € que são pagos, seja o escalão A ou o escalão B, é do custo do computador. Vamos imaginar os 213 €, para facilitar, e os beneficiários que pagam 50 €, a responsabilidade máxima do Estado é de 213 € menos 50 €.

Portanto, o resto, se por acaso um beneficiário subscrever o serviço de comunicações, naquele computador há um *superavit*, mas, depois, tem de ser cruzado com os que não subscrevem, e, portanto, no fim...

O Sr. **Presidente**: — Nesse caso, paga a quem?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Paga ou ao operador ou a quem o operador subcontratou para montar o processo operacional, digamos assim.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Significa isso que essa diferença, pelo que está a dizer, é suportada pelo Estado?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Qual diferença?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Os tais 213 € menos os 60 €, por exemplo, dá 153 €. Imaginemos um caso destes, tudo o resto...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não necessariamente, por duas razões:...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Então, de onde vêm os capitais para, depois, pagar o resto?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — ... o operador dá um contributo fixo para a iniciativa, e este também abate na responsabilidade do Estado, e, se houver lugar a subscrições, deduz das subscrições aquilo que era a responsabilidade do Estado. Ou seja, se houvesse um certo nível de subscrições, isto poderia reduzir ao zero.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Está bem, mas essa é outra questão. Estou a explicar o modelo. Agora, se o modelo...

O Sr. **Presidente**: — Deduz, não, é uma entrada para compensação...!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não. Deduz-se, porque o Estado deixa de ter aquela responsabilidade; e, portanto, já não tem.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, eu não estou a dizer que não.

O Sr. **Presidente**: — Só para perceber. Nos termos daquilo que foi dito aqui, anteriormente, por cada uma dessas subscrições, os operadores passavam a dever mais  $x$  por mês para o programa...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, para o Programa!

O Sr. **Presidente**: — Exactamente! Portanto, era dinheiro dos operadores, que tinha de entrar a mais para o programa por via dessa subscrição, diminuindo indirectamente a participação do Estado...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Exactamente!

O Sr. **Presidente**: — ... em cada um dos computadores.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Exactamente, é isso mesmo! Pensei que estivesse a dizer isso.

Ou seja, toda a...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas não é um acerto mensal?!

O Sr. **Presidente**: — Não, é um acerto final que se faz...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Até ao final do ano.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Fazemos acertos periódicos. Não é possível estar a analisar ao dia, mas, de tempos a tempos, quando fazemos os acertos de contas, temos de inserir essa informação.

O Sr. **Presidente**: — Já agora, só para completar a informação. Desse dinheiro, 50 € ou 20 €, que é pago pelos pais das crianças, quem é que passa o recibo?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Ou é o operador ou a entidade que ele contratou. Para nós, é uma relação entre o operador e o seu cliente, digamos assim.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Portanto, a relação que se estabelece, não sei se é recibo, senão é... Mas é uma relação como qualquer outra entre o operador e o cliente. Agora, a contratualização é operador/cliente, mas o operador pode identificar uma entidade que lhe operacionaliza o processo. Essa é uma responsabilidade exclusivamente do operador, se faz directamente ou se faz por intermédio de outra entidade.

O que é preciso clarificar é que esses valores não vão para a Fundação. Não é por causa de ser por encontro de contas, é por estarem separados das receitas da Fundação. São receitas exclusivamente do programa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Deixe-me colocar aqui uma questão. Há receitas e há despesas do programa...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — ... e há despesas da Fundação.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Como é que se faz a separação destas despesas? Vou dar-lhe um exemplo: quando contrata o evento «Computador 1 milhão», isto são despesas do Programa ou são despesas da Fundação? Quando fazem contratação de serviços a empresas como é que se faz esta separação?

Há um diferencial entre o montante que os beneficiários pagam e o valor que é deduzido ao valor do computador, que, não sendo suportado pelos beneficiários, é suportado pelo Estado.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Exactamente, pelo Estado! Está escrito nos contratos!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — É o tal dinheiro da acção social escolar, etc.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não vamos já, digamos, estabelecer essa ligação, porque não é assim tão simples. O que quero dizer é o seguinte: o Estado tem de dotar a Fundação por conta dessas responsabilidades.

O Sr. Deputado colocou-me uma questão, que quero esclarecer. Como é que se faz a diferença? As despesas do programa assumidas pelo Estado são, exclusivamente, as despesas contratuais, as que estão nos contratos. As outras despesas que possamos ter com o programa são despesas que a Fundação assume como o seu contributo para o programa. Portanto, são despesas ou da Fundação... Há despesas em que é difícil fazer a separação, podemos ter uma chave de imputação, mas... Isto é uma coisa que está na génese do processo, porque foi uma forma de fazer com que fossem os operadores, através do seu contributo para a criação da Fundação, que pagassem os custos de gestão e de desenvolvimento do próprio programa. Por exemplo, quanto aos servidores e à aplicação, assumimos custos da Fundação, que é o nosso contributo para o Programa e.escola, não vamos pedir dinheiro ao Estado para assumir esses custos. Portanto, assume a Fundação e quer a administração da Fundação...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não vão pedir ao Estado o dinheiro?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Para os contratos!

Isto é assumido assim, é assumido pelo Conselho Geral, porquê? Porque, como todos compreendem, a Fundação foi criada com aquele património para desenvolver iniciativas e este programa também. Portanto, os custos de gestão do programa são custos que assumimos do nosso património, embora separemos, dentro da Fundação, dentro daquilo que é possível, aquilo que são custos com o programa directamente do que são custos do próprio funcionamento da Fundação.

O Sr. **Presidente**: — Custos administrativos!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Penso que este é um ponto que está esclarecido.

Penso que foi importante porque esclareceu não só uma mas várias questões, que, depois, posso explicitar.

Passo às actas do Conselho Geral. Penso que já estão assinadas, não sei se já estão todas na nossa posse, porque há uma empresa, que não é em Lisboa, alguns processos, às vezes, demoram, e também há a redacção, porque as actas são discutidas, digamos assim. E, portanto, não são actas que possam... Neste momento, felizmente...

O Sr. **Presidente**: — Estão em processo de assinatura.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não, as de 2009 já estão assinadas. Penso que só falta fechar uma acta, que é a última de 2010.

O Sr. **Presidente**: — Há agora a pergunta sobre o Plano e Orçamento para 2010.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Dr. Mário Franco, peço-lhe que nos envie as actas.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Com certeza, Sr. Deputado. Não há dúvida nenhuma, fica já aqui a nota para, mal tenhamos hipótese, as enviarmos. Não há qualquer objecção...

Se me permitissem, gostaria de dar uma pequena explicação sobre a história do Plano e Orçamento de 2010, só para contextualizar a matéria.

Penso que já enviámos à Comissão um primeiro documento com as linhas gerais do Plano e do Orçamento. Não está ainda aprovado o Plano e

o Orçamento para 2010, mas eu gostaria de situar aqui o calendário deste processo.

Como disse, e muito bem, a Fundação não tem uma obrigatoriedade de datas, mas nós vamos procurando, ao máximo, responder a um calendário, que está estabilizado como sendo o calendário desejável para que estas coisas aconteçam.

O que é que acontece? A Fundação, no ano passado, teve o seu primeiro ano de actividade e foi necessário fazer uma série de enquadramentos a esses documentos, nomeadamente, o relatório e contas que foi aprovado, como sabem, no final de Setembro, e que tinha sido apresentado, salvo erro, em Julho, em conjunto com o Plano de Actividades e Orçamento.

O Conselho Geral pediu para fazermos uma revisão e uma densificação do Plano de Actividades e Orçamento e o Relatório e Contas careciam de um enquadramento contratual exactamente — e já agora posso dizê-lo — por causa desta questão: clarificar esta separação de águas, entre o que são despesas do programa e despesas da Fundação. Este processo ficou terminado em Setembro e, de seguida, dedicámo-nos à parte do Plano e do Orçamento, procurando responder àquilo que tinha sido solicitado — isto está em acta, e, portanto, V. Ex.<sup>a</sup> podem ler —, que era, exactamente, fazer já um bocado do Relatório, tentando explicar o que já se tinha passado, dado o *timing* em que já estávamos, e, depois, fazer a revisão do Plano e do Orçamento. E foi o que fizemos. E isto ficou terminado no final do ano. Portanto, mal terminámos, pegámos, de imediato, no Plano de Actividades e Orçamento e no Relatório e Contas.

Agora, há aqui duas questões: não é apenas uma questão formal de ser uma Fundação ou de ser uma empresa, é uma questão material. Ou seja, o nosso Plano e o nosso Orçamento tenta colocar em cima da mesa um projecto, principalmente nesta fase, e estou a falar de 2010.

Portanto, nós temos vindo a trabalhar quer nas linhas gerais quer na densificação, e, portanto, nestas coisas, se me perguntar se eu gostaria de ter o documento mais cedo, também lhe digo que sim, e seria bom que o tivéssemos. Mas creio que este será o último que estará atrasado. Agora, de facto, estamos no segundo ano, o primeiro ano foi de enquadramento e este segundo é de projecto, estamos a desenvolver a acção, e nas linhas gerais, que já enviámos à Comissão, diz qual é o projecto para este ano, e, portanto, estamos em crer que, durante este mês, teremos, com os operadores, um consenso sobre o Plano e o Orçamento, até porque algumas actividades envolvem os próprios operadores. Estamos em crer que, durante este mês, isto vai ficar fechado. Mas, ao mesmo tempo, estamos a trabalhar no Relatório e Contas para também o fechar este mês, que é um prazo razoável.

Penso que, a partir daqui, a Fundação entrará, digamos assim, num modelo de planos e orçamentos e de relatórios e contas normal mesmo em relação a qualquer empresa. Não precisa de me perguntar se estão atrasado, porque eu diria «sim», e tenho pena que assim aconteça, só que nós não estamos a fazer um papel para marcar um calendário, estamos...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Dr. Mário Franco, se o objectivo é este mês, era importante, fazer-nos chegar à Comissão esses documentos. Está previsto os trabalhos da Comissão terminarem no dia 28 de Abril, mas, como é sabido, é provável que, face à explicação dada aqui, no início, pelo Sr. Presidente, tenha de se alongar um bocadinho mais o prazo. De qualquer modo, logo que tenha esses documentos, se eles ainda vierem a tempo e antes de concluirmos o nosso relatório, talvez fosse importante para os trabalhos da Comissão — uma vez aprovados, naturalmente — fazer-nos chegar esses dois documentos.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Pode ter a certeza de que terei todo o gosto e que farei tudo o que está ao meu alcance, porque nada me daria mais satisfação do que ver inserido no relatório da Comissão esse facto. Portanto, tudo faremos.

Para terminar este ponto, devo dizer que aquilo não é um papel para provar um calendário, digamos assim. Nós estamos a trabalhar num Plano. Sempre achei, nas instituições por onde passei, que o Plano de Actividades e o Orçamento têm de ser instrumentos de acção e não apenas documentos que, depois de aprovados, ficam arquivados, e, muitas vezes, a avaliação do seu cumprimento é bastante diferente.

Estamos a trabalhar num plano efectivo e isto dá muito trabalho. A Fundação é uma estrutura relativamente pequena, como todos sabem, e, portanto, nós temos o Programa e escola para gerir, temos, desde há alguns meses, uma auditoria do Tribunal de Contas, temos de responder à Comissão, temos, muitas vezes, de responder aos *media* e não estávamos vocacionados para isto, não era a nossa vocação ter este papel... De repente, passamos a ter... Quer dizer, uma estrutura com aproximadamente uma dezena de pessoas, honestamente, não está preparada para, em tão curto de tempo, dar todas estas respostas. Mas, repare, também para estar a aumentar muito a estrutura agora e, depois, terminada a Comissão de Inquérito e a auditoria, ficarmos ali com as pessoas... mas demos uma resposta... Penso que ninguém me vai solicitar isto...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — E acabaram os programas entretanto, porque, o e.escolinha já acabou a distribuição de computadores...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não sabemos.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Acabou a distribuição dos computadores, agora são só as ligações, há-de ser a gestão das ligações.

Relativamente ao novo Programa e.escolinha, o que aconteceu foi a elaboração do concurso e ainda não definiu como é que vai ser...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — A participação da Fundação!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Exactamente!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Mas deixe-me dizer uma coisa: e já discutimos isto muitas vezes no Conselho de Administração, com a equipa de trabalho da Fundação, com o próprio Governo e também com os operadores, nós não achamos que esteja terminado o projecto, esta foi uma primeira fase. Portanto, nós achamos que, independentemente das opiniões que possa haver e de um conjunto de aspectos, a Fundação, com o projecto que foi iniciado, tem enorme potencial e penso até que, face ao investimento que já foi feito em tudo isto, quer da parte do Estado, quer da parte dos operadores, quer da parte dos beneficiários, deve haver um caminho que potencie este investimento.

Portanto, o nosso projecto para 2010 é no sentido de potenciar este investimento e achamos que quer o Programa e.escola, que gerimos, quer o próprio projecto da Fundação, até pelo facto de lá ter os três operadores, têm um potencial enorme que merecia ser desenvolvido. Achamos que, independentemente do que vier a sair daí, temos de concertar com os operadores, temos de concertar no âmbito do Conselho Geral, e é, no fundo, isto que estamos a fazer. Por isso, ainda não temos o documento aprovado.

Depois, sobre ligações...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Antes disso, quanto custou o e.escola e o e.escolinha?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — As contas de 2009 já...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — A isso já responder. Agora, quanto é que custou o e.escola e o e.escolinha?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu já disse que...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim. A minha resposta de hoje não vai ser diferente da que dei aquando da primeira audição, porque eu só poderei mudar esses dados quando tiver validados os dados de 31 de Dezembro. E é nisto que estamos a trabalhar. Portanto, face aos dados de 31 de Dezembro, teremos dados mais actualizados daquilo que aconteceu. Até aí, penso que já dei os dados...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Portanto, os dados que tem, actualmente, são à data de 4 de Setembro. E qual é o montante?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Já disse aqui que estimávamos que o custo global do programa, digamos assim, andaria na ordem dos 854 milhões, que os operadores contribuiriam na ordem dos 373 milhões — eu já disse estes números e, depois eu cá vir, eles até apareceram nos jornais —, que os beneficiários contribuíram com 256 milhões e o Estado com

cerca de 225 milhões, dos quais pagou, até agora, 214. Portanto, estes valores já...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Isso é a soma dos dois programas?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Para nós, é um Programa. Só que a iniciativa escolinha tem um contrato específico, tem condições específicas, etc.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Já agora, quando é que está previsto serem validados os dados até 31 de Dezembro? Há alguma...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não tenho um dia específico, mas talvez possamos ter durante este mês ainda ou no princípio do próximo mês. Para já, não tenho esse dado. Penso que têm cá os acertos de contas dos operadores de 4 Setembro. E nós temos aqui uma questão, que é muito importante para se perceber isto, que é a seguinte: ficaram nesses acordos um conjunto de obrigações dos operadores em matéria de informação, e isso foi uma das coisas que levou tempo a fazer naqueles acordos. O que é que acontece? Não podemos dizer aqui se os operadores vão cumprir ou não aquilo. Eu sei que, tanto eles como nós, estamos a trabalhar nesse sentido.

Portanto, nós gostaríamos de ver esse processo a avançar muito rapidamente e ter essa informação, embora os operadores entendam que aquilo já é, digamos, um *enforcement* de informação que a Fundação faz. Nós temos uma interpretação diferente, achamos que aquilo é uma base fundamental para termos os números mais apurados e mais afinados, e, portanto, não depende só de nós.

Sobre as contrapartidas perguntou...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Perguntei se tem informação de quando é que estão disponíveis as contrapartidas.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não tenho essa informação aqui, mas deixe-me só dizer uma coisa, que, a meu ver, é importante, em relação a uma audição que eu escutei.

É preciso ter algum cuidado com estes números, porque uma coisa é (e penso que o Sr. Secretário de Estado ontem explicou isto) o que os operadores consideram já executado, outra coisa é aquilo que os operadores ainda não executaram mas que vão executar, porque temos pessoas...

Ora, mesmo que não estejam esgotadas essas verbas, elas estão cativas para aquele fim, e, portanto, nós não vamos poder usar verbas duas vezes.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Nós só queremos relacionar as coisas. Se estamos a falar à data de 4 de Setembro, uma coisa, podemos ter outra; se estamos a falar de 31 de Dezembro, uma coisa, podemos ter outra... Só estamos a relacionar isto, como é evidente.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Creio que os operadores, quando aqui falaram, fizeram-nos sem ter essa condição de 4 de Setembro. Mesmo alguns, penso, falaram *a posteriori*, pelo que ouvi aqui, o que é natural, se estivesse do lado dos operadores, faria o mesmo.

Mais perguntas...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — A isso já respondi, não vou voltar a responder. Até porque não tenho dados fechados...

Nós fizemos contas a 4 de Setembro e liquidámos com os operadores. Se há diferenças? Há diferenças! Mesmo a 4 de Setembro, os operadores tinham entregas que nós não reconhecíamos e nós assumimos isso, porque ainda existem (não é muito, mas ainda existem) dados reais, número de beneficiários, que os operadores dizem: «Ah, eu tenho  $x$ », mas os *tickets* que temos confirmados não são esses. Logo, nós não validamos essa informação. E, portanto, relativamente a esta matéria, vamos ter de chegar a acordo sobre essa validação, quando a informação do *ticket* estiver clarinha.

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Pedro Filipe Soares.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Mário Franco, antes de avançar, a indicação que tenho aqui, na sequência das perguntas, é que falta responder à questão do balanço das ligações de banda larga.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não tenho ainda essa informação. Aliás, volto a dizer, está escrito nos acordos de encontros de contas e os operadores comprometeram-se... Eu gostava que isto ficasse bem claro, e, aliás, é claro nesses acordos: os operadores também têm limitações nessa informação, e nós, felizmente, já chegamos a um acordo, que é o seguinte:...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Dr. Mário Franco, peço desculpa, deve ter à data de 4 de Setembro, pelo menos!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não, não! Não tenho.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Para fazerem as contas não sabem quantas ligações é que estão feitas?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Estamos a falar de ligações do e.escolinha?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Exactamente!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Do e.escolinha, não; das outras temos. Aliás, nas outras temos neste aspecto...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Nas outras era obrigatório, portanto, é o número de computadores...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Certo, mas deixe-me explicar uma coisa, que é importante e que já foi, creio eu, citada nesta Comissão, que é o seguinte: nós não temos as ligações do e.escolinha, nem temos as desistências do e.escola. Não temos! Esta também é do interesse dos operadores.

Ouvi alguém, nesta Comissão, dizer que as desistências eram muitas, mas eu ainda não tenho essa informação validada, até porque penso que se misturou aqui dois conceitos, que é o conceito da desistência enquanto corre o contrato e o conceito de não renovação. Ora, o conceito de não renovação não é uma desistência. E nós não confundimos as duas coisas.

Eu não sei por que eles não renovam. Primeiro, não sei se eles não renovam ou se não vão renovar a outro operador. Se calhar, tem de haver

uma maior capacidade de oferta para eles se manterem como clientes. E também não temos a informação das desistências.

Como sabe, os contratos dizem que nós recebemos dinheiro por cada mês que passa e, até agora, ainda não descontamos nem um cêntimo sobre isso. Ou seja, não temos uma coisa, nem outra. E aquilo que ficou nos acordos é que os operadores se comprometeram a dar-nos essa informação à unidade, e é neste cenário que estamos a trabalhar.

O assumir despesas da Fundação... Como sabe, aquando da criação de qualquer instituição, há despesas que existem antes da própria constituição. Há despesas que existem...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — E o que é que fizemos?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! Não é só essa, quaisquer outras despesas que ocorram.

Por exemplo, a compra dos servidores, os serviços de consultoria informáticos que tivemos, um ou outro evento, etc., foram despesas pagas pela ANACOM e nós, quando fundámos a Fundação, quisemos fazer uma análise das despesas, e foi por isso que, em vez de colocarmos na escritura que a Fundação assumia essas despesas, como, às vezes, é habitual, fizemos um processo um bocadinho mais rigoroso, que foi: primeiro, íamos assumir essas despesas mas tínhamos de saber quais eram e se, de facto, elas correspondiam à iniciativa, e, segundo, a Fundação assumiu essas

despesas. Eu não sou jurista, mas os nossos juristas analisaram isto e disseram que essas despesas têm essa fundamentação.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Dr. Mário Franco, estamos a falar de coisas diferentes.

Essas da ANACOM, que é ICP, são despesas de 279 067 €, que estavam cometidas ao Fundo da Sociedade de Informação e nós, por aí, também percebemos por que é que o Fundo não teve movimento financeiro, porque, de facto, foi... Mas, sobre isso, existe um despacho do Governo que diz que «o ICP assume as despesas relativamente ao funcionamento do Fundo dado ele não ter personalidade jurídica». Agora, não estou a falar destas. Para além destas, na acta n.º 1 de 2009, está a aprovação do pagamento de 118 000 € a uma sociedade de advogados por serviços prestados entre Junho de 2007 e Outubro de 2008, estão 3400 € à Beboop, estão 20 000 € a outra entidade privada...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — São várias!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — E isto não tem a ver com... Pergunto: qual é a base legal disto? Porque, enquanto aquelas foram suportadas pelo ICP e pela ANACOM, estas não estão.

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Miguel Macedo.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Costa, já se percebeu.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — A fundamentação está nas actas. Como é óbvio, nós temos uma assessoria jurídica e é a assessoria jurídica que nos

verifica o procedimento e a fundamentação jurídicas. Portanto, todo o processo é absolutamente transparente, está nas actas identificada a fundamentação. Mais: como vê, tem na acta a despesa clarificada, a quem foi e quanto foi.

Portanto, nós fizemos esse assumir de despesas com esta fundamentação legal. Não há aqui nenhuma despesa que não tenha ficado devidamente identificada e fundamentada juridicamente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — E reportam sempre por ou no interesse do programa ou da Fundação.

Portanto, são despesas que, de facto, não têm mais do que isso. E elas estão todas identificadas, quer as despesas quer a fundamentação das despesas.

Colocou-me uma outra questão, que, a meu ver, é importante, embora não saiba se lhe consigo responder a 100%, mas penso que todos compreendem, que é a questão do *e-mail* de 15 de Setembro, saber se foi a Fundação, se foi a Entidade Gestora do FSI.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não perguntei isso, essa pergunta já respondeu há pouco.

Que foi a Fundação, nós não temos dúvida. Agora, a decisão do Conselho de Administração...

O Sr. **Presidente**: — A pergunta foi: com base em que documento é que enviaram as características, sendo que...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — ... a decisão de aderir ao protocolo do e.escola e do e.escolinha é tomada em 14 de Janeiro de 2009.

O Sr. **Presidente**: — Consta da acta n.º 1, que aprova a participação da Fundação nos Programas e.escola e e.escolinha, em Janeiro de 2009.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Vamos lá ver uma coisa: para ser completamente claro, estamos a falar de coisas que aconteceram a três dias de diferença. Por acaso, como lhe disse há pouco, o domínio que ainda aparece no *e-mail* é da FSI. O FSI termina automaticamente, segundo me explicaram, quando começa a Fundação. Neste momento, sinceramente, acho que isso...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — No dia 11 de Setembro, mas só foi reconhecida a 31 de Outubro.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Claro, mas repare...

Não posso estar agora, não tenho essa capacidade jurídica.

Penso que se entende claramente que existe a Entidade Gestora do Fundo e que dá origem à Fundação. Agora, creio que há procedimentos transitórios, há processos que estão a correr... Repare, se estivemos a acompanhar esse processo, enquanto entidade gestora, até ao dia 11 de Setembro e se no dia 11 de Setembro é fundada a Fundação, será que a

entidade gestora ainda existe até ao dia 11 de Setembro ou só começa a existir no dia 30 de Outubro? Esta é uma questão mais jurídica, posso, depois, prestar um esclarecimento mais jurídico, mas, neste momento, não consigo saber se já foi como Fundação ou se foi ainda como entidade gestora. Ou seja, penso que isso é uma questão mais jurídica.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas é muito importante!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — É muito importante, eventualmente, não digo que não. Mas, por mais importante que seja o aspecto jurídico, estamos a falar de uma operação. Estamos a funcionar como entidade gestora (estamos a falar da mesma pessoa, a entidade gestora) que tem de ter um figurino jurídico; cria-se esse figurino jurídico. Quer dizer, não se pode imaginar que vai parar tudo à espera...

Neste momento, não tenho resposta jurídica para o processo.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Só quero que confirme a seguinte questão: mandaram, em 15 de Setembro — e não estou a dizer se foi o Fundo, se foi a Fundação, para nós também é indiferente — as características, mas só a 14 de Janeiro de 2009 é que decidiram aderir ao protocolo e.escola e e.escolinha. É só isto formalmente.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Acho que estamos a confundir várias coisas.

O protocolo e.escolinha tem retroactivos a uma determinada data, salvo erro. Mas penso que esta questão tem mais a ver com um processo jurídico mais formal, que tem de ser avaliado juridicamente sobre se começa no dia *x* ou no dia *y*. Não estou, sequer, a ver qual é a questão que

está em causa, peço desculpa. Assim, de repente, não estou a ver. Provavelmente, sou eu que não estou a ver, mas não estou a compreender.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Dr. Mário Franco, uma coisa são os contratos assinados pelos operadores. A Fundação decidiu assinar contratos com os operadores que, depois, retroagem a determinada data. Certo?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Certo.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Esta é uma matéria.

Outra coisa é, no âmbito do funcionamento da própria Fundação, enviarem um documento, que é relevante para todo este processo, com a definição das características dos computadores que, depois, deu origem às consultas feitas pelos operadores, à aquisição dos computadores e à entrega de computadores no dia 23 de Setembro. E nós andamos à procura de saber quem é que decidiu isto. Quem é que decidiu enviar as características? Do «fato» já descobrimos, mas quem é que decidiu enviar esta informação? Fomos ver se havia alguma decisão do Conselho de Administração e a única decisão que encontramos do Conselho de Administração é também posterior a isto, é de 14 de Janeiro de 2009, o que demonstra aquilo que temos dito, que tudo isto se desenvolveu com base em reuniões, em ordens verbais, em não sei quê e, depois, foi formalizado. Pensei que houvesse alguma outra formalidade.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Já percebi.

Repare, estive um grupo de pessoas a trabalhar durante os meses anteriores, nomeadamente nos meses de Agosto e Setembro. Íamos anular todo esse trabalho? Começar tudo de novo? Quer dizer, também temos de olhar para o aspecto prático das coisas.

O que é que foi feito depois? De acordo com a assessoria jurídica, deu-se a formalização a esse processo, porque estamos num período transitório. É preciso não esquecer que a Fundação é, digamos, o figurino jurídico que substituiu o Fundo e, de certa maneira, a entidade gestora. Portanto, não são duas entidades diferentes, são as mesmas pessoas. Sinceramente, não consigo ver aqui qualquer problema.

V. Ex.<sup>a</sup> pergunta-me com que base é que os pagamentos aos operadores foram feitos. Creio que os pagamentos feitos aos operadores — constam, salvo erro, das actas n.<sup>os</sup> 3 e 4 — foram feitos com base no facto de a Fundação ser responsável pela gestão do Programa e.escola, e, como tal, como tinha de assumir a responsabilidade de pagar, fez um adiantamento operacional dessa verba e foi ressarcida dessa verba pelo Estado. A Fundação não ia duvidar de que o Estado a ia ressarcir dessa verba.

Mas creio que, se o Estado não pudesse ressarcir a Fundação dessa verba, por qualquer razão, neste caso, a Fundação teria várias opções, entre as quais a de atribuir ao Programa e.escola uma verba correspondente, e poderia sempre fazer. A Fundação pode entender que uma parte do seu património é para o Programa e.escola, não está impedida de o fazer, e, neste caso, desonerando o Estado de alguma responsabilidade.

Portanto, o que a Fundação fez foi usar o seu património para facilitar a execução do Programa a benefício público. E, tanto quanto a nossa assessoria jurídica nos disse, este facto não tinha qualquer problema.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Peço desculpa, mas essa é que é a questão, porque a utilização das verbas atribuídas, como já aqui foi dito, os 25 milhões, que é o tal património, está sujeita ao Código da Contratação Pública.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, mas isso não impede que a Fundação... Nós fomos ressarcidos dessa verba, e penso que isso teria de ter uma análise mais jurídica, não se pode tirar esse raciocínio assim...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Eu também não estou a tirar raciocínio, só estou a perguntar se tem alguma informação sobre a fundamentação...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sr. Deputado, eu não posso, numa audição, ter presente todas as hipóteses possíveis, que são, eventualmente, do ponto de vista operacional, jurídico, financeiro. Quer dizer, eu penso que sobre qualquer um destes assuntos é possível elaborar hipóteses quase infinitamente.

O que fizemos, com a assessoria jurídica e a assessoria financeira, foi que houvesse...

O Sr. **Presidente**: — Isso já percebemos, mas a pergunta tinha uma outra questão, que era: com base em que documento é que a Fundação passou os 10 milhões mais os 13 milhões?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Isso está em acta e foi uma deliberação do Conselho de Administração, e que foi já, de certa maneira, ratificada pelo Conselho Geral, quando aprovou o Relatório e Contas.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Se nos estamos a referir a 2008, o Conselho Geral ao ratificar, ao aprovar o Relatório e Contas, validou isso.

O Sr. **Presidente**: — Estão respondidas todas as questões, Sr. Deputado Jorge Costa?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — As entidades que receberam esse dinheiro são as mesmas entidades que estão representadas no Conselho Geral. Portanto, não foi um aspecto fora do sistema.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sabe se foi no mesmo dia?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não sei se foi no mesmo dia.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem! Então...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas ainda falta responder algumas questões.

Como é que foi a escolha das empresas com quem celebraram contratos de adjudicação directa, nomeadamente as relacionadas com os eventos, a Bebop, a Soundcheck e a António F Marques?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não fui eu, pessoalmente, que tratei disso, mas houve aí várias consultas, certamente, e, na altura, foram aquelas empresas que estavam...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Nas actas não tem consultas, tem ajuste directo.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — O procedimento de ajuste directo...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Eu só quero saber como é que escolheram, mais nada.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Neste momento, não tenho aqui essa informação, mas, no procedimento de ajuste directo, pode, penso eu, haver um convite a várias entidades, pode haver consultas para o ajuste directo.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas houve?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Penso que sim. Não posso é agora estar a dizer quais e quantas, porque não tenho esses elementos aqui.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Nas actas do Conselho de Administração, há casos em que, de facto, é assim, em que há consultas a várias entidades, mas há outros casos, que eu citei, em que não houve.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Depende das situações, depende do valor, depende do tempo, depende do assunto em si.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Dr. Mário Franco, eu sei disso tudo, conheço o Código da Contratação Pública. Só perguntei como escolheram a empresa, porque até poderia ter sido outra qualquer, poderia ser a XPTO.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Foram várias, aliás!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Só perguntei como escolheram, mais nada.

Ainda falta responder a uma outra questão que tem a ver com a acção social escolar. De acordo com as actas, vimos eram 222 milhões de euros

sem o e.escolinha, pergunto se há mais alguma coisa acerca disto. E falta também a questão da assunção da posição do Gabinete do Secretário de Estado no contrato.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Em relação às contas que fizemos para a acção social escolar, conforme está em acta, apenas fizemos as contas... Já recebemos dinheiro do Estado, não só da acção social escolar, como sabe. A Fundação tem essas duas fontes já concretizadas.

Portanto, fizemos as contas, apresentámo-las à acção social escolar, à excepção da iniciativa e.escolinha. Também faremos as contas da iniciativa e.escolinha e apresentaremos, se for necessário (como ainda não fechamos as contas todas do e.escolinha, ainda não sabemos quanto é que é necessário exactamente), as contas à acção social escolar, na mesma lógica, como apresentaremos no período posterior a 4 de Setembro.

Depois, temos a outra parte do dinheiro, que é indiferenciado, digamos assim, em relação aos vários beneficiários, que é o dinheiro deliberado pelo Governo em função da ANACOM, dos decretos. Portanto, apresentámos essas contas e chegaremos ao momento em que apresentaremos as contas da...

Quanto ao assumir dessa responsabilidade, penso que esse processo de uma iniciativa de imagem de campanha foi um processo que começou ainda no Ministério, acho que ainda não existia a Fundação, foi, portanto, um processo anterior, e a Fundação, a partir do momento em que assumiu o programa, assumiu também todas as responsabilidades de gestão do programa e também assumiu esse processo.

Portanto, é um processo normal, é analisado juridicamente e o Conselho de Administração decide com base nessa informação jurídica. Não há nada para explicar além disto.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Estiveram nas reuniões de 22 e 25 de Julho?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Neste momento, não me recordo, porque, como lhe disse, participei em múltiplas reuniões...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas estas são as reuniões em que estiveram os operadores e a JP Sá Couto, segundo eles disseram!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu não sei onde é que obtive essa informação...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Foi aqui. Foi dita aqui!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Por quem?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Foi dito pelo Presidente da ZON.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — O Presidente da ZON disse que tinha estado numa reunião com a JP Sá Couto?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Disse que esteve numa reunião...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Onde eu estava?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não! Não disse que estava o Presidente da Fundação.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Ah!...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Por isso, é que estou a perguntar-lhe, senão, não lhe perguntava.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Tenham calma, Srs. Deputados!

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Mas diga a verdade! Diga a verdade!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados,...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Eu só estou a perguntar se o Sr. Presidente da Fundação esteve, mais nada. Ele não disse que esteve, ele não se lembrava de toda a gente que esteve!

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Isso foi afirmado. Quando vier a transcrição, nós vamos ver.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Mário Franco, já concluiu?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, falta ainda uma questão. Relativamente à saber se os operadores passam ou não recibo...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Presidente da Fundação disse que os operadores ou quem os operadores mandatarem emitem o respectivo recibo.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Lembro-me, no entanto, de uma questão, que já foi suscitada e que lhe coloco: isto é contabilizável pelos beneficiários para efeitos de desconto no IRS, ou não, porque o recibo é fundamental para isso?

Tem alguma informação sobre esta matéria?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Nunca recebi qualquer reclamação de algum beneficiário sobre esse problema. Ou seja, creio que não existe esse problema ou, se existe, ainda não foi identificado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Hélder Amaral, lembro que já é meia-noite e meia.

Tem a palavra, Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, vou tirar o devido partido das perguntas feitas e das respostas dadas. Portanto, vou tentar não me repetir, mas gostava de lembrar que os «computadores» que estão aqui e que não tinham alimentação já se desligaram; os outros, sem alimentação, o único que resiste ainda sou eu. Estou sem alimentação e estou aqui a tentar...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Está sem alimentação?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Há bocado, chamaram-me computador! Já está tudo desligado ou estão ligados à corrente, e eu estou aqui...!

Por acaso, o Sr. Deputado Ramos Preto, na sua intervenção e naquele conjunto vasto de perguntas, já em excesso de velocidade, embora tenha conseguido travar a tempo, perguntou se o Estado tinha comprado alguns *Magalhães* à JP Sá Couto.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Para o Programa e escola!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Isso disse depois!

Lembro-me de ter visto, em pleno Plenário, vários Secretários de Estado, entre eles o Secretário de Estado Paulo Campos, com um computador *Magalhães*, que, incrivelmente, não voltaram a trazer. Não sei se...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sim, mas o Governo deixou de fazer um uso profícuo do computador *Magalhães*. Não sei se foi porque detectaram avarias ou se, eventualmente, já não funcionam. O que eu gostava de saber...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: Srs. Deputados,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Se me deixarem fazer a pergunta, só quero saber se esses computadores, que foram usados pelos membros do Governo e pelos Gabinetes dos Srs. Secretários de Estado, foram comprados e a quem ou se foram protótipos...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É uma pergunta importante. O Sr. Deputado do Partido Socialista fez a pergunta e, depois, recuou, mas eu quero ajudá-lo...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Eu não recuei! Eu perguntei se tinha feito compras de computadores para o e.escolinha e para o e.escola!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Quero voltar a uma questão que não foi aqui abordada, mas esteve presente quer nos debates em Plenário quer, depois, na constituição desta Comissão de Inquérito.

Para além da questão de o Governo controlar a Fundação e a Fundação funcionar em instalações do próprio Ministério das Obras Públicas — também foi feita esta acusação! —, há um conjunto de assessores do Secretário de Estado das Obras Públicas nomeados para a Fundação. Ontem, fiz esta pergunta ao Sr. Secretário de Estado, mas presumo que, estando perante o Presidente da Fundação e Presidente da entidade gestora, tendo, portanto, acompanhado todo o processo, esta pergunta pode ser feita. É que se isto for verdade, se se confirmar que são de facto assessores do Sr. Secretário de Estado os que foram nomeados para a Fundação, para além dos pareceres do Tribunal de Contas, existe o Decreto-Lei n.º 196, que tenta responsabilizar, e bem, e julgo que

concordará comigo, os titulares de cargos políticos pelo pessoal que nomeiam. Ora, este decreto-lei diz claramente (e não vou ler tudo para poupar tempo) que os membros dos gabinetes dos membros do Governo estão, na Lei das Incompatibilidades, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º e que, por sua vez, diz: «Os titulares dos cargos a que se refere o artigo anterior (...), é incompatível com o exercício de quaisquer outras actividades profissionais, públicas ou privadas, remuneradas ou não». O Tribunal de Contas considera que, se isso se verificar, não só há direito a despedimento como os actos praticados por esses nomeados são passíveis de serem arguir nulidade. Portanto, se isto se confirmar com a Fundação, podemos estar perante alguns actos sobre os quais se possa arguir a nulidade.

Posto isto, gostaria de saber se conhece — numa primeira explicação —, por exemplo, que, na acta n.º 1, Ana Sofia Corte Real pede a exoneração de administradora da Fundação e é substituída 24 horas depois. Pode haver alguma razão, mas já agora gostava de saber... Depois, na acta seguinte, aparece Cláudia Assis de Almeida a substituir Ana Sofia Corte Real; portanto, 24 horas depois.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Estou a cingir-me aos que, pelo menos, estão nas actas.

Continuando nas actas, passando às nomeações, há as nomeações do Dr. Daniel Adrião, Dr. Rui Pereira e Pedro Pedroso, sendo certo que, à data, alguns deles eram assessores do Sr. Secretário de Estado Paulo Campos. O Sr. Rui Pereira é Deputado; portanto, basta ir à sua ficha biográfica para se constatar que era. Ele, depois, acaba por também

abandonar a Fundação. Neste momento, não sei exactamente quantos membros compõem o Conselho de Administração, mas gostaria que me dissesse, em relação a este nomes, se eram, de facto, à data, assessores do Gabinete do Sr. Secretário de Estado, ou não, e, sendo, qual era o seu vínculo à Fundação.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — O Dr. Mário Franco é Presidente da Fundação, não era Secretário de Estado na altura!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Como é Presidente da Fundação e é presidente da entidade gestora, estou a perguntar, dentro do conhecimento que tem, se conhece estas pessoas e se sabe a que título e com que vínculo estão na Fundação. É o que quero saber, porque, quanto ao resto, depois irei ver os despachos de nomeação.

Volto a uma questão que eu gostava de precisar e que aqui já foi abordada, que é a das empresas, mas vou tentar não repetir.

Já não quero tanto saber como é que contrataram as empresas, mas estou curioso por saber, se é possível dizer, como é que estas empresas chegaram ao conhecimento da Fundação. Nas Contas da Fundação há um conjunto de empresas, para além da António F Marques, há a Brandia, a Soundcheck e também a Bebop. Só por mera curiosidade, a Bebop é constituída por Alexandre de Medeiros Reina, com 4875 € de quota, e pelo Sr. José Luís Soares Ferreira, que tem apenas uma quota de 125 €. E a acta diz que «A Bebop — Comunicação Audiovisual, Lda, tem um profundo conhecimento da actividade da Fundação para as Comunicações Móveis, estando, por isso, agora, especialmente habilitada a cumprir os objectivos definidos». É com base nisso, que, como disse, está nas actas, lhe é entregue a filmagem daquele vídeo «Um milhão», por sinal o mesmo filme

que aparece na campanha do Partido Socialista pela mesma empresa de «Um Milhão de Entrega de Computadores».

Portanto, gostava de saber quem foi. Foi o Ministério das Obras Públicas que disse «olhe, está aqui este conjunto de empresas»? Foi alguém da Fundação? Como é que conheceram estas empresas?

Como estamos a falar de ajustes directos com base, que aqui já explicou, e disse «temos base para fazer ajustes directos»... Aliás, fizeram a assunção do despacho do Gabinete do Sr. Secretário de Estado e, portanto, agora, já não me importa saber como é que chegaram às empresas, mas gostava de saber quem foi.

A ZON entrou com 1 milhão de euros e entrou num pedido de compras, que tenho aqui e que diz que, para além de uma factura de computadores de 501 *Magalhães* para a actividade de 23 de Setembro, «esta factura é acompanhada de uma nota de crédito no valor de 87 543 € referente a 411 *Magalhães* entregues ao abrigo da candidatura».

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Ao abrigo de quê?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Ao abrigo da candidatura. Não sei é que candidatura é. Por isso é que quero perguntar ao abrigo de que candidatura.

Se esta é uma candidatura ao programa, gostava de saber quando é que a ZON entrou, de facto, com 1 milhão de euros e se entrou com a obrigação de adquirir algum computador.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — A factura é da ZON e é passada à Fundação?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — A factura é da ZON e é passada à empresa Youtsu, e, portanto,...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — E é o Presidente da Fundação que vai saber se essa factura...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Porque eles dizem que, ao abrigo de uma candidatura, entraram com 1 milhão de euros, sem a ZON ter qualquer contrapartida para dar, sem a ZON ter absolutamente nada a ver. Ou seja, a ZON entrou de livre e espontânea vontade neste Programa e.escolinha, e eu gostava de saber se a Fundação sabe em que qualidade é que a ZON entra, por que é que a ZON contribui e se, de facto, estava prevista, ou não, como eles referem aqui, a entrada da candidatura. Não sei o que isto quer dizer.

As despesas do Fundo para a Sociedade de Informação, que contam também de uma acta, foram assumidas pela Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) e a acta diz «todas as despesas inerentes à actividade da Fundação», incluiu-as todas, e aparece apenas uma factura com um determinado valor e uma referência. Pergunto: é só esse valor que a Autoridade Nacional de Comunicações assumiu ou há outros? A pergunta do Sr. Deputado Jorge Costa pressupunha a existência de muitos mais movimentos com ajustes directos, sem ajustes directos, até à constituição. V. Ex.<sup>a</sup> acaba de confirmar que sim, porque há um hiato entre a constituição da Fundação, que assumiu imediatamente todas as verbas e despesas do Fundo, e o próprio reconhecimento da Fundação; há aqui um vazio legal que pode dar azo a alguma... Por isso, é que eu gostava de saber se, de facto, a ANACOM assumiu só estes valores ou se assumiu muitos mais. Qual é o valor total que assumiu, porque não encontro isso referido na acta?

Tinha também aqui uma dúvida sobre a passagem, ou não, de recibos, porque, como são despesas de educação, as pessoas podem querer deduzir essas despesas. E acontece até o facto de, nos contratos, vir expresso que as próprias operadoras só pagam aos fornecedores depois de receberem da Fundação. Portanto, aqui, é relevante saber quem paga o quê, como é que esse tratamento fiscal é feito, qual é a relação entre as operadoras, entre os fornecedores e entre os fornecedores e a Fundação. São verbas e cada um deles tem perante essa verbas...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não sei por que é que o Sr. Deputado, cada vez que eu faço uma pergunta, abre os braços e...! Eu sei que nos temos divertido imenso hoje, mas mantenha a calma, porque já estou quase a terminar.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Estou calmíssimo!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Depois, pode fazer as perguntas que entender.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas não vai conseguir. Estou aqui com grande resistência para passar aqui a noite toda!

Gostaria que o Sr. Dr. Mário Franco me respondesse a estas questões, até porque me lembro de, na primeira audição, V. Ex.<sup>a</sup> ter assumido tudo o que foi feito antes como sendo uma decisão pessoal.

O Sr. Dr. Mário Franco tentou aqui, e bem, dizer que havia duas especificações diferentes, embora, depois tenha dito que elas podem misturar-se, que são as especificações do computador e as do e.escolinha. O Sr. Secretário de Estado deixou-nos aqui um mapa das especificações do computador.

Não sei se já tem resposta do Sr. ex-Secretário de Estado Carlos Zorrinho, que foi quem assumiu aqui, pela primeira vez, a constituição dessa *task force*, o que também já não é relevante, mas disse aqui, e assumiu, que foi ainda com o Fundo (não interessa se foi com o *lettering* do Fundo ou da Fundação) que mandou às operadoras — e confirma a versão das operadoras —, a 15 de Setembro, as especificações do e.escolinha. A minha dúvida não é tanto esta. As operadoras dizem, sim senhor, que receberam o *e-mail*. V. Ex.<sup>a</sup> disse «há o *e-mail* e até foi ainda como Fundo». O que eu gostava de saber é se, à data do dia 30 de Julho, existia algum documento já com essas especificações, ou não. Se me diz que não havia nenhuma especificações, nem nenhum documento, nem ninguém tinha conhecimento, estranho muito como é que o Presidente da JP Sá Couto, na SIC, nessa mesma noite, dizia que estava a fazer o *Magalhães* para o Programa e.escolinha. Isto é para eu saber avaliar do grau de premonição do senhor da JP Sá Couto.

Já agora, porque os senhores da JP Sá Couto disseram que foram ao Ministério, que conheceram o Sr. Presidente, gostava que me precisasse a data em que teve contactos com a JP Sá Couto e em que data é que conversou com a JP Sá Couto sobre o Programa e.escola e o Programa e.escolinha.

Para terminar, e abduco já da segunda volta, quero dizer que há, de facto, aqui, uma contradição insanável. Diz que o Programa tem virtualidades, que era bom, que os operadores estavam satisfeitos, que os fabricantes estavam interessados, e nós ouvimos aqui os fabricantes, todos eles, aliás, o caso da ZON é paradigmático, pois disseram-nos que não quiseram ficar de fora, disponibilizaram 1 milhão de euros, porque era um mercado emergente e apresentava grandes virtualidades, perspectivava-se até um grande volume de negócios. Portanto, é o sentimento de que toda a gente participou. A própria licença da Intel era uma licença grátis, disse-nos o senhor da Intel, qualquer operador poderia aderir.

De, duas, uma: ou estamos perante um conjunto vasto de aselhas dos nossos empresários portugueses, porque, de facto, só a JP Sá Couto é que foi à licença da Intel, e era grátis, e só a JP Sá Couto conseguiu, 15 dias depois, ter 3000 computadores prontos para entregar. Ou seja, nem alertados com a consulta ao mercado por parte das operadoras, que, em Setembro, algumas delas já tinham as especificações (a ZON diz que foi logo ao mercado, todos os outros disseram o mesmo), e nem assim se aperceberam daquilo que eles próprios disseram aqui, que era um bom negócio. Eu já estou a deixar de lado o facto de muitas delas terem dito «nós fomos com a pressa e com a convicção toda ao mercado e fizemos um conjunto de consultas». Todos nos disseram que, para produzir aquele produto, apenas encontramos uma resposta afirmativa: JP e Youtsu; depois, houve a Prológica, mas, se eu for ver as empresas, há um administrador que é, ao mesmo tempo, administrador da Prológica e da Youtsu.

Perante tudo isto, ou estamos perante empresários inábeis ou, então, houve alguém que teve, de facto, conhecimento empírico da situação, como diz o Sr. Presidente da Youtsu.

Era só e muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agradeço muito a renúncia à segunda volta, mas julgo que é uma renúncia que vai ser seguida por todos os Srs. Deputados.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Estava a tentar dar o exemplo!

O Sr. **Presidente**: — Por isso é que temos tido uma latitude maior nesta primeira e única volta, bem entendido!

Sr. Presidente da Fundação, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, vou tentar responder a todas as questões.

Quanto aos computadores que estão a ser usados por membros do Governo ou por outras entidades, eu não posso, de maneira alguma, pronunciar-me sobre isso, o que posso dizer é que a Fundação nunca adquiriu computadores para...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Na Fundação, nunca ninguém usou computadores *Magalhães*...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Usou! Usou, mas...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Compraram?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — ... nós temos espécimes dos computadores e não é só do *Magalhães*. Praticamente, nós temos espécimes de todos os computadores...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Nós vimos, ontem, o Sr. Secretário de Estado com...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — É uma obrigação nossa tentar acompanhar essas questões.

De facto, não sabemos o que se passa sobre isso, quem comprou, quem não comprou...

Passo à questão das nomeações. Primeiro, do ponto de vista da Fundação, temos até um parecer jurídico sobre isto, não há nenhuma incompatibilidade de exercício na Fundação das pessoas que estão nomeadas do nosso lado, digamos assim. Depois, tanto quanto julgo saber, todas as nomeações foram feitas por pessoas que tinham todas as condições legais para as exercer. É um assunto que não me diz directamente respeito, porque o Conselho Geral é que nomeia as pessoas para os órgãos, analisando isso, mas não tenho conhecimento que exista alguma incompatibilidade.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Todos os nomes que referi foram e são, de facto, administradores da Fundação?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Penso que os nomes que citou, sim. Aliás, os nomes dos actuais administradores da Fundação, como, por exemplo, o Dr. Daniel Adrião, que citou, constam do *site* institucional da Fundação; lá encontram-se os nomes de todas as pessoas que fazem parte dos órgãos sociais, e está lá o nome dele exactamente como membro. Portanto, a informação que tenho é a de que essa incompatibilidade seria, apenas, para membros de gabinete e não para outras pessoas que, eventualmente, trabalhem com os gabinetes. Mas tanto quanto julgo saber, nenhuma dessas pessoas está nessas condições. Penso que pode haver aí

alguma confusão entre, efectivamente, aquilo que é a função dessas pessoas nos gabinetes e daí, eventualmente,...

Só um esclarecimento, que me parece importante e que penso que já é a segunda vez que é citado nesta Comissão, que é o seguinte: não conheço nenhum administrador da Fundação que tenha entrado num dia e saído no outro. Acho que se está a referir à Dr.<sup>a</sup> Ana Tomás, que entrou a 11 de...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — E saiu em...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Saiu em Janeiro, mas entrou em Novembro. Portanto, são dois meses e não um dia.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Saiu em Novembro

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Entrou em Setembro e saiu em Novembro. Portanto, deve haver aí alguma confusão sobre isso. Não há nenhum caso de um dia, que me lembre. Não creio que isso tivesse acontecido. Poderá haver aí algum lapso nas datas, ou coisa do género.

Em relação as despesas da ANACOM, elas estão todas em acta. Houve algumas despesas, não foram só as despesas contratualizadas pela ANACOM...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas como o espectro das despesas é tão alargado, pergunto se são só aquelas ou se há mais.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Elas estão todas em acta.

Agora, por exemplo, tivemos algumas despesas, que foram pagas pela ANACOM, com pessoas que estavam destacadas na Fundação, mas,

depois, ressarcimos a ANACOM dessas despesas. Quer dizer, isto é um processo absolutamente simples: todas as despesas pagas pela ANACOM, uma vez que a Fundação tinha assumido que todas as despesas de gestão do programa deveriam ser imputadas aqueles 25 milhões, foram imputadas àqueles 25 milhões.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Isso, eu percebo. Está claro! O que eu gostava de saber era o total. Constituída a Fundação, qual foi o total reembolsado?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Isso, além de estar nas contas de 1998 e vai estar nas contas de 2008 e nas de 2009, não tenho aqui o número para lho dar. Não estava à espera que me fosse fazer essa pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Mário Franco, só para fixar a questão, em termos da Comissão de Inquérito: só estava referenciada nas actas da Fundação uma despesa. Para além desta, havia mais? Havendo mais, qual era o total da despesa efectuada nesse período?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! Eu não confirmo isso.

Todas as despesas estão referenciadas nas actas, só se houve, algum dia, algum lapso, mas não me parece que tenha acontecido, porque as actas são cuidadosamente elaboradas.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Está respondido.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Agora, pode é haver a acta *A* ou a *B* que agora não esteja a ser vista, mas, neste momento, não tenho capacidade para ler as actas todas.

O Sr. **Presidente**: — Claro!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Mas todas as despesas, que a Fundação paga, passam pelas actas. Não há despesas fora das actas. Tem de haver uma acta que delibera uma despesa para a pessoa, que está no departamento financeiro, pagar.

O Sr. **Presidente**: — Está respondido.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Até porque, repare, além de termos uma pessoa que trata dessa parte, temos uma empresa, cujo serviço contratámos, que exige sempre toda a documentação organizada. Trata-se de uma empresa, que é, salvo erro, a SGG, que pertence ao Grupo Deloitte, e é devidamente credibilizada, que, quando algum documento falta na fundamentação, eles vão lá ver e nós organizamos.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Portanto, estão lá todas referenciadas.

O Sr. **Presidente**: — Como é que chegaram ao conhecimento das empresas...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Como disse, fizemos várias consultas a várias entidades e não tenho agora aqui presente quais, mas fizemos várias. Algumas das empresas, como a que referiu, já tinham feito um filme, e, portanto, essa foi a fundamentação que acabou de ler sobre isso. Foram

feitas várias consultas. Mas, como vê, honestamente, são poucas despesas, são dois ou três eventos sobre isso.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Tudo bem! Isso está tudo nas actas e, por isso, é que, lendo-as, suscitaram-me algumas dúvidas. É evidente que, a minha dúvida, em relação à pergunta anterior, é porque há um vazio legal em que há alguma confusão entre aquilo que é Fundo, aquilo que é Fundação e aquilo que é instituto; instituto é, em si mesmo, um organismo público, e daí as despesas com o instituto terem uma operação diferente.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Todas as despesas que fizemos — e isto é muito importante — estão abaixo daquilo que a Fundação pode fazer em matéria de ajuste directo. Ou seja, não há nenhuma despesa que a Fundação tenha feito a uma empresa que esteja fora desse quadro, independentemente dessa questão legal. Todas as despesas estão abaixo daquilo que a lei nos permite contratar em ajuste directo, mas muito abaixo. Sabemos todos qual é o valor neste momento, já foi mais alto, penso que era de 203 000, mas, a partir de uma certa altura, houve uma revisão e passou a ser de 189 000 ou qualquer coisa do género. Estamos muito abaixo, nunca fizemos nenhuma aquisição acima desse valor. Nós temos esse cuidado.

O Sr. **Presidente**: — A pergunta seguinte é sobre a ZON.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Confesso que não faço a mínima ideia do que estamos a falar.

Há aqui uma questão que vale a pena esclarecer: a Fundação não paga pelas facturas das empresas. As facturas das empresas foi algo que a Comissão Parlamentar de Inquérito solicitou às empresas e as empresas

mandaram para aqui. Nós não queremos as facturas das empresas; nós acertamos contas com os operadores com base nos computadores entregues e validados pelo nosso sistema de informação. Se os operadores compraram outros computadores para outros fins, esses computadores nunca terão nada a ver com as contas da Fundação.

Portanto, no caso da ZON, penso que foram 34 000 ou 35 000 beneficiários, foi o número que aqui foi dito pelo Presidente da ZON. A partir desse momento, se eles compraram outros computadores, transcende completamente o objecto do trabalho da Fundação. Portanto, é uma coisa externa...

Eu ouvi aqui na audição da ZON, se não estou em erro, o Presidente da ZON dizer que houve uma iniciativa, na qual tinha comprado 20 ou 30 computadores, e penso que foi o Sr. Deputado Jorge Costa quem perguntou se esses computadores também estavam ou não alocados aos custos da Fundação. Obviamente que não estão. Nós pagamos conforme o número de entregas e não o número de compras dos operadores. Os operadores podem comprar o que entenderem, mas isso já é à margem do programa.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a questão dos recibos, não é da participação dos alunos.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Essa questão já é posta pela segunda vez. Mas digo-lhe que, até hoje, recebemos algumas reclamações, mas foram mesmo muito poucas, porque temos um sistema de reclamações que, a meu ver, também neste aspecto, funcionou bem, que é o seguinte: as pessoas devem reclamar, em primeira instância, junto da entidade com quem contratam, que são os operadores. Se for um problema do equipamento informático, devem reclamar junto do fornecedor respectivo; os operadores também, digamos, têm isso. Se forem questões das entidades

validadoras, contactam com essas mesmas entidades; nós somos um *back office* de reclamações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Mário Franco, deixe-me só fazer aqui uma pergunta sobre esta matéria, para insistir neste ponto dos recibos.

Esta questão é relevante para o Estado, porque se há um aluno que comparticipa com 50 € a compra de um *Magalhães*, são menos 50 € que o Estado tem de comparticipar no pagamento desse mesmo *Magalhães*. A questão que se coloca é: do ponto de vista do controlo da Fundação,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — São 50 € no mínimo, porque pode ser mais...

O Sr. **Presidente**: — Claro.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — São valores relevantes!

O Sr. **Presidente**: — Estou a dar um dos escalões, digamos, de abatimento, ou 50 € ou 20 €!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Já percebi e agradeço.

Às vezes, queremos esclarecer, mas, se não percebermos a pergunta... E, de facto, o Sr. Presidente agora fez-me esse favor de esclarecer, porque eu não estava a perceber a questão.

Nós não fazemos o controlo dessa maneira. Agora já percebi e aproveito para esclarecer.

Quando enviamos a candidatura para o operador... No caso do e.escolinha, recebemos os dados directamente do Ministério da Educação,

ou da Secretaria Regional da Madeira, ou da Secretaria Regional dos Açores, já com o escalão a que a pessoa pertence, não é através do recibo.

No caso do e.escola, quando o beneficiário introduz os dados no nosso sistema, na ficha de inscrição da Fundação, nós enviamos essa informação à entidade que valida os dados e a resposta, quando vem — expliquei isto na última audição —, diz duas coisas: se o beneficiário é válido ou não e qual é o escalão a que pertence. E é com base nesta informação e não na informação do operador... Se o operador disser «Ah, este beneficiário diz que não é!», o que já aconteceu, e «Ah, apresentou uma declaração!»... Tem de ir à escola. Não é o operador que me diz. Isto seria uma falha do sistema de controlo. Como é que eu poderia descortinar se era verdade, ou não. Não estou a dizer que os operadores me venham enganar.

Agora, num processo de centenas de milhares de pessoas, eu, Fundação, sei, antes do operador, a que escalão é que o beneficiário pertence. E se o beneficiário pertence a um escalão que paga 50 €, automaticamente, quer ele receba quer não receba, o Estado já não é responsável por aquilo, porque, se ele não receber os 50 € e entregar o computador a um beneficiário que o Estado diz que ele é... a responsabilidade é do operador.

O Sr. **Presidente**: — Certo.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu não estava era a perceber a questão.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem! Do ponto de vista da Fundação, está absolutamente esclarecido, nada tem a ver com a questão das entregas que é feita por cada um dos alunos que querem adquirir.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Não! Está descontento à partida, por esta indicação!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Exactamente! Nós descontamos à cabeça.

O Sr. **Presidente**: — Informaticamente, desconta.

A segunda parte da pergunta é o reverso da questão: o Sr. Presidente da Fundação sabe se os operadores, quando entregam esse computador, emitem recibo da comparticipação que é devida pelo aluno que está a comprar o *Magalhães*?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — A forma como o operador se relaciona com o seu cliente, neste momento, não tenho condições aqui de esclarecer, mas vou verificar se há alguma questão com isso.

Até hoje...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O operador recebe, não assumiu aqui que tem dívidas com os operadores. Não assumiu, embora eles nos tenham dito, até deram um valor, qual era a dívida da Fundação. Porventura, há coisas para certificar, encontro de contas para fazer, mas eles recebem bem depois...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Vamos lá ver uma coisa: o operador recebeu aquele dinheiro. Se recebeu ou não é um problema do operador.

O Sr. **Presidente**: — Sim, mas vamos à situação em que tem de pagar 50 €, para simplificar.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Exacto, para simplificar. O operador recebeu 50 € e, quando ele me confirma que entregou aquele computador, eu desconto 50 € no custo que o Estado tem para com ele.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Exactamente! É o operador quem tem de provar tudo o que necessito para documentar o processo, para receber o resto.

Agora, esse aí já está resolvido, já está pago.

O Sr. **Presidente**: — A segunda questão é aquela a que o Sr. Presidente da Fundação não pode responder à Comissão neste momento, porque não sabe se o operador, nessa circunstância, passa um recibo dos 50 € que recebe directamente do aluno, visto o resto ser, depois, pago pela Fundação.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Nós estamos a falar dos operadores de comunicações.

O Sr. **Presidente**: — Sim!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Os operadores de comunicações são entidades que cumprem a lei na sua exactidão...

O Sr. **Presidente**: — Isso não está em causa.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — ... e que têm auditorias permanentes da Inspeção de Finanças, segundo me explicaram.

Não estou a dizer que não vou ver, estou a dizer é o seguinte...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Dr. Mário Franco, estamos a tentar esclarecer.

Dizer sempre que são empresas auditadas, é evidente que são auditadas. Até a Fundação é, mas isso não evita estarmos aqui numa Comissão de Inquérito.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Certo, mas repare...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Todos nós estamos de boa fé, todos nós somos auditados, todos nós cumprimos a lei, mas, às vezes, falha...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu não tinha entendido a questão.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Presidente da Fundação não consegue responder a essa questão neste momento, pelo que não vale a pena estarmos a insistir.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Porém, será, eventualmente, um aspecto que será objecto de auditoria quando entrarmos nos operadores.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Aquilo que foi uma preocupação elencada pelo Sr. Presidente da Comissão e que eu não estava a entender como uma das dúvidas,...

O Sr. **Presidente**: — Do lado da Fundação!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Do lado dos pagamentos da Fundação ou das responsabilidades do Estado no programa, esse assunto está garantido.

O Sr. **Presidente**: — Sim, não estão dependentes disso.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não estamos dependentes disso.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora à questão de 30 de Julho. Havia algum documento, à data de 30 de Julho, já com as especificações?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Com as especificações formalizadas, como disse, foi a 15 de Setembro.

Porém, durante o mês de Agosto (eu não tenho a possibilidade de averiguar se foi na data *x...*), foi quando foram estabilizados o preço, as especificações e as condições, globalmente. Depois, teve de haver acertos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Ou seja, só ficaram estabilizadas em Agosto. Em Setembro, foram comunicadas às operadoras.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim. Repare, aquela citação que fez e que eu não percebi bem, porque vi pela televisão um bocado da audição desta manhã e vi um vídeo, que foi aqui passado, de que alguém tinha dito que estava a produzir computadores para uma determinada iniciativa...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Dr. Mário Franco, não é «alguém tinha dito», é um vídeo da SIC,...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Certo.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... se não me falha a memória, em directo,...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Certo, mas eu não ponho isso em causa!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... com o Presidente da JP Sá Couto a dizer, com o computador *Magalhães* à frente, que é para o e.escolinha.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Fosse quem fosse! As pessoas podem ter intenções de produzir tudo... Posso ter um empresário a dizer: «agora vou produzir computadores para a iniciativa e.oportunidades», por exemplo. É um direito que têm, mas, depois, vamos ver se cumpre, se não cumpre, etc.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Posso concluir que o a JP teve sorte, antecipou-se e ganhou...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sr. Deputado, é natural que, tendo uma iniciativa dirigida a crianças de 6 a 10 anos, genericamente, há várias empresas que apresentaram...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hélder Amaral acredita muito no mercado, não vejo qual é o problema!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Mas há várias entidades que anunciaram computadores para este segmento.

Qualquer *Classmate*, por exemplo, ou outros como a *Dell*, que ainda agora anunciou, e já tinha anunciado na altura... O facto de as empresas se posicionarem para estes segmentos não quer dizer que eles tenham de responder exactamente a todas as especificações. Quer dizer, anunciaram naquele segmento.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É verdade! Até o facto de ter sido no mesmo dia, umas horas antes, no Pavilhão Atlântico, em que o Sr. Primeiro-Ministro anunciava o *Magalhães* para o e.escolinha, é o mercado a funcionar!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não leve a mal, mas eu não...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Pode continuar, já percebi que não vai...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Isso já foi devidamente explicado, e o meu papel, aqui, é mais esclarecer os processos, mais nada sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem! Julgo que está tudo.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não, ainda falta...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não! Falta responder a uma pergunta que formulei, não vou acrescentar mais nenhuma.

O Sr. **Presidente**: — Qual é que falta, Sr. Deputado?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Quando é que conheceu a JP Sá Couto?

O Sr. **Presidente**: — Exactamente.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Tinham dito aqui que foram ao Ministério, conheceram V. Ex.<sup>a</sup>.

Portanto, era para ver se conseguia precisar, mas se não souber também não há problema.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Conhecer...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E quando é que falaram do Programa e.escolinha.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! Do Programa e.escolinha, não!

Falei praticamente com todas as empresas, durante todo este processo, desde Junho. Nem sei como é que era possível alguém estar

acompanhar um projecto destes, sem falar praticamente com todas as empresas envolvidas, para perceber! Nem sei como é que é possível alguém acompanhar uma coisa destas, sem conhecer o que é que os operadores estavam a fazer, o que é o que o mercado estava a fazer, ler os relatórios que saem nas entidades que fazem análises.

Por exemplo, sobre as especificações do e.escolinha, eu avaliei vários relatórios internacionais sobre esta matéria. Li-os. Já citei aqui um, da última vez, da Tina Barrios, que é um relatório de 2003 — posso deixar o *link* para o *download* — e que é conhecido.

Nos Estados Unidos, existem mais de 50 projectos em pequenas escalas sobre esta matéria. Há mais de uma década que se trabalha este tema.

Portanto, há vários países do mundo com vários projectos, como o projecto, que já aqui foi citado várias vezes, OLPC. Ainda há muito pouco tempo, tive aqui a visita de uma das pessoas do OLPC.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Então, como estudou tanto o mercado, está em condições de me dizer — mas não me diga nove, porque nove é o número que só descobrimos desde ontem — qual era, à data, o outro computador para crianças com especificações parecidas, não precisam ser iguais, às do *Magalhães* que eu pudesse adquirir, por exemplo, a 30 de Julho, a 9 de Agosto.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Qualquer *NetPC*...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Por 213 €?!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Ah...!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Por 200 há aí mais. Não é esta a questão, já sei que agora vamos voltar à...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Essa é a questão!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não! Essa não é a questão. É com resistência ao choque e impermeabilidade aos líquidos. São as três características...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Ah...!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Repare, 30 e mais...

O Sr. **Presidente**: — Essa já é uma questão nova, Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Estava a aproveitar a ciência do Sr. Presidente da Fundação no conhecimento do mercado!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sr. Deputado, *NetPC* com disco há vários. Não é nada difícil de meter um disco no *NetPC*; praticamente, todos os *NetPC* têm disco.

Volto a explicar, com alguma profundidade, uma coisa, que, se calhar, há pouco, devido ao cansaço de muitas perguntas, não ficou entendido. Os requisitos mínimos do e.escolinha, incluindo esses dois de que falou, a resistência e a impermeabilidade, que são aqueles que as

pessoas, às vezes, perguntam, são os requisitos que estão em todos os relatórios internacionais sobre computadores para estas idades. Todos eles fazem a indicação da resistência e impermeabilidade, por uma razão óbvia!

Os nossos requisitos do e.escolinha são requisitos mínimos, não é um caderno de encargos, como já referi. Nós quando dissemos assim...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — V. Ex.<sup>a</sup> fez-me uma pergunta, deixe-me esclarecê-la, pelo menos, uma vez, pois já tentei várias vezes esclarecer isto.

Quando dizemos «resistência ao choque», não definimos nenhum *benchmark* que dissesse «é a resistência a um determinado nível de acordo com o *benchmark* A, B, C ou C». Isto porque as resistências medem-se de acordo com um *benchmark*, que são internacionais, que são conhecidos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É a 50 cm!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Se a resistência é de 50 cm tem de ter um *benchmark*. Repare, o que é a resistência a 50 cm? É quando o computador cai?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, deixem o Sr. Presidente da Fundação responder.

Já estamos em hora adiantada, estamos todo a ficar cansados e o Presidente da Fundação também.

Faça favor de prosseguir, Sr. Dr. Mário Franco.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — A resistência pode ser medida de várias formas. Há *benchmark* para isto.

Há *benchmark*, por exemplo, para computadores que são utilizados por pessoas que trabalham nas obras; há *benchmarks* para computadores que são utilizados por militares; há vários *benchmarks* de resistência. Nós não definimos qual era o *benchmark*. Nós dissemos «resistência», porque é uma coisa óbvia. Em todos os documentos internacionais sobre projectos vem a dizer que tem de ter resistência.

Agora, o que é a resistência? É quando, por exemplo, o aluno vai e deixa cair o computador na sala de aula? É quando ele o atira ao chão? Há *benchmarks* para medir as diferentes formas de avaliar a resistência e o mesmo se aplica à impermeabilidade. Nós não definimos nenhum *benchmark*. Limitamo-nos a dar uma indicação da tipologia do computador. São os operadores que, pegando nesses requisitos mínimos, têm de ir, digamos, «às compras» e fazer a sua avaliação.

Por exemplo, relativamente à impermeabilidade, uma coisa é apanhar uns pingos da chuva, outra coisa é entornar-se um copo de café, de chá ou de laranjada no computador. São coisas diferentes! Nós não dissemos: é esta resistência de acordo com este *benchmark*.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — (*Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador*).

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! Eles disseram, todos nós ouvimos, e não vou esconder que ouvi, que o que limitou a operação foi o preço.

Nós fizemos (e penso que já expliquei há pouco) a nossa avaliação do preço, e era um critério muito importante, como sabe, de acordo com determinadas análises que fizemos e, quem assinou aquele contrato, aceitou aquele valor, embora dissesse: «bem, mas pode haver dificuldades». E, então, ficou escrito no contrato que, primeiro, se não se encontrasse computadores por aquele preço, tinha de se rever o preço...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — No e.escolinha?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, no e.escolinha!

Se não se encontrassem computadores com aquelas características exactas, os operadores, fundamentalmente, sem ser preciso rever o contrato, diziam: «olhe, não encontrei, não tem a característica...».

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se não encontrassem nenhum!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Se não encontrassem nenhum...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ok!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — ... ou se, encontrando um, que fosse diferente ligeiramente num aspecto ou noutro, podiam fundamentar: «olhe eu não encontrei, quero muito este computador, mas este não tem determinada característica». Podia, fundamentalmente.

Portanto, isto era um processo aberto.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Como encontraram só um que tinha as características todas, estava resolvido!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! Não, porque fomos avaliar...

Nós fizemos várias contas: encontramos o valor médio do que estava no mercado naquela altura. E, a este valor médio (não é o valor mínimo, é o valor médio), fizemos um *downgrading* do preço numa determinada percentagem.

Repare uma coisa, às vezes diz-se «Ah, 213! Por que não 215?». Bem, nós não chegamos aos 500 000, foram quatrocentos e tal mil computadores. Mas, se estivéssemos a falar de 500 000, a 2 € era 1 milhão. Há uma diferença entre ir à loja e dizer: «eu comprei um computador 2 € mais barato», não tem grande impacto!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Desculpe, não gastaram cerca de 30 euros em *software* no *Magalhães*?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu não sei como é que foi encontrar esse valor!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Foi dito aqui pelas distribuidoras, em relação ao *software* utilizado.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu não tenho essa informação; é uma informação que desconheço por inteiro.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não sabe quanto é que se gastou em licenças *Microsoft* para pôr em todos os *Magalhães*?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, essa questão já foi respondida na Comissão. De resto, a Microsoft, quando aqui esteve, deu os valores a que correspondia a utilização,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Deu! Deu os valores a que correspondia a utilização, no âmbito do programa a que socorremos, digamos assim, para os computadores. Quanto é que isso significava por cada computador. Não sei agora dizer de cor, mas lembro-me de que foram desagregadas as verbas...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Tem razão! É só por causa da referência aos 2 €, por causa dos...

O Sr. **Presidente**: — Não! Não, não era isso. A questão não era essa. Estava a dar o exemplo de desconto de quantidade e de quanto isso significava para quem fornecia. Foi assim que entendi.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Para quem pagava.

O Sr. **Presidente**: — Para quem pagava e para quem fornecia.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não, eu não estava a falar disso.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Sim, claro! Com certeza, desconto de quantidade!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Nós, quando fizemos as contas, deu-nos aquele valor, não íamos arredondar para cima! 2 € tinham um peso enorme!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Que contas foram essas?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Fomos ver os computadores, que estavam no mercado, naquela altura, fizemos uma média e fizemos um *downgrading* do valor médio a um determinado valor. Não estamos a falar só do computador, estamos a falar de computador, de *software* e da logística. Fizemos as nossas contas, porque já tínhamos experiência, inclusivamente, do próprio e.escola, e chegamos àquele valor.

Portanto, achávamos que, se os operadores negociassem bem, podiam chegar àquele valor. Mas, se os operadores tivessem alguma dificuldade, ficou escrito, podiam rever o preço.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Repare, isso já foi explicado, mas não tenho problema algum em explicar. Podemos explicar isto 10 000 vezes, porque os temas são sempre explicados da mesma forma.

Acredito que deve haver aqui algum problema de comunicação, porque não consigo passar esta mensagem, mas eu auto-responsabilizo-me, não sei se é da minha voz ou do que é.

Sobre os computadores em 90 dias, já foi dito nesta Comissão que é preciso muito menos tempo para se conseguir concretizar esses projectos,

mas, de qualquer maneira — e penso que foram analisadas aqui as aquisições ou as facturas —, os computadores foram comprados por lotes. Portanto, se houvesse outra empresa que estivesse disponível para fazer aquele preço, alguém tem dúvidas de que essa empresa poria o computador em cima da mesa e diria: «eu tenho este computador por este preço» e que os operadores diriam «olhe, está aqui este computador, por este preço». Com base naquele contrato, com um computador com melhor preço e com as mesmas ou melhores condições, os operadores teriam alguma dificuldade em apresentar esse produto? Isso nunca aconteceria...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sr. Deputado, acha que, no mercado internacional, as multinacionais têm alguma dificuldade em construir um computador? Acha que têm dificuldade em construir um computador?

O problema central aqui é que, se calhar, isto não era mobilizador, como parece que não está a ser neste momento, este ano, para que as multinacionais digam: «eu, com estes valores, vou apresentar um produto».

Esse não é um problema que se coloca, porque, se houver uma empresa, uma multinacional qualquer de informática, que decida: «eu quero apresentar um produto com este valor e quero rebentar com o mercado no país A ou B», se quiser fazer este investimento, pode fazê-lo!

O preço é que foi o tema central. O preço era muito restrito no sentido em que impedia grandes resultados financeiros. Mas nós, mesmo assim, acreditávamos. Eu, pessoalmente, acreditava que, mesmo com aquele valor, iriam aparecer muitas pessoas.

Ainda agora, quando o Ministério da Educação lançou o concurso, eu vi, nos jornais, 15 ou 16 empresas que manifestaram interesse em

apresentar a proposta. E, depois, vi duas empresas a afirmarem nos jornais que não tinham concorrido, porque o preço era muito baixo. Isto está escrito nos jornais! Nem sei como é que as empresas deram aquelas entrevistas! De facto, é a demonstração de que o preço era o tema central e que não era mobilizador.

Houve uma empresa — não vou citar a empresa, nem jornal, porque não vale a pena — que disse que ia perder não sei quantos milhões de euros com aquele projecto. Estávamos a falar de 250 000 computadores.

Portanto, o que aqui está em causa é o preço. O preço é que não foi, talvez, mobilizador para que aparecesse um conjunto de computadores... A maior parte destas empresas têm computadores sempre em carteira, que não põem cá fora.

Penso que houve aqui, nesta Comissão de Inquérito, duas ou três pessoas que explicaram como é que funciona o processo de produção de computadores. Há empresas que fazem os computadores, os chamados ODM, que têm grandes capacidades de produção e que têm...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente da Fundação, eu contribuí para a celeridade. Não precisa de me explicar isso tudo, porque alguém já explicou aqui, na Comissão!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Mas, quando nós analisamos...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Deputado, não tem! Não é essa a questão! Se eu tivesse uma empresa e tivesse o Sr. Primeiro-Ministro

disponível para promover o meu computador, obviamente que o preço já não era tão relevante.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Nós não temos...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Exactamente. Nós não temos o «homem da Regisconta» a trabalhar!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hélder Amaral, vamos ouvir só esta resposta.

Faça favor de prosseguir, Sr. Dr. Mário Franco.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu tento esclarecer, agora, as coisas não podem ser descontextualizadas...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Como sabe,...

O Sr. **Presidente**: — Esta explicação, em relação à questão da composição do preço, julgo que foi relevante.

Faça favor de continuar.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não tenha dúvidas nenhuma de que os operadores, que estão em concorrência, têm o maior interesse nisso. Aconteceu no resto do e.escola.

Tinham duas hipóteses: ou baixavam o preço ou melhoravam a qualidade. Qualquer operador que pudesse dizer assim: «olhe, ainda tinha aqui um segundo nível de operação»... O operador podia dizer: «mas ele não tinha muito interesse, porque havia uma comparticipação do Estado». Repare, ele podia não ter esse interesse nesse aspecto, mas tinha um interesse: melhorar a qualidade para se distinguir dos outros.

No e.escola, os operadores todos concorreram nisso. Por que é que eles não fizeram no e.escolinha? Porque, se calhar, as multinacionais e outras empresas... Aliás, ouvi aqui uma das empresas concorrentes, que, aliás, vende computadores no programa, que é a Inforlândia, dizer que não tinha conseguido chegar àquela solução. Mas existem muitas empresas, multinacionais e não e que existem noutros países.

Agora, essas empresas poderiam ter chegado aqui e dizer: «eu também quero», como fizeram no e.escola. Por que é que eles se mobilizaram para o e.escola e não se mobilizaram para o e.escolinha? Porque, se calhar, o preço não foi suficientemente atractivo...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Mas que publicidade!?! Há marcas internacionais... Até podia haver 10 cerimónias com o Sr. Primeiro-Ministro e com Craig Barrett que não conseguiam bater marcas internacionais que estão firmadas no mercado internacional de computadores, e estas marcas não precisam... Quem precisa são as

pequenas empresas nacionais. As grandes empresas já têm marcas! Portanto, o problema da marca não era um problema para grandes empresas.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem! Sr. Presidente...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sr. Presidente, deixe-me só dizer mais uma coisa.

Sabe o que é que eu acho que aconteceu nestas iniciativas do e.escolinha e do e.escola? Aconteceu uma coisa muito importante, na minha opinião pessoal, se me permite, que é: como foram criadas condições de equidade no processo, ou seja, todos podiam, claramente, aparecer...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — No e.escola?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Em todos! O processo era completamente aberto, todos podiam chegar aqui com produtos, e os operadores tinham três ou, no caso do e.escolinha, quatro interlocutores. Não era só um, eram quatro interlocutores.

Mas sabe o que aconteceu? Como havia condições de equidade, as empresas portuguesas, descontando o custo da globalização, onde as condições de equidade são muito difíceis de conseguir, demonstraram serem capazes de concorrer com as melhores marcas internacionais.

Este é que é o problema central, porque, quando...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Estou a dizer que é o problema central.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sr. Deputado, eu tenho a convicção...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Se me pudesse ter respondido quando é que conheceu o senhor da JP Sá Couto...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Já respondi!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sr. Deputado, repare...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, esse é o problema central do país, não ser assim em todas as áreas. Era muito bom.

*Risos.*

Já terminou, Sr. Dr. Mário Franco?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Só mais uma coisa, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, não me lembro quando é que conheci os senhores da JP Sá Couto; não me lembro quando é que conheci os senhores da Toshiba; não me lembro quando é que conheci o senhor da AMD, com quem também falei; não me lembro quando é que conheci o senhor da ACER. Não me lembro disso! Isso é impossível!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Dr. Mário Franco.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Está nas actas!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! Nas actas não está quando é que eu os conheci!

O Sr. **Presidente**: — Claro! Mas julgo que já está respondida essa questão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, que vai dizer-nos que já tem muito poucas perguntas para fazer...

*Risos.*

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Estive muito sossegado toda a noite a ouvir, atentamente, as explicações que foram dadas e todas as perguntas que, muito correctamente, foram colocadas, inclusive as 25 do PS, que bastava ter lido os Estatutos da Fundação para responder a metade delas. Mas compreendemos por que é que elas foram feitas nesta altura.

Começo por perguntar...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Eu gostava que me respeitassem como eu respeitei quando fizeram as perguntas.

Começo por perguntar, porque foi-nos dito pela Inforlândia que o Sr. Dr. Mário Franco, ainda como membro do Ministério das Obras Públicas e da Entidade Gestora do Fundo para a Sociedade de Informação, teve um encontro, em Novembro de 2007, para sondar a empresa. No fundo, a empresa ter-se-á queixado de que as condições de competitividade no Programa e.escola eram muito difíceis para conseguir competir com as multinacionais. E, nesta conversa, terá surgido a possibilidade da criação de um programa para crianças do 1.º ciclo, que, depois, resultou mesmo, em Fevereiro ou Março de 2008, na apresentação de um protótipo, por parte da Inforlândia, ao Ministério, e, presumo (foi-nos dito ontem pelo Dr. Paulo Campos, que nada teve a ver com assunto), que essa apresentação tenha sido ao Dr. Mário Franco.

Disse-nos, também, o Dr. Paulo Campos ontem que não sabia, que desconhecia completamente toda esta envolvência, mas, no fundo, foi um acto premonitório do Dr. Mário Franco prever que iria existir um programa para as crianças, começando a falar com a Inforlândia para que ela pudesse desenvolver um programa e, inclusive, avaliar um computador, que foi apresentado, como sendo, ou não, aceitável para um programa para crianças.

Por isso, quero perceber este processo, se foi assim ou não, e, depois, se também teve a mesma conversa, na mesma altura, com a JP Sá Couto, para dizer que existia a possibilidade de ser feito um programa para as crianças do 1.º ciclo. Foi-nos dito que essa assunção, por parte da JP Sá Couto, era quase natural, dado que o Governo já tinha criado um programa

para todos os anos de escolaridade, com excepção do 1.º ciclo, o que não é verdade, e mostramos, hoje de manhã, que os 5.º e 6.º anos, apenas após a criação do e.escolinha, é que tiveram um programa, contrariando, assim, muitas das afirmações que aqui nos foram feitas. Mas, todas estas informações prestadas pela Inforlândia remontam a um período anterior, a oito meses antes, à criação do Programa e.escolinha e muito antes daquela que foi a indicação, pelo menos muito geral, dada pelo Dr. Paulo Campos sobre a criação do Programa e.escolinha e a ideia da criação do Programa e.escolinha.

Dito isto, sobre esta vertente, gostava de fazer algumas perguntas sobre o pagamento de facturas por parte da Fundação para as Comunicações Móveis e, particularmente, pelas datas a que essas facturas remontam.

Existem pagamentos a escritórios de advogados que remontam a trabalhos feitos em 2007, por isso ainda durante a actividade do Fundo; existem pagamentos à ANACOM, que foram adiantamentos para cobrir as contas do Fundo; e existe o pagamento também de dois eventos, de 22 de Junho do e.escola, em geral, e, do dia 23 de Setembro, que foi a primeira distribuição do e.escolinha nas escolas, onde, entre outras coisas, vemos, naquele filme que foi mostrado hoje, de um lado, a palavra «e.escolinha» e, do outro, o desenho do computador *Magalhães*, e isto foi, obviamente, prestado por quem montou todo o cenário, e a indicação que temos é a de que o pagamento foi de 24 160 € por parte da Fundação à empresa, e passo a citar, Soundcheck. Gostava de saber se foi criação da Fundação essa iniciativa, porque está aqui o pagamento que foi realizado; Fundação ou Fundo, dado que, nesse momento, estávamos naquela área cinzenta em que a Fundação já existia, mas o trabalho ainda era feito como Fundo, o que está compreendido pela transição. Não é isto que é relevante, o relevante é

saber se o Fundo ou a Fundação assumiu, ou não, esse protagonismo nesta data.

Quero perceber uma factura que me chamou a atenção. É uma factura da empresa Bebob — Comunicação Audiovisual, Lda, no valor de 6830 €, para o protocolo «Intel — Adaptação ao e.escolinha». Acontece que isto aparece na mesma altura, e a factura é anterior à tal factura de Soundcheck, onde refere as iniciativas de 22 de Junho e 23 de Setembro.

Este protocolo «Intel — Adaptação e.escolinha» tem a ver com o que vimos enquanto a apresentação do *Magalhães* e a assinatura do protocolo da Intel, no dia 30 de Julho de 2008, no Pavilhão Atlântico? Afinal, o Fundo ou a Fundação pagou também despesas relativamente a essa iniciativa ou é outra iniciativa com a Intel, da qual não tivemos conhecimento e nunca foi dado conhecimento à comunicação social? Pelo menos, nenhum Deputado aqui indicou que a tivesse visto na comunicação social, em algum dos jornais. Gostava que esclarecesse este ponto.

Se for possível, quero pedir-lhe cópia dos *e-mails* que, há pouco, leu, da indicação das características. Se os tiver aí e se for possível achar que...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Só tenho notas. Fá-lo-ei chegar à Comissão.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem, então, passo à frente desta questão, e veremos, então, quando cá chegarem.

No Programa e.escolinha e, na generalidade, no Programa e.escola, mas, particularmente, no Programa e.escolinha, porque identificámos uma situação que fura essas regras, quem é que valida que os computadores têm, efectivamente, as características que foram acordadas entre Ministério, Fundação e operadores? Quem é que faz esta validação? Isto porque tivemos 3000 computadores distribuídos em Setembro, numa iniciativa que

foi paga pela Fundação, que não cumpriam com essas características. Quem é que encomendou os computadores às operadoras? Quem é que disse às operadoras que ia haver a iniciativa? Foi o Fundo? Foi o Ministério das Obras Públicas? Foi o Governo, através do Ministro da Presidência? Quem é que o fez? Este é um ponto fundamental.

Disse-nos que as características estavam a ser definidas desde o dia 30 de Julho e só foram formalizadas no dia 15 de Setembro. Bem, o Dr. António Coimbra, da Vodafone, que foi quem mais, taxativamente, falou sobre este assunto, o que nos disse foi: «Recebemos o *e-mail* no dia 15, no dia 16 fomos ao mercado ver o que é que existia». Ele não nos disse que andaram a ser discutidas características pelos operadores, disse-nos: «Recebemos o *e-mail* no dia 15, no dia 16 fomos ao mercado ver o que é que cumpria com aquelas características e encontrámos dois fornecedores e um computador, que foi distribuído cinco dias úteis depois». Isto é textual e constará dessa acta, que será distribuída, e acho que nenhum dos Deputados me desmentirá, porque é a verdade dos factos.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Já estamos habituados a que o PS faça ouvidos moucos a algumas das verdades que ouvimos nestas audições, mas não há problema!

Também gostava de perceber um outro ponto, que, a meu ver, é importante. O vídeo que foi criado e distribuído no dia 23 de Setembro de 2008, a anunciar o Programa e.escolinha (onde explicava como é que as pessoas poderiam, ou não, ter acesso ao Programa e.escolinha e que foi visualizado aqui, hoje, de manhã), foi pago e feito por quem? Foi pago pela Fundação? Foi pago pelo Fundo? Teve alguma coisa a ver com essa

entidade ou foi o Plano Tecnológico que tratou de tudo? Porque, se foi o Plano Tecnológico, como tudo indica que assim tenha sido, também é estranho que tenha sido o Plano tecnológico a indicar como funcionava o Programa e.escolinha, quando o Ministério já tinha decidido que todo o Programa e.escola, onde se inclui o e.escolinha, iria ficar sob a alçada da Fundação, mesmo que ela não tivesse sido devidamente accionada nessa altura. E não foi por este motivo que, no passado, a Fundação também não fez iniciativas e não levou a cabo algumas actividades. Por isso, não se percebe esta dualidade.

Peço, desde já, desculpa pela pergunta que vou fazer aparecer aqui fora do plano temporal, mas também é do adiantado da hora. Já chegamos à conclusão, e temos, inclusivamente, o documento, de que foi em Dezembro de 2007 que, pela primeira vez, foi entregue aos operadores um esboço dos Estatutos da Fundação; isto foi feito pelo Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas. Mas só em 18 de Julho de 2008 é que existe um despacho governamental a criar um grupo de trabalho para ver qual era a melhor coisa a fazer com o Fundo para a Sociedade de Informação, se seria criar uma fundação ou outra coisa qualquer. É apenas nesta altura que existe um despacho. Pergunto: foi apenas para se poder justificar o dinheiro que já tinha sido gasto nas consultorias jurídicas? Por que é que acontecem, desfasadas no tempo, estas duas situações?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Peço desculpa, mas é só para depois poder responder. Eu não estou a compreender a pergunta.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Presidente da Fundação disse-nos que esteve na equipa que definiu os requisitos para a Fundação e que também avaliou qual seria o melhor modelo a instituir no que viria a seguir ao Fundo para a Sociedade de Informação.

Temos a informação de que os Estatutos da Fundação foram distribuídos aos operadores em Dezembro de 2007, enviados, via *e-mail*, pelo Gabinete do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

No entanto, só a 18 de Julho de 2008 é que existe um despacho (se quiser, posso lê-lo, acho que não há necessidade de o fazer)...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu só estou a tentar perceber a sua ideia.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... que cria um grupo de projecto que tinha por missão, e já que o abri, passo a ler: «(...) preparar o enquadramento jurídico e financeiro adequado à transformação do Fundo para a Sociedade de Informação numa entidade passível de ser financiada também por capitais públicos».

Quero perceber por que é que isto aparece nesta altura, quando já estão a ser trocados com os operadores os Estatutos da Fundação e até, inclusive, já foram levadas a cabo consultorias jurídicas? Foi porquê? Foi para formalizar uma coisa que já tinha acontecido antes?

Por último — e, Sr. Presidente, confesso que não queria mesmo ter gasto tanto tempo, mas não consegui fazer as perguntas em menor espaço temporal —, quero saber se confirma que foi por ultimato das operadoras que foram feitos aditamentos aos contratos de Setembro de 2009. Tivemos, em Setembro de 2009, uma série de aditamentos aos contratos de cessão por parte das operadoras, do Ministério e da Fundação, e foi-nos dito que as operadoras colocaram essa condição para validarem os Relatórios que tinham sido apresentados, o que é uma informação adicional, e muito relevante, àquela que o Sr. Presidente da Fundação nos forneceu aqui, aquando da primeira audição. Gostava que nos confirmasse se foi um

ultimato, porque, se não, as operadoras votariam contra o Relatório e Contas de 2008.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Presidente da Fundação.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Deve ser, com certeza, da hora, porque não consegui perceber aquela questão, mas já lá voltaremos.

Começo pela última questão, agradecendo a vossa compreensão, porque é aquela que está mais fresca.

Já ouvi várias vezes, nas audições que pude acompanhar, essa questão dos aditamentos, e eu gostava de esclarecer este ponto, porque pensei que já tivesse esclarecido há pouco, quando expliquei o Relatório e Contas, mas provavelmente não.

O Governo encarregou a Fundação de fazer a gestão do Programa e.escola e, nesse exacto momento, houve uma cessão contratual, porque a Fundação iria passar a gerir os contratos sem poderes de representação, enfim, esses documentos estão aí. O que é que acontece? Quando nós chegamos a Julho de 2008 e fizemos o nosso primeiro Relatório e Contas (e este é um processo extremamente complexo, do ponto de vista técnico) intervém a parte jurídica, que tem de avaliar como é que os contratos estão feitos, nomeadamente em relação ao Programa e.escola, quanto ao resto das contas não havia qualquer dúvida, e intervém a parte financeira, os especialistas da parte financeira. E tem de haver uma sintonia de opiniões entre os juristas, sobre como aquele assunto deve ser tratado na Fundação do ponto de vista jurídico, e os financeiros, sobre a forma como, em termos contabilísticos, é tratado aquele Programa, nomeadamente o Programa e.escola.

Ora, como havia diferenças de opinião sobre como deveria ser feito o tratamento financeiro, nas contas da Fundação, do Programa e escola (do dinheiro que a Fundação recebe do Estado e do dinheiro que a Fundação paga aos operadores por conta disso), houve necessidade, por parte dos operadores essencialmente, como é óbvio, de fazer um aditamento, a que o Estado nada tinha a opor, e não se opôs, que clarificasse esta situação. Penso que foi o Sr. Presidente da Vodafone quem explicou isto, e disse: «Para nós, era indiferente como é isto aparecia nas contas da Fundação, apenas queríamos mais conforto do ponto de vista do texto», que poderia ter sido escrito no texto anterior, mas não foi, e, portanto, fizeram-se aqueles aditamentos. E as Contas foram, de imediato, aprovadas. Penso que a diferença entre a assinatura dos aditamentos e a aprovação da Contas foi de dois dias. Toda a gente tinha claro a situação das Contas, era apenas a forma como ficava registado. Para nós, era muito importante clarificar as despesas da Fundação das despesas do programa, porque iria entrar dinheiro do Estado e não queríamos confusão entre as duas questões.

Não era, como já ouvi dizer, porque os operadores achavam que a Fundação não tinha dinheiro para pagar, e, então, era preciso que o Estado viesse em socorro da Fundação para garantir o pagamento. Não, porque aquela responsabilidade nos contratos é uma responsabilidade do Estado, que a Fundação tem um mandato de gestão. Portanto, não era possível que uma Fundação, com um património de 25 milhões, assumisse uma responsabilidade, que o Estado tinha contratualizado com os operadores, do valor de várias vezes o património da Fundação.

Para nós, era claro que aquela era uma responsabilidade do Estado, mas, entre os departamentos jurídicos, fiscais e financeiros dos operadores, entre a nossa empresa de contabilidade e os nossos juristas, etc., houve necessidade de clarificar e o Estado, de imediato, disse: «clarifiquemos». Não houve qualquer dúvida, e foram feitos esses aditamentos.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, confirma que foi exactamente por isso que foram atrasadas as...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Exactamente!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Essa é uma informação adicional àquela que prestou aquando da primeira audição.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Esta informação, penso, já foi dita de várias formas, mas, repare...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Concordo consigo, já foi dita de várias formas, mas, na primeira audição que tivemos, tínhamos perguntado exactamente isso e não nos deu essa informação, e, agora, só queríamos que confirmasse que foi exactamente como os operadores aqui disseram.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o que o Sr. Presidente da Fundação está a dizer é que foi por esse motivo, mas não foi um ultimato.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não foi nenhum ultimato! Não posso concordar com uma certa adjectivação que dá a ideia de que estamos ali em guerra...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Compreendo-o!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não, é uma discussão técnica.

Os financeiros dos operadores disseram: «isto não tem este enquadramento», os juristas... Portanto, a partir do momento em que o problema foi ultrapassado...

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, está percebido.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Para mim, como deve imaginar, é um sofrimento enorme, porque tenho o Governo e a minha exigência pessoal a querer aprovar as Contas...

O Sr. **Presidente**: — Sofrimento?! A clarificação não lhe causa sofrimento...!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! Causa-me sofrimento estar todos os dias a ver nos jornais... Ter o Governo, ter a minha consciência profissional a querer apresentar as Contas e toda a gente a dizer que a Fundação nunca mais apresenta Contas; ter as Contas prontas e só porque há uma rubrica que tem de ter um determinado enquadramento estar três meses à espera! Isto causa sofrimento a qualquer pessoa! E nem sequer podia responder, porque estava no meio de um processo de clarificação. Este é um problema que só é sentido do lado da operação. Foram *n* reuniões, todos os dias, de manhã, à tarde e à noite, para ver se fechávamos o ponto.

O Sr. **Presidente**: — Este ponto já está entendido!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Este ponto está claro e também não quero vir aqui fazer-me, digamos, vítima da situação. Mas é para explicar que, às vezes, há situações... Provavelmente, por exemplo, levantaram-se

algumas dúvidas fora da Fundação, de quem não estava envolvido, mas que, no fundo, resume-se a isto.

Segundo ponto...

O Sr. **Presidente**: — Quer começar de baixo para cima ou...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Tanto faz. O primeiro é...

O Sr. **Presidente**: — O primeiro é a questão da Inforlândia.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Passo ao protótipo. Devo confessar que não é possível lembrar-me de todas essas reuniões.

Empresas a apresentar-me projectos, ideias, protocolos, houve muitas. Todas as empresas têm projectos. Todas! E ainda bem que é assim! E fico muito contente quando são empresas portuguesas.

Agora, eu não tive tempo para esclarecer este ponto, mas é assim: penso que o Sr. Presidente da Inforlândia — penso, porque não tenho uma agenda onde aponte as coisas — deve ter tido, se calhar, alguma falta de acerto nas datas. Admito que isto possa ter acontecido. Tenho alguma dúvida que essas datas, que me referiu, correspondam...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Foram-nos dadas por ele!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Certo, mas eu também posso enganar-me a dizer uma data!

Lembro-me de que falei com ele mas não foi sobre o que aqui está, de certa maneira, focado, que é «se falaram sobre computadores para os escalões mais baixos». Falámos para os escalões mais baixos provavelmente e para muitos outros escalões. Ou seja, não houve uma

conversa específica. Aliás, lembro-me dessa audição e ele dizia aqui «olhe, foi uma conversa assim um bocado *en passant*, mas eu apresentei um protótipo e tal». E lembro-me de que ele, já neste ano, trouxe-me um protótipo de um computador mais pequeno, porque me tinha dito que estava a trabalhar nisso. E eu vi o computador, mas não fiz nenhuma avaliação do computador.

Há aqui uma diferença. Enquanto estou a falar com as empresas, oiço o que elas têm para me dizer, os produtos que têm, os serviços que têm, esta é uma informação fundamental. E não sou só eu que as oiço, passo isto a uma pessoa que tenho na Fundação e que toma conta destes *dossiers* mais técnicos. Uma das coisas mais importantes que faço é ouvir as empresas, porque não sei acompanhar estes processos sem saber o que se está a passar na realidade no mercado. Podemos desenhar programas muito bonitos, mas se, depois, eles não têm uma tradução prática não é possível. E penso que V. Ex.<sup>a</sup>, que é conhecedor da matéria, compreende que, principalmente na área tecnológica, temos de estar sempre a acompanhar o que se está a passar, e a melhor maneira de acompanhar é ouvir as empresas, que nos trazem os produtos e os serviços. Portanto, eu fui acompanhando.

Agora, eu não discuti — e penso que o Sr. Presidente da Inforlândia foi bem claro sobre esta matéria aqui, e eu ouvi esta parte — com ele nenhum programa, como, aliás, ele também não disse isso. Ele tinha-me apresentado um produto, que, eventualmente, poderia ter efeitos naquele *target*. Mas, repare, eu falei sobre muitos *targets*, não vou agora aqui desfiar, porque senão diz-se que já estávamos a pensar numa iniciativa para estes, para aqueles... Não, foram muitos. O que digo é que sempre tive uma análise de todos os produtos que estavam no mercado (todos é um exagero, daqueles que consigo acompanhar, de algumas revistas que leio da especialidade e das empresas com quem contacto) e tenho muita

informação, efectivamente. Mas não falei com ninguém sobre a iniciativa A ou sobre a iniciativa B.

Recolho a informação sobre os produtos que existem e que podem, na minha cabeça, eventualmente, servir, para quando os assuntos são discutidos, se eu achar que são assuntos importantes, poder apresentá-los a quem de direito. Mas não faço uma discussão do género, como parece transparecer (não acredito que tenha sido isto que tenha querido dizer, mas pode transparecer para quem está a ouvir): eu estive a falar com a empresa Inforlândia sobre a montagem desta iniciativa, depois fui falar com a empresa JP Sá Couto... e, depois, escolhi uma...! Não! Não é nada disto!

**O Sr. Presidente:** — Muito bem!

**O Sr. Dr. Mário Franco:** — Este assunto só veio aqui à conversa, porque acontece o e.escolinha; se não tivesse acontecido o e.escolinha, esta conversa, como centenas de outras, não era assunto, nem, se calhar, eu já me lembraria dela. Mas como aconteceu o e.escolinha e esteve aqui o Sr. Presidente da Inforlândia, ele explicou esta conversa, porque, na cabeça dele, foi um momento importante sobre a matéria. Mas, para mim, esta foi uma de entre outras.

Eu analisei, naquilo que pude, quando estávamos a discutir, já mais tarde, o e.escolinha, todos os produtos que eu pedia. Foi assim que, com o apoio da assessoria técnica que tenho, consegui chegar aos preços, à análise daqueles relatórios internacionais, de que falei, mas não houve nenhuma conversa com empresas para montar qualquer iniciativa. Isto que fique bem claro!

Foi assim e penso que esclareci.

O Sr. **Presidente**: — A segunda questão tem a ver com o pagamento de facturas da Fundação, com a factura da Soundcheck, que, julgo, anda à volta de 24 000 € e também a da Bebop.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — De facto, não consigo aqui analisar factura a factura. Repare, não é não estar a dar importância a isso, mas o nosso programa envolve o controlo ou a monitorização de milhões de euros. Estamos a falar de facturas de duas empresas, falou-me numa factura de 6000 €... Penso que deve ser da realização de um vídeo...

O Sr. **Presidente**: — A factura é de 6830 € da Bebop...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Posso começar por essa.

O Sr. **Presidente**: — E vem com a indicação que é protocolo Intel.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Vou precisar o que eu disse, porque posso não ter sido claro.

O valor referente à iniciativa protocolo «Intel — Adaptação e.escolinha» é de 6830 €. A factura em si, que também tem o e.escola Matosinhos e o e.escola Amadora, é de 34 860 €.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Isso deve ter sido algum vídeo que foi mandado fazer...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Isto está na acta n.º 1 do Conselho de Administração.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Como eu disse, todas as despesas estão em acta. Não há despesas fora das actas.

Não é obrigatório, o Presidente do Conselho de Administração tem capacidade para despachar despesas superiores a essas, mas, por decisão própria, entendi que todas as despesas devem ir ao Conselho de Administração. Portanto, todas as despesas não só vão ao Conselho de Administração como, hoje em dia, qualquer entidade da auditoria vai lá e pede as actas e vê «foi esta, foi esta e esta». Estão lá todas. Agora, não posso dizer ao pormenor, mas essa despesa, pelo que estou a perceber, foi provavelmente de uma adaptação de um vídeo.

Houve dois protocolos com a Intel, como sabe, e houve duas cerimónias, uma muito conhecida e uma menos conhecida, mas também importante, que foi a primeira. Não sei se foi algum vídeo que fizemos da primeira cerimónia, não sei se foi um vídeo que fizemos sobre o e.escolinha, assente, eventualmente, em imagens recolhidas noutra cerimónia. Não faço ideia! Posso ir ver qual é o vídeo dessa factura, mas, neste momento, não sei!

Agora, todas as despesas vão ao Conselho de Administração e estão todas registadas. Honestamente, apesar de a estrutura ser pequena, temos uma actividade muito intensa e eu não consigo acompanhar pessoalmente todas as despesas. Vou ao Conselho de Administração, vejo que houve uma despesa, vejo se está documentada, etc., por alto essas coisas mais pequenas, mas não consigo saber ao pormenor o que aconteceu nesta ou naquela outra. Isto não é possível, assim de cabeça. Penso que toda a agente entende isto.

O Sr. **Presidente**: — A questão seguinte é sobre quem valida...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas ainda falta responder a uma pergunta sobre as despesas, não sei se a resposta será a mesma, mas eu separei as perguntas. E a pergunta é relativa à iniciativa de 23 de Setembro de 2009. Percebemos agora que também tem um vídeo, e eu também fiz a pergunta especificamente sobre o vídeo...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Certo, mas não sei se é dessa o vídeo!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, eu gostava que transmitisse a esta Comissão essa informação.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Essa que me diz da Bebop, de 6000 €, «Adaptação de vídeo», é claro que é um vídeo!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas, agora, não estou a referir-me especificamente a essa factura.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Certo!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Existe uma outra factura, relativa à iniciativa de 23 de Setembro de 2009, que foi a iniciativa que diz que foi em Matosinhos, nem sei muito bem onde terá sido; e esta factura foi assumida pela Fundação para as Comunicações Móveis. Nessa iniciativa, e nós vimos os vídeos disto, hoje, de manhã, vemos o Primeiro-Ministro a falar sobre um fundo onde se pode ver, de um lado, «e.escolinha» e, do outro, o computador *Magalhães* desenhado. E isto terá sido pago por quem organizou o evento,...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não sei!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): —... que será a Fundação.

Por outro lado, foi também lançado, no mesmo dia, um vídeo que explicava a forma como os pais e as crianças acederiam ao Programa e.escolinha. Pergunto: foi a Fundação que fez esse vídeo ou foi o Plano Tecnológico? É para perceber como é que isso funcionou, porque — e vou repetir o que eu disse — é estranho que tenha sido o Plano Tecnológico, dado que, nessa altura, já tinha sido definido, não por escrito mas por vontade, que o Governo iria delegar na Fundação tudo relativo ao processo e.escola, incluindo o e.escolinha.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Penso que posso dar-lhe uma resposta sobre isso, mas ninguém consegue dizer, factura a factura, se a despesa é disto ou daquilo. Estamos a falar de despesas de duas ou três cerimónias, face a uma gestão de um programa com estas dimensões. Confesso que não vinha preparado para este tipo de questões.

Isto é tão simples e tão claro que está aí escrito qual foi a factura e qual foi o evento. Não se pode inferir daí que um logótipo que estava na cerimónia... Estavam lá outras coisas na cerimónia, porque, às vezes, estas cerimónias têm várias componentes. Por exemplo, se houver um lanche numa cerimónia, não tem de ser a Fundação a pagar. Existem várias despesas, o que digo é que nós só pagamos despesas que nos dizem respeito. Não vamos pagar despesas por conta de outrem, nem isto fazia sentido. Estamos a falar de valores relativamente pequenos para este tipo de projectos, e, portanto, não há nenhuma destas entidades que vá dizer a uma Fundação, que tem esta gestão: «pague-me aqui a despesa do logótipo tal...». Isto não. Nós pagamos as despesas que dizem respeito ao lançamento de iniciativas.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É exactamente isso de que estou a falar, do lançamento de iniciativas!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Por exemplo: fizemos o lançamento de uma iniciativa na Madeira com o Governo Regional, onde metemos...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Dr. Mário Franco, para poupar tempo e respeitando as suas respostas,...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Deixe-me concluir, por favor.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... se nos indicar, para as perguntas que fiz, quais foram os eventos e o que representavam as facturas, para mim, chega. Se, depois, quiser fazer chegar essa informação *a posteriori*...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Mas se me diz que é o evento de 22, deve ter sido despesas relacionadas com o lançamento...

O Sr. **Presidente**: — De 23 Setembro!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Com a distribuição do *Magalhães* nas escolas!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Para nós, a iniciativa é e escolinha. Claro que é *Magalhães*, porque eram computadores *Magalhães*!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Até o Primeiro-Ministro José Sócrates falou no *Magalhães* e na forma de distribuir o *Magalhães*!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Presidente da Fundação não pode dar agora aqui...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Só uma questão, se me permite, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Mário Franco, eu permito, mas essa informação não a vamos ter aqui.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Já, ontem, o Sr. Secretário de Estado explicou a questão do nome. O nome é usado pelas mais diversas entidades. Como, ontem, foi aqui visto, o próprio programa eleitoral de um partido político dizia que também ia apoiar o computador, não estava lá a marca registada. Portanto, o nome foi um nome que tomou conta de uma série de operações, não é um nome que vai dizer esse tipo de coisas. Não sei se me estou a fazer entender. Ou seja, o nome é uma coisa...

O Sr. **Presidente**: — Sim, eu quero voltar à questão das perguntas.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Certo!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, a questão das facturas não pode ser, compreensivelmente, explicada pelo Sr. Presidente da Fundação, porque é impensável que haja uma explicação para isso.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, depois posso tentar explicar melhor!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Presidente da Fundação, depois, fará chegar à Comissão a explicação para estas duas facturas.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Vou tentar tomar nota e, se houver alguma dúvida...

O Sr. **Presidente**: — Julgo que só falta responder a uma pergunta, que tem a ver com o facto de ter havido, em Dezembro de 2007, um esboço dos Estatutos da Fundação e de só, em Junho de 2008, haver um despacho para estudar a questão da Fundação. É isto, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Correcto.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Vamos ver, se entendo a questão, é assim: em Dezembro...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Pois, deve haver...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Mário Franco, estou a citar o que aponte aqui!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Com certeza.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Se o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares me der licença, não o quero estar a incomodar a esta hora da noite...

O Sr. **Presidente**: — Se há erro...!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente,...

O Sr. **Presidente**: — É uma ajuda, Sr. Deputado.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Eu tenho aqui o Despacho n.º 15 475/2007, de 18 de Julho, que cria a Entidade Gestora do Fundo para a Sociedade de Informação e nomeia coordenador do Grupo de Projecto da Entidade Gestora o Dr. Mário João da Silva Franco Alberto de Carvalho.

Portanto, o Sr. Dr. Mário Franco foi nomeado por despacho publicado...

O Sr. **Presidente**: — A data é 5 de Junho?

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, como não tenho aqui nenhuma anotação, posso fazer-lhe chegar...

O Sr. **Presidente**: — Não, não é isso! Há bocado, estávamos a ver esse despacho e era de 5 de Junho!

O Sr. **Jorge Costa** (PCP): — Mas então é 5 ou 18?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — A data de 18 deve ser a da publicação e 5 de Junho deve ser a data do despacho.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — É de 2007, não é de 2008!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Certo, é de 2007!

O Sr. **Presidente**: — É de 2007!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Falaram aqui em 2008! Só pedi a palavra, Sr. Presidente, para esclarecer.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado fez muito bem, mas a data do despacho é, de facto, de 5 de Junho de 2007 e foi publicado no dia 18 de Julho de 2007.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Nunca me esqueço dessa data, porque é o Dia Internacional do Ambiente.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, reservo esta pergunta para poder ter uns minutos para poder procurar a base da informação e, na segunda volta, se achar pertinente, volto a ela.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Agradeço a ajuda do Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. **Presidente**: — Eu percebi que não iria haver segunda volta, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, com certeza que têm o direito a segunda volta, mas são quase 2 da manhã e VV. Ex.<sup>as</sup> não-de convir que já estamos aqui há 5 horas, nesta audição.

Vamos fazer a segunda volta, mas vamos respeitar escrupulosamente os tempos estipulados para ela.

Nesta segunda volta, peço também ao Sr. Presidente da Fundação para, dentro do possível, se ficar pelas questões colocadas pelos Srs. Deputados. E cada um dos Srs. Deputados, não vai ter mais do que os 5 minutos que temos acertado, rigorosamente.

Conforme solicitado, vamos fazer um intervalo de 5 minutos.

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, que dispõe, para o efeito, de rigorosamente 5 minutos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, o Dr. Mário Franco disse, há pouco, se bem apontei *ipsis verbis*, em relação ao e.escolinha, em relação à opção para a definição das características e dos requisitos e do preço: «Avaliámos o que existia no mercado, fizemos as contas aos preços e custos e calculámos um *downgrade* de  $x$  em relação ao preço médio». Então, isto significa que houve uma espécie de fórmula matemática, calculada a partir da média dos modelos encontrados pelos senhores no mercado.

Presumo, então, directamente das suas palavras, que isto significa que houve uma pesquisa no mercado, feita pela Fundação para as

Comunicações Móveis, que resultou num conjunto de características, e que, destas características, resultou, depois, o preço, que era  $x\%$  mais baixo do que a média dos produtos que estavam disponíveis no mercado na altura. Estávamos em Agosto de 2008.

Ora, Dr. Mário Franco, já tivemos, nesta Comissão de Inquérito, o Secretário de Estado com uma listagem de nove *Netbooks*, que, segundo a sua opinião, corresponderiam a estes *itens*, que estavam requeridos pela Fundação e pela equipa que o senhor liderou para definir esses requisitos mínimos.

Das características à resistência a embates e quedas de altura até 50 cm e teclado à prova de derrames de líquidos, estas duas exigências, não há *benchmarking* que resista, Sr. Dr. Mário Franco, nenhum dos computadores que estavam colocados... Tenho à minha frente uma lista, não são 9, são 23, e destes 23 computadores, não há nenhum com estas características. Não estou a falar em cair de 50 cm de altura em cima de um colchão, porque era escusado estar no documento, refiro-me à queda no solo de 50 cm de altura.

Quanto à resistência a líquidos, nenhum destes computadores apresenta esta característica. Havia um outro modelo em todo o mundo, na altura, e que era o *One Laptop per Child*, que era o OLPC. Poderia, eventualmente, aparecer um fabricante português que correspondesse com esta oferta.

Há um problema: dos dois únicos modelos que existiam no mundo, o *Intel Classmate*, empresa com a qual o Governo vinha fazendo esses protocolos e contratos, e o OLPC do Prof. Negroponte, esta outra alternativa não tinha o ecrã de 8,9 polegadas, uma referência que eu nunca tinha visto em lado algum, tão específica e tão objectiva. Portanto, sobra um modelo em todo o mundo, o *Intel Classmate*, o que vai dar direitinho ao modelo que tinha sido apresentado publicamente, com o alto patrocínio do

Governo português: o *Magalhães*. Estou a dizer *Magalhães* e não *Intel Classmate*, por uma simples razão: naquela altura, o que também se pode confirmar perante os artigos que eram publicados à data, havia, de facto, várias variações a partir do *Intel Classmate*, que era produzido em vários países do mundo. Mas o *Intel Classmate*, à partida, não tinha unidade, só um disco rígido compacto, sem partes móveis. Havia noutros países e noutros fabricantes, mas de 2 Gb, 12 Gb, 8 Gb, não havia nenhum de 30 Gb.

Portanto, isto que aqui está, Dr. Mário Franco, é o retrato robô nem sequer do *Intel Classmate* mas, sim, do *Magalhães*. E, deste ponto de vista, há uma abordagem indispensável a fazer (e as perguntas são muito concretas): que modelos foram esses que os senhores encontraram no mercado? Que listagem é essa que existe para se ter encontrado um valor médio de preço? Que preço foi esse, do ponto de vista do valor concreto em euros, sobre o qual foi aplicado um *downgrade* que o senhor há pouco citou? Qual é esse percentual de diminuição de preço para condicionar o mercado?

Se o senhor sabia que existia essa única oferta, que era o *Magalhães* pela JP Sá Couto; se o administrador da JP Sá Couto veio aqui dizer que, ao longo de quase todo o processo, foi com o senhor que ele falou; se o senhor tinha a perfeita consciência de que havia essa única oferta; então, venha, por favor, esclarecer esta dúvida incontornável que temos em relação a esta contradição insanável, de que existiam vários modelos no mercado, quando não se encontra mais nenhum e muito menos com 8,9 polegadas de ecrã e 30 Gb de disco, que é exactamente o retrato robô de uma oferta que o senhor vinha acompanhando há vários meses.

Havia outras questões, que dispenso-me de as colocar, tendo em conta o cumprimento do tempo limite, mas concentro-me, apenas, nesta questão que decorre das suas afirmações: que modelos foram esses que os

senhores encontraram? Que preço médio foi esse que os senhores encontraram? Que listagem de computadores existia? Onde é que ela está? Podemos ficar com ela? Que *downgrade* foi esse que o senhor referiu na sua intervenção?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente da Fundação.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Vou tentar responder à questão de V. Ex.<sup>a</sup>, mas de uma forma analítica, porque ela tem várias partes: uma coisa é o preço; outra, são as especificações; e, outra, são as condições.

Nas especificações do e.escolinha, resultou do acordo entre o Ministério das Obras Públicas, o Ministério da Educação e os quatro operadores que aquelas seriam as especificações e as condições mínimas. Qualquer dos elementos poderia ser melhorado...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O que excluía o OLPC.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não excluía, porque...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Porque tinha um ecrã menor do que a dimensão colocada?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, deixe responder.

Aponte as perguntas e zelarei no sentido de obtermos as devidas respostas.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não vou responder com essa vivacidade, mas vou responder às questões. Não é por nada, simplesmente a esta hora não consigo ter essa energia.

As especificações resultaram do protocolo que foi assinado por dois Ministérios e quatro operadores; estas são as especificações mínimas e as condições mínimas. Quanto a estas especificações, eu já disse que... V. Ex.<sup>a</sup> falou que não havia *benchmark*, que havia *benchmark*... Nós não definimos um *benchmark* para nenhuma destas questões; isto é uma coisa, vamos dizer que é um pacote.

Outra coisa é o preço máximo do computador. Tínhamos de fazer uma análise, mas, repare, não fomos nós que definimos o preço. O preço é definido pelas entidades em conjunto, nós, que fazíamos parte desse processo, iríamos fazer a nossa análise. Eu acredito que cada operador tenha feito a sua análise, quando assinou aquele contrato. Se não fez, alguma coisa não está bem. Se eu vou assinar um contrato em como vou comprar computadores por um preço máximo e por características mínimas, tenho de saber... Eu já demonstrei aqui que, de certa maneira, assim foi, porque está inscrito naquele documento que os operadores, se não encontrassem um computador por aquele valor, o preço teria de ser revisto.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Toda a gente sabia que o iam encontrar!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! Repare, se eles encontrassem por um valor mais barato, se houvesse uma oferta mais barata, também cabia lá dentro, não cabia era a mais cara. Vamos imaginar até que havia uma por aquele preço. Qualquer concorrente podia apresentar um produto pelo mesmo preço ou mais barato. Não podia era apresentar mais caro.

Agora, a outra alternativa a isto era aumentar o preço para caberem mais concorrentes. Estou a falar só da questão do preço.

Portanto, qualquer concorrente poderia dizer «Ah, mas eu não consigo fazer por este preço». Então, é porque é mais caro, mas, se fosse mais barato, já caberia.

Portanto, se me está a dizer que não cabia mais nenhum naquele preço, é porque todos os outros eram mais caros.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não foi isso que eu disse, Sr. Dr. Mário Franco.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Então?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu disse que computadores com 8,9 polegadas de ecrã, resistentes ao impacto e impermeáveis a derrames de líquidos não existia mais nenhum, em lado nenhum, independentemente do preço.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu disse que ia falar de uma forma analítica, como cada coisa tem de ser avaliada. Uma coisa é o preço. Portanto, qualquer marca de computadores que quisesse apresentar um computador abaixo daquele preço ou por aquele preço, cabia ali. Não há nenhuma marca que possa dizer «Ah, mas, se fosse um computador 20 € ou 30 € mais caro, também estou em condições de o fazer». É possível, mas aquele foi um preço, e, como deve calcular, a nossa posição, à partida, era que o preço fosse o mais baixo possível.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Dr. Mário Franco, posso esperar o tempo que for preciso, mas a pergunta que fiz não foi essa.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Então, quanto ao preço, é claro que foi o determinante.

Agora, quanto às especificações, eu já disse e expliquei o processo.

Eu estou a esclarecer a Comissão. Pode haver opiniões, mas estou a dizer como é que o processo se passou. Quanto às especificações, estávamos a fazer características mínimas. Diz-me que o OLPC não cabia. Havia duas maneiras, pelo menos, de fazer caber o OLPC: uma era os operadores dizerem «queremos o OLPC. Este não tem esta especificação, mas nós encontrámos este e achamos que é o melhor. Portanto, queremos este»! Os operadores tinham esta possibilidade, porque está escrito no contrato que, desde que justificassem, podiam alterar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Desde que não fosse possível encontrar um que cumprisse!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não, não! Desde que eles pretendessem propor aquele computador.

Agora, o OLPC também poderia ter feito um computador com um ecrã maior, com 9 polegadas, não era preciso ser de 8,9 polegadas, este era o mínimo. O OLPC podia-se adaptar a esta...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se pusesse 9 polegadas, já não cabia o *Magalhães*!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! O que estou a dizer é que o de 9 polegadas... Por acaso, penso que a nova versão do *Magalhães* já tem um ecrã maior.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas o que ainda está a ser oferecido no e.escolinha tem 8,9!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — O 8,9, tanto quanto julgo saber, é um *standard*, não era 8,9 por ser uma especificidade. Normalmente, é 8,9! Algumas marcas vendiam 9,9 e diziam que era 10, mas era 9,9. Aquilo é um *standard*, e, portanto, todas as que fossem 9 ou 10 cabiam ali dentro. Portanto, era a este nível.

Quanto à questão da resistência, eu já expliquei. Pode achar que não é uma explicação aceitável para V. Ex.<sup>a</sup>, mas é a explicação. Dissemos que qualquer pessoa que vá desenhar um projecto... Citei o estudo da Tina Barrios, digo o nome porque pode ser facilmente encontrado na *Internet*, mas também posso dar a referência, e outros estudos internacionais, e todos dizem que computadores para este *target* têm de ter resistência e uma certa impermeabilidade. O que não definimos foi qual era o *benchmark* que ia medir isso.

Pode dizer-me: «Ah, mas se o operador metesse outro *NetPC* diria que tinha uma certa resistência! Tínhamos alguma maneira de o impedir formalmente no contrato?» Era difícil, porque ele dizia «Não! Ele tem uma resistência e tem uma impermeabilidade».

Agora, eu acho que operadores também são os primeiros interessados em que os computadores sejam resistentes. E, repare, há soluções técnicas para tornar qualquer *NetPC* resistente! Existem coberturas... Este não é um processo tão fechado assim. Nós não podemos agarrar num computador e pensar que aquilo é uma coisa fechada. Há várias soluções técnicas.

Repare, o que é a impermeabilidade? É uma protecção por baixo da tecla. Portanto, qualquer ODM, no mundo... Já que falou no OLPC, repare, o OLPC disse que uma empresa em Portugal podia produzir. Eu não sei se podia, nem me meti nisso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não disse que era em Portugal!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sabe que o OLPC só é produzido num sítio, e é produzido por um ODM, como é produzido o *Classmate*, que é a Quanta. Portanto, o OLPC é produzido pela Quanta. Logo, se comprar OLPC, compra na Quanta; se comprar *Classmate*, compra a ECS, agora a Quanta também já produza; e pode assemblar no País. O OLPC não pode. A Quanta faz o *finishing* do computador.

O sistema funciona assim, mas esta não foi a nossa preocupação.

Agora, o que aqui está em causa é: o OLPC podia pedir ao seu ODM e dizer «olhe, agora queremos ir a Portugal apresentar este projecto e queremos um computador com um ecrã maior», porque, como é *ruggedized*, em termos de concorrência com o *Classmate*, estaria muito ali.

Mas, repare, em tudo isto falta uma peça, que é muito importante, a JP Sá Couto. Qualquer entidade que pegasse no *Classmate*, que é uma plataforma e não um produto acabado, podia concorrer. Há empresas que vendem *Classmate*, adaptariam esse *Classmate*, como fez a JP Sá Couto, e diziam: «olhe, vou concorrer». Não era obrigatório que fosse a JP Sá Couto, até poderia ser uma empresa espanhola ou de outro país qualquer, até poderia ser uma empresa portuguesa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas era mais natural que fosse um *Intel Classmate*!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! Não era mais natural!

Repare, a minha leitura dos acontecimentos é a seguinte: há uma dinâmica que foi concreta, o preço não era muito encorajador, e, por isso, é que as grandes empresas — ainda agora no concurso da Educação! —,

provavelmente, disseram: «Ah, não vale a pena estarmos a fazer um esforço destes para tão pouco rendimento, sem sabermos qual é a evolução».

Repare, relativamente ao próprio OLPC, que é um projecto que conheço e admiro, é um grande projecto e foi inspirador para toda a gente do mundo que trabalha nestas áreas (para mim, foi bastante inspirador, do ponto de vista da concepção da ideia, embora tenha elementos que não me agradam, como seja, por exemplo, o facto de ser produzido só num sítio), há países que não gostam desta solução, países que estão aí nas bocas do mundo e que andam a lançar projectos deste género. Mas, tirando este aspecto, foi um projecto inspirador para todas as pessoas. O *Classmate* poderia ter-se adaptado ou qualquer outro *NetPC*, pondo-lhes uma cobertura, fazendo  $n$  adaptações, relativamente simples e podiam apresentar-se. Portanto, esse problema não se colocou.

O que eu acho que aconteceu foi que, de facto, o preço foi desmotivador, e, portanto, as empresas não se abalançaram... Um dos exemplos que estou a dizer é o caso do concurso agora, porque há um ano que as empresas conhecem... O Governo anunciou o concurso com meses de antecedência e as empresas levantaram os seus cadernos de encargos e apareceram poucas propostas. Acho que nos devíamos questionar por que é que isto acontece?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa, mas o que o Sr. Dr. Mário Franco está a dizer é que quando define as especificações, na altura, para lançar...

O Sr. **Presidente**: — Não. Quero reconduzir às questões que foram colocadas.

A primeira questão colocada é: que modelos encontraram abaixo ou dentro das especificações que correspondem às exigidas?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, é que, antes dessa, fiz uma outra pergunta concreta, que tem a ver com o facto de ter emitido, nomeadamente, no famoso *e-mail* de 15 de Setembro de 2008, o primeiro projecto de requisitos, especificações técnicas mínimas. Quando faz essa apresentação para as operadoras, está a dizer-nos que não conhecia e que foi uma tremenda coincidência estar a apontar especificações que eram, todas elas, uma por uma, correspondentes ao *Magalhães*?

O Sr. **Presidente**: — A primeira pergunta é esta: que modelos encontraram que cabiam dentro dessas especificações?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu já expliquei a situação. Repare, o *Magalhães* cabia nessas especificações, como os outros também cabiam. Agora, diz-me: «Ah, mas o *Magalhães* era mais poderoso na resistência». Mas, se calhar, havia outros computadores...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não estou a dizer que havia, estou a dizer que correspondia exactamente uma por uma!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Basta V. Ex.<sup>a</sup> pegar nos estudos — penso que isto é do maior senso normal — e verifica que todos os estudos indicam que um computador para crianças tem ser resistente e impermeável, o mais possível. Portanto, isto não é uma coisa que seja uma forma de identificar o *Magalhães*...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa, mas a pergunta foi tão concreta, Sr. Dr. Mário Franco!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — E eu já expliquei...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da Fundação, eu não quero eternizar a discussão, mas...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Pergunta-me se eu sabia que o *Classmate*...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não, o *Magalhães*!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — O *Magalhães* nessa altura... Está a falar de que *e-mail*?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — De 15 de Setembro.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, sim.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Em 15 de Setembro, o *e-mail*, que a Fundação enviou, na altura era *Fundo*, ou, melhor, que o senhor mandou enviar para as operadoras, tinha as características do tal computador de que eles haveriam de ir procurar. Pergunto se o senhor sabia, ou não, nesse momento, que estava a enviar especificações que, uma por uma, correspondiam exactamente às características do *Magalhães*?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Repare, peço desculpa, mas eu já respondi a essa questão!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Respondeu dizendo «sim» ou dizendo «não». Posso não ter ouvido.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Digo-lhe que um conjunto de computadores, incluindo esse, estava perfeitamente capaz de integrar a iniciativa e.escolinha.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas peço a sua intervenção. Estamos a ouvir uma resposta a uma pergunta que não fiz e não estamos a ouvir a resposta à minha pergunta. Temos de resolver isto!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, eu tomei nota das questões que o Sr. Deputado colocou ao Presidente da Fundação e estou, dentro daquilo que tenho feito ao longo das audições, a tentar centrar as respostas naquilo que são as perguntas dos Srs. Deputados. E a primeira pergunta que eu aqui tinha é «que modelos os senhores encontraram que cabiam dentro destas características?»

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa, Sr. Presidente, eu fiz essa pergunta, mas não querendo, de facto, estar a demorar mais tempo, antes dessa pergunta, coloquei uma outra questão: o Sr. Presidente da Fundação tinha a consciência, ou não — é uma pergunta cuja resposta é «sim» ou «não» —, de que as especificações que enviou no dia 15 de

Setembro para as operadoras correspondiam inteiramente, uma por uma, exactamente às exigidas ao *Magalhães*?

O Sr. Presidente da Fundação está a responder a uma outra pergunta que eu não fiz.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. Mário Franco.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Para mim, eu estava a responder à pergunta de V. Ex.<sup>a</sup>.

A ideia que eu tinha naquele momento, penso que em Agosto, era a de que o *Magalhães* não cabia, e vou explicar-lhe porquê. Porque o *Magalhães* que estava anunciado na altura — agora não quero estar a citar dados, porque não quero estar a induzir em erro — tinha um processador que não correspondia ao requisito que estava previsto. Portanto, precisou de se adaptar, é a ideia que tenho. Mas se aparecer no mercado algum anúncio de que já havia *Magalhães* com um processador que correspondesse àquele requisito... Eu não estou a dizer que não existia, mas, do que me lembro, nessa altura, esse requisito não estava cumprido.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem!

Então, que modelos encontraram que cabiam dentro desse requisito?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — O da *Acer*, o *Toshiba*... Ontem, o Sr. Secretário de Estado apresentou aqui uma série deles.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, aqueles nove modelos citados pelo Secretário de Estado foram aqueles que os senhores encontraram e que fizeram parte dessa fórmula matemática?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Nós encontramos mais, mas só considerámos... Repare, nós fizemos várias análises.

Se a ideia é estarmos aqui a esclarecer, eu tenho de explicar tudo, não posso só explicar uma parte, porque uma parte tirada do contexto ou do todo dá uma ideia errada do que acabei de dizer.

Como eu estava a dizer, fizemos várias análises e uma das análises foi ver o que é estava no mercado, fizemos uma análise sobre quais eram os preços e fizemos um *downgrading* do preço. Repare, eu encontrei computadores...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Mário Franco, não quero interromper, quero é ter as respostas, que o Sr. Presidente da Fundação quiser dar, bem entendido.

A questão é: o Sr. Presidente da Fundação está em condições de dizer à Comissão, neste momento, que modelos, na altura, encontraram? Pode não estar em condições de dizer...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ou até preferir fornecer a listagem!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Elas têm umas notas, e, por isso, não estão em condições de fornecer.

Falei no *Toshiba*, no *Acer*, no *ASUS*. Falei em vários e posso dar a listagem completa.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Mas havia mais! Eu só pude trabalhar com aqueles de que eu tinha preço no mercado português, porque havia

outros computadores, que também cabiam, mas, como eu não tinha preço de referência em Portugal, não podia estar a fazer comparações.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem!

Passo à pergunta: que computadores foram usados nessa listagem para apuramento do preço médio?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Melhor dizendo: e onde está registada essa listagem para efeitos de trabalho?

O Sr. **Presidente**: — Se é que há registo.

Que computadores forem considerados para apuramento do preço médio?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu já citei alguns. Nós fizemos várias análises. Já disse uma série deles, praticamente todos, como o *HP*, o *MSI Wind*, o *Acer Aspire One*, o *Belinea*, o *ASUS*, o *Toshiba*. Já citei praticamente todos.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Eu já expliquei o que é que significava...

O Sr. **Presidente**: — Não, esta agora é para a listagem do preço médio!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Está a dizer que todos esses computadores correspondiam e cabiam nos tais pressupostos dos requisitos, incluindo a questão da resistência ao impacto e aos líquidos?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sobre esses pressupostos, não fizemos qualquer *benchmark*, cabia ao operador definir, porque estamos, outra vez, a tentar usar os requisitos mínimo como uma espécie de caderno de encargos para a compra de um computador. Repare, eu já disse que, na minha opinião, qualquer destas marcas tinha condições de, com pequenas adaptações,...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Ir a jogo!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — ... ir a jogo, exactamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Com pequenas adaptações

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, com pequenas adaptações, como fez o *Magalhães* no caso do processador!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, está respondida esta questão.

Terceira e última questão, para além da questão do preço, que já foi falada, é: qual foi o percentual de diminuição do preço que foi considerado pela Fundação para este efeito?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E qual o valor médio que foi apurado sobre o qual incidiu esse percentual?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Só para terminar a resposta de há pouco. Uma das características que o *Classmate* e que o OLPC têm é a pega, a forma de agarrar o computador, e nós entendíamos que esta seria a característica que poderia ser mais difícil de adaptar e que não correspondia à maioria dos *NetPC*. Portanto, a pega não fez parte dos requisitos mínimos. Isto é importante.

Em relação à pergunta do preço médio, tentámos, com base nos preços médios, fazer um *downgrading* de cerca de 40%.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — E tiraram o mais alto!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E tirámos o mais alto, como é normal, porque o mais alto... Todos nós sabemos que, quando se faz uma média, se temos um equipamento a um preço que, notoriamente, é muito mais caro que todos os outros, vamos pôr uma média de valor... Ora, o nosso objectivo era, exactamente, ao contrário. Portanto, é um procedimento normal.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem!

Nos concursos públicos, tiram-se os preços mais altos, acima de 25%, e os preços mais baixos, inferiores a 20%. Isto é assim ainda.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Mas é preciso dizer que isto era apenas o nosso trabalho de base para uma negociação.

Sr. Presidente, penso que é importante que isto fique registado.

O Sr. **Presidente**: — Sim, sim!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Isto era o nosso trabalho de base para uma negociação, nós não fixámos o preço. Nós íamos para a discussão com os operadores e eles tinham os seus próprios elementos. Se fizeram mais ou menos trabalho, não sei. Agora, nós tínhamos de partir para uma discussão e tínhamos de fazer alguma análise, não fixamos o valor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, o preço encontrado, em termos médios, foi 355 €? Se sobre eles, descontarmos 40%, temos 213.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não foi tão simples assim, porque havia que contar com a logística e com o *software*.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Estou a falar do chamado TCO, ou seja, o preço total, incluindo esses factores, dava cerca de 355 €.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, incluindo esses factores.

Os operadores tiveram alguma dúvida sobre se era viável, ou não. E depois...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Por acaso, eu iria colocar essa questão, porque é natural que os operadores perguntem: «e, então, há algum computador que se encaixe neste montante por computador?».

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não, não! Os operadores não perguntaram!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não perguntaram nessa negociação?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Já há pouco expliquei isso. V. Ex.<sup>a</sup> não estava, mas eu repito, não tem problema. No contrato...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Exacto. Nas reuniões que tivemos, disseram: «Nós não sabemos se conseguimos esse preço, se o computador que queremos tem esse valor. Portanto, se acharmos que há um computador que achamos que corresponde ao produto que temos...» Estamos a lidar com operadores que têm departamentos de compras, que têm essas análises. Portanto, se eles entendessem...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — E ninguém tinha falado com a JP Sá Couto a saber se o computador se encaixava ou não?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Costa...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Posso dizer que avaliámos vários computadores com os preços que estavam no mercado.

O Sr. **Presidente**: — Julgo que já estão dadas as respostas às questões que foram colocadas pelo Sr. Deputados Bruno Dias.

Para terminar, só tenho mais uma inscrição, que é a do Sr. Deputado Ulisses Pereira, a quem dou a palavra.

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente, e muito bom dia a todos.

As minhas perguntas são no sentido de tentar esclarecer e pedir algumas informações adicionais que possam, na realidade... A esta hora, temos de nos rir um bocado, porque, senão, as coisas são difíceis.

Portanto, quero tentar esclarecer duas ou três questões, mais do ponto de vista financeiro, do ponto de vista contabilístico.

O Sr. Presidente da Fundação referiu que não há despesas autorizadas fora das actas, pelo menos aquelas significativas. Sendo assim, e tendo em conta que a única acta de 2009 que vem com o anexo é a acta n.º 1, solicito que nos faça chegar os anexos das outras actas, já que são tão importantes para perceber o conteúdo das mesmas. E estranho muito que só a primeira é que tenha vindo.

Relativamente às questões dos fluxos financeiros, o Sr. Dr. Mário Franco também disse aqui que nunca quis que houvesse confusão entre o dinheiro do Estado e o dinheiro da Fundação. No entanto, quando houve a 2.ª tranche da realização do capital, o dinheiro entrou e saiu no mesmo dia, ou seja, dinheiro que era património da Fundação foi imediatamente aplicado em pagamentos às próprias operadoras. Parece-me que, aqui, não foi salvaguardado esse princípio. Pergunto: porquê? Por que é que não foi salvaguardado nesta altura? Por que é que não vieram os anexos das outras actas?

Gostava também de saber se, já depois desses aditamentos todos, houve dúvidas no operador sobre o enquadramento fiscal, em termos de IVA, dos fluxos financeiros existentes, aliás, houve uma contratação de um consultor ou de uma empresa para dar esse parecer. Eu gostava de saber a que conclusão chegaram.

O Sr. Presidente da Fundação disse-nos que entraram 46 milhões de euros da ANACOM, nestes dois anos, e 177 milhões de euros da acção social escolar, não temos dúvidas de que é dinheiro público e não temos dúvidas de que a Fundação os entregou às operadoras.

Como vê, são perguntas género Deputado Ramos Preto.

*Risos.*

Quando foi feito o contrato, em Fevereiro de 2009, com as operadoras relativamente ao e.escolinha, foram definidos valores diferentes de entrada: em 9 de Fevereiro, com a Sonaecom, 100 000 €; em 22 de Maio, com a Vodafone, 250 000 €; e, em 26 de Maio, 11 500 000 €, com a TMN. Como é que foram realizadas estas entradas iniciais?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — Há um contrato assinado em que as operadoras se comprometem...

O Sr. **Presidente**: — Entravam com uma verba inicial para os programas!

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — Como é que foi realizado?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — Depois, as contas não estão fechadas e sem o Relatório e Contas de 2009 é difícil, penso eu, esta Comissão ter toda a capacidade para produzir alguns resultados, mas penso que não haveria inconveniente algum, até porque todos nós sabemos o que são os lançamentos de regularização de final do exercício, que nos

pudessem ter sido disponibilizados os registos contabilísticos de 2009, pelo menos, relativamente aos movimentos bancários.

Também me parece relativamente estranho — e esta é a última pergunta antes de dar fim a esta nossa maratona —, do ponto de vista da contabilidade, e temos um balancete reportado a 31 de Dezembro de 2009, que se concentre tudo numa única conta, a conta 26831, chamada «Programa e.escola-Operadores», sem que haja a destrição dos operadores e sem que haja a referência ao Programa e.escolinha. Sabemos que isto, na realidade, foi um saco onde todos os movimentos do dinheiro do Estado e do dinheiro das operadoras foi lá ter, mas penso que, do ponto de vista da transparência, não terão sido usadas as melhores soluções contabilísticas na definição desses critérios.

Portanto, também quero perceber por que é que não foi utilizada uma opção normal, que seria, pelo menos, a de dividir entre o e.escola e o e.escolinha e, no e.escola e no e.escolinha, entre os vários operadores, até para que não se suscitassem dúvidas sobre quem deve a quem e quais os movimentos operados.

Era só e a continuação de uma muito boa noite e não de bom dia!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Ulisses Pereira.  
Tem a palavra, Sr. Dr. Mário Franco.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — A primeira questão penso que se refere ao facto de a Fundação ter adiantado aos operadores uma verba do seu património para fazer face a responsabilidades do programa, que eram responsabilidades a limite do Estado e da qual foi ressarcida por essa razão.

Mas eu penso que essa questão é toda ela transparente, porque está registado que foi feita essa utilização e que a Fundação foi ou vai ser ressarcida desses valores.

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — Essa decisão não é do Conselho de Administração, é posterior!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não, a decisão é do Conselho de Administração.

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não! A decisão de fazer esse adiantamento é do Conselho de Administração. Agora, não posso estar aqui a lembrar-me de cor, mas foi uma decisão do Conselho de Administração e não altera o princípio que está em cima da mesa, que é... Aliás, esse facto demonstra bem o que eu tinha dito, que há uma separação clara entre o que é o património e o que é o pagamento do e.escola. Por isso, é que é possível verificar que esse pagamento foi um adiantamento do património ao custo do programa. O que nunca houve foi dinheiro do Estado usado para despesas da Fundação. Ou seja, foi ao contrário, a Fundação adiantou por conta da responsabilidade do Estado, e não foi o Estado que adiantou à Fundação. Isto nunca aconteceu.

Só que a Fundação não se sente responsável, do ponto de vista formal, mas procurou encontrar uma solução financeira para um problema que estava criado. Este é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto é sobre a questão do IVA. Pedimos dois pareceres sobre essa forma, o que não é nada de extraordinário, porque os operadores também pediram dois, três pareceres (se fosse uma coisa clara, não era preciso tantos pareceres!), e temos a correr um pedido de parecer

vinculativo sobre essa matéria, sobre alguns aspectos, e quando tivermos a resposta procederemos em conformidade.

Portanto, quando existem pressupostos diferentes, fazemos esse pedido de parecer vinculativo.

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não. Nós pedimos dois pareceres: pedimos um à Deloitte e um à PricewaterhouseCoopers. Primeiro, pedimos à PricewaterhouseCoopers e, depois, à Deloitte, só não pedimos logo à Deloitte, porque ainda estávamos numa parte do fecho de contas e não valia a pena avançar com o segundo parecer.

Depois, com base nestes pareceres e na informação que temos, fizemos o pedido vinculativo, e estamos à espera da decisão.

Quanto à questão da desagregação de que falou, temos uma conta, admito que quando maior for a desagregação maior é a leitura, mas não foi uma opção para esconder nada. Está aí claro. Para nós, o programa é todo um conjunto, a iniciativa e.escolinha é uma iniciativa do Programa e.escola. Portanto, esta iniciativa entra num bolo global de contabilização.

Quer fazer-me alguma pergunta?

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — Não, é uma sugestão. No relatório, podem ser dados contributos para que haja mais informação, mesmo que não esteja plasmada no...

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, na nota está mais completa!

O Sr. **Presidente**: — Ficou a questão das entradas dos operadores.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Se estou a entender, estamos a falar das contribuições fixas no e.escolinha. Essas,...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — 1 milhão da ZON!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — ... 1 250 000 e 11 milhões, estão no encontro de contas. Se for ao encontro de contas está lá escrito que, como tínhamos direito a pagar aos operadores, foi por encontro de contas.

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — E o da ZON?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — O da ZON também. Todos.

O Sr. **Presidente**: — A ZON, segundo aqui disse, foi de 1 milhão para o Programa.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, mas foi por encontro de contas. Ou seja, não há entrada de... eles não passaram um cheque à Fundação, Portanto, quando fizemos o encontro de contas... É lógico!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Presidente.

Julgo que chegamos ao fim da audição.

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, ainda falta responder a uma matéria...

O Sr. **Presidente**: — Qual é? É a do balancete?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Tem razão. Nós mandámos um anexo de uma acta, porque fomos instados pela Comissão de Inquérito a uma informação específica sobre aquele ponto. Não foi por mandar junto um anexo sem mandar os outros. Pediram-nos as actas, nós mandámo-las e, sobre aquele ponto, pediram-nos uma listagem dessas despesas e nós mandámos. Penso que foi assim.

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — A única questão que coloco é saber se considera que as actas são entendíveis sem os respectivos anexos.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Sim, mas, repare, os anexos são as informações que, muitas vezes, suportam as decisões.

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — Estamos a falar, por exemplo, de uma matéria que estivemos a noite toda a abordar, que era um determinado tipo de despesas, o conteúdo e a substância das despesas, e, se tivéssemos os anexos que constam das actas, naturalmente poderíamos ter evitado algum tipo de questões ou, se calhar, teríamos feito outras.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não, não! Eu disse que estão nas actas e as actas, no fundo, expressam... A deliberação que está na acta, de certa maneira, é a conclusão da informação. Aliás, como é normal, na minha opinião, é uma boa prática das actas, porque, às vezes, não há possibilidades de transportar ou de ter as actas sempre e o facto de estar lá a deliberação facilmente permite aferir.

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — Mas não vê inconveniente em mandar os anexos, pois não?

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não. A informação da Fundação está toda disponível.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem!

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Não sei se havia ainda mais alguma questão.

O Sr. **Presidente**: — Falta a do balancete de 2009, Sr. Deputado Ulisses Pereira?

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — Essa já foi respondida.

O Sr. **Presidente**: — Então, já foi tudo.

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — A única que não foi respondida é no sentido de saber se considera as entradas da acção social escolar e da ANACOM como dinheiro público.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — O dinheiro...?

O Sr. **Presidente**: — Da ANACOM e da acção social escolar!

O Sr. **Ulisses Pereira** (PSD): — Considera dinheiros públicos os depósitos ou transferências da ANACOM e da acção social escolar para as contas da Fundação? Considera que foi a Fundação o veículo para passar esses dinheiros públicos para as operadoras para comprar equipamentos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. Mário Franco.

O Sr. Dr. **Mário Franco**: — Nós não somos o Estado, somos uma Fundação. Nós somos dotados de verbas, que têm um exclusivo fim e têm sido aplicadas escrupulosamente nesse fim. E isto está plasmadíssimo nos nossos documentos, quando fazemos a separação entre o que são as despesas da Fundação e as despesas do Estado. O Estado é que subscreveu aqueles contratos e deu à Fundação o mandato de gestão para aplicar esse dinheiro. E nós, no caso, por exemplo, da acção social escolar, apresentámos, inclusiva e previamente, uma informação a dizer qual era o fim e a razão daqueles custos; e, no caso do dinheiro que recebemos da ANACOM, foi exclusivamente para aplicar, como já expliquei, naqueles custos que o Estado tinha assumido. Portanto, esse dinheiro teve esse fim.

Agora, tudo o resto que está, digamos, antes disso, o Estado faz essa transferência para nós. Portanto, isso é uma conclusão jurídica sobre essa matéria.

Não sei se fui esclarecedor, mas pronto.

O Sr. **Presidente**: — Chegamos ao fim desta audição, a horas verdadeiramente impróprias, quero agradecer ao Presidente da Fundação, aos colaboradores da Fundação, que estiveram connosco, às Sr.<sup>as</sup> Jornalistas, que ainda resistem heroicamente até esta hora, aos Srs. Funcionários da Assembleia e aos Srs. Deputados a colaboração que deram.

Portanto, terminamos esta parte do trabalho da Fundação, as audições que estavam previstas, cumprindo o calendário que tínhamos estabelecido, e vamos, agora, entrar naquela parte especial que tem a ver com o prazo para a elaboração do relatório e, depois, a apresentação e discussão do relatório em Comissão. Como disse no início da sessão, temos uma dificuldade, neste momento, que esperamos superar nos próximos

dias, que tem a ver com a transcrição daquilo que foi dito nas audições, por forma a que essa discussão do relatório se possa fazer com todos os elementos em cima da mesa para não ficarem quaisquer dúvidas sobre qualquer uma das matérias.

Srs. Deputados, muito obrigado e muito boa noite.

Sr. Presidente da Fundação, obrigado pela colaboração que deu.

Está encerrada a reunião.

*Eram 2 horas e 54 minutos do dia seguinte.*